

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Rosemary da Silva Granja

BRASILEIROS E PORTUGUESES:

TODOS FORA DO LUGAR –

**A imagem do brasileiro torna-viagem na ficção
camiliana**

São Paulo

2009

Rosemary da Silva Granja

**BRASILEIROS E PORTUGUESES: TODOS FORA DO LUGAR –
A imagem do brasileiro torna-viagem na ficção camiliana**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, com vistas à obtenção do título de Doutor em Letras, Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Motta Oliveira.

São Paulo

2009

GRANJA, Rosemary da Silva. Brasileiros e portugueses: todos fora do lugar – A imagem do brasileiro torna-viagem na ficção camiliana. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, com vistas à obtenção do título de Doutor em Letras. Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. PAULO MOTTA OLIVEIRA FFLCH - USP

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. EMERSON DA CRUZ INÁCIO FFLCH - USP

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof^a Dr^a SIMONE CAPUTO GOMES FFLCH - USP

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. JORGE VICENTE VALENTIM UFSCar

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof^a Dr^a MÔNICA FIGUEIREDO UFRJ

Julgamento: _____ Assinatura _____

À memória dos meus avôs, António Maria Granja e Manuel Martins, emigrantes que nunca retornaram. O primeiro, um olho azul e o outro verde, sempre a vigiar; o outro, agricultor em terra arrendada, lá e cá, que contava estórias de um lugar distante sobre a fome, as emboscadas e as facas que brilhavam na noite, sempre ouvidas entre goles de carrascão que nós, os netos, roubávamos.

E, outra uma vez, para Celso, Doctor e Mário.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Paulo Motta Oliveira, orientador com açúcar, que entre corridas pelo mundo, aceitou e acreditou desde o princípio, sem saber o fardo que o esperava.

Aos Professores Doutores Mario Lugarinho e Emerson Inácio, mais do que interlocutores, amigos, desde sempre.

Ao Professor Doutor Jorge Vicente Valentim que, quase menino, mas já professor na UERJ, de chinelos, bermudas e bronzado de surfista, contagiou-me com a paixão pela literatura.

Ao Professores Renato de Alcântara e Roberto Bosetti, críticos fidalgos, minuciosos e radicais desse trabalho.

À Cláudia, mais do que aluna, pelo auxílio na pesquisa. À Márcia e Andréa, mais do que amigas, tradutoras de plantão.

Aos amigos da rede de segurança.

Ao Programa de Pós-graduação de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pelo acolhimento e oportunidade de pesquisa.

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!
 - Pero Vaz de Caminha, **Carta**

Definido na sua relação com o sistema colonial, o purgatório tinha ainda existência geográfica, espacial. "Desterrados da mais vil e perversa gente do Reino" vinham para o Brasil, e era necessário que assim fosse. Mas para evitar que tudo descambasse numa humanidade inviável, seria preciso procurar "povoar de melhor gente, do que até agora tem vindo a ela."
 - Laura de Mello e Souza. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**

Cada homem, desde que não viole as leis da justiça, fica perfeitamente livre para perseguir seu próprio interesse a sua maneira, e colocar sua diligência e seu capital em competição com os de qualquer outro homem.
 - Adam Smith, **A riqueza das Nações**

*Ponho isto: **No princípio era o Senso...** Cautela nessa primeira linha; às vezes se atropela a verdade e a razão co'a rapidez da pena; pois o Senso faz tudo, e tudo cria e ordena?... É melhor **No princípio era a Potência...** Nada! Contra isto que pus interna voz me brada. (Sempre a almejar por luz, e sempre escuridão!) ... Agora é que atinei: **No princípio era a acção.***
 - Goethe, **Fausto**

GRANJA, Rosemary da Silva. Brasileiros e portugueses: todos fora do lugar – A imagem do brasileiro torna-viagem na ficção camiliana, 2009, f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RESUMO

No séc. XIX, a consolidação do mundo burguês fez surgir uma nova idéia de masculinidade. Esse homem moderno deveria ser capaz de promover regeneração nacional, por meio do progresso econômico, social e cultural. Em Portugal, nesse período, o fenômeno da emigração é uma perturbadora realidade que marca a produção ficcional de Camilo Castelo Branco. Seus personagens brasileiros torna-viagem - portugueses que retorna ao país após emigrar para o Brasil- aglutinam características do homem burguês e moderno. Para demonstrar essa hipótese, foram analisadas as obras *Eusébio Macário*, *A corja*, *O cego de Landim* e *Os brilhantes do brasileiro*, sob a ótica dos estudos acerca da masculinidade de George Mosse e Pierre Bourdieu e do conceito de fomentador, proposto por Marshall Berman em sua análise de *Fausto* de Goethe.

Palavras-chave: modernidade, masculinidade, nacionalidade, torna-viagem, ficção portuguesa.

GRANJA, Rosemary da Silva. *Brasileiros e portugueses: todos fora do lugar – A imagem do brasileiro torna-viagem na ficção camiliana*, 2009, f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ABSTRACT

In the nineteenth century a new concept of manhood rose from the consolidation of the bourgeois world. This modern man was supposed to encourage national regeneration through financial, social and cultural progress. During this time, in Portugal, emigration started to come out as a disturbing reality, which is a relevant characteristic in the works of Camilo Castelo Branco, where Portuguese characters who had returned from Brazil – the “torna-viagem”- embody features of both the bourgeois and modern man. This paper aims at proving this hypothesis true based on the analysis of Eusébio Macário, *A Corja*, *O Cego de Landim* and *Os Brilhantes do Brasileiro*, theoretical support from the manhood studies perspectives proposed by George Mosse and Pierre Bourdieu and the concept of “developer” from Marshal Berman's examination of Goethe's *Faust*.

Key Words: modernity, manhood, nationality, torna-viagem, Portuguese narrative.

GRANJA, Rosemary da Silva. Brasileiros e portugueses: todos fora do lugar – A imagem do brasileiro torna-viagem na ficção camiliana, 2009, f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RESUME

Au XIXe. siècle, la consolidation du monde bourgeois a fait surgir une nouvelle idée de masculinité. Cet homme moderne devrait être capable de promouvoir la régénération nationale à travers le progrès économique, social et culturel. Au Portugal, dans cette période, le phénomène de l'émigration est une troublante réalité qui marque la production fictionnelle de Camilo Castelo Branco. Ses personnages "*les retournés*"-des portugais qui retournent au pays après avoir immigré au Brésil, agglutinent les caractéristiques de l'homme bourgeois et moderne. Pour démontrer cette hypothèse, on a analysé les oeuvres *Eusébio Macário*, *A corja* (*La canaille*), *O cego de Landim* (*L'aveugle de Landim*) e *Os brilhantes do brasileiro* (*Les brillants du brésilien*) sous la perspective des études sur la masculinité de Georges Mosse et Pierre Bourdieu et le concept du fomentateur proposé par Marshall Berman dans son analyse de *Faust* de Goethe.

Mots clés: modernité, masculinité, nationalité, retournés, narrative portugaise.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1 – BRASILEIROS E PORTUGUESES: TODOS FORA DO LUGAR	19
1.1 – Idéias e lugares entre Brasil e Portugal.....	20
1.2 – Idéias e homens que vão e vêm	36
Capítulo 2 - EM TORNO DA MASCULINIDADE NO SÉCULO XIX.....	54
2.1 - O fomentador.....	54
2.2 - Formas do homem moderno.....	76
Capítulo 3 – IDÉIA DE MODA E LUGAR SOCIAL.....	101
3.1 – A roupa nova do homem moderno	101
3.2 – As idéias indo para o seu lugar.....	125
Capítulo 4 – O BRASILEIRO, O FOMENTADOR, E A FICÇÃO DE CAMILO CASTELO BRANCO	137
4.1 - Eusébio Macário e A corja	137
4.2 - Os brilhantes do brasileiro.....	161
4.3 - O cego de Landim.....	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
BIBLIOGRAFIA	193

INTRODUÇÃO

*AMA: Porém vindes vós mui rico...
MARIDO: Se não fora o capitão,
eu trouxera, a meu quinhão,
um milhão vos certifico*

- Gil Vicente – **Auto da Índia**

*Por isso, ó vós que as famas estimais,
Se quiserdes no mundo ser tamanhos,
Despertai já do sono do ócio ignavo,
Que o ânimo, de livre, faz escravo.*
- Camões – **Os Lusíadas**

Em 1697, Charles Perrault publicou sua mais famosa obra, *Histórias ou contos do tempo passado com moralidades*, que mais ficou conhecida por seu subtítulo: *Contos da mamãe gansa*. Pouco depois, Daniel Defoe publicou seu *Robinson Crusoe*, 1719. Ambas as obras encerram uma

moral que vai bem além da lição circunstanciada em seu tempo. Ambas podem ser requeridas, apesar de introduzidas no imaginário infanto-juvenil do século XIX, como um conjunto narrativo que aponta o processo de ascensão da nova ordem econômica do capitalismo. Da obra de Perrault, pode-se destacar o conto “O gato de botas” que, ao lado, de Robinson Crusoe constroem o melhor modelo de homem que os tempos modernos exigiam.

A narrativa Defoe introduz o jovem marinheiro, sedento de aventuras, que, naufragado, é capaz de transformar o infortúnio em sucesso, unicamente apoiado por sua inteligência, criatividade, habilidade, diplomacia e empreendedorismo. O ambiente inóspito da ilha isolada no oceano, sob sua intervenção, acaba por mimetizar o *modus vivendi* da Inglaterra de seu tempo. O Robinson, de Defoe, é claramente um dos melhores exemplos de empreendedorismo masculino encontrados na literatura, é capaz de traduzir todas as virtudes masculinas necessárias para o desenvolvimento e o progresso que a nascente civilização ocidental viria imprimir nos séculos posteriores.

No entanto, a narrativa de Perrault, “O gato de botas”, apesar de anterior historicamente à de Defoe, aprofunda as mesmas questões de maneira diversa. Ao invés de encontrarmos o homem isolado diante da adversidade absoluta, pondo à prova todas as suas virtudes e conhecimento, encontramos o filho mais jovem de um pobre moleiro cujo obstáculo é a miséria absoluta. Sem herança material palpável, tendo recebido apenas um gato, o rapaz necessita de reverter a situação em que se encontra ou, então, deixar-se morrer à míngua. Evidentemente, o impasse do filho do moleiro é o mesmo encontrado por Robinson Crusoe. Contudo, há de se levar em consideração, num primeiro momento, que existe um elemento desestabilizador do processo aparentemente irreversível de desespero do jovem: o gato! Trata-se de um conto

maravilhoso, portanto, o gato é mais do que um simples gato. Na verdade, os valores que se encontram introjetados em Robinson Crusoe estão materializados no felino, acrescidos da astúcia e do senso de oportunidade. Ambas as características se destacam porque são instrumentizadas para a conversão do filho do pobre moleiro no esposo da princesa, o que transforma a situação inicial da narrativa.

Mais do que a narrativa de Defoe, "O gato de botas" delineia quais virtudes devem ser cultivadas para a necessária ascensão social no nascente mundo burguês. É preciso, para isso, evidenciar que o espaço narrativo de Perrault é a Europa em transição para a era industrial, enquanto que a de Defoe é o espaço a ser civilizado pela suposta superioridade européia. Em Perrault são encenadas as contradições da sociedade européia em transição, enquanto em Defoe, inexistem contradições de classe social e poder político, tornando Crusoe o *Englishman*, o legítimo representante da missão civilizadora.

E quando não se tem um gato e tampouco uma civilização que lhe dê respaldo para a conquista, mas somente o passado glorioso e distante com o qual não se estabelece mais vínculo? A oportunidade do Eldorado? A árvore das patacas? Ou o Brasil?

O que restava aos filhos dos moleiros que nasceram em Portugal? Sem herança, sem gatos e sem civilização?

Boaventura de Sousa Santos, delineia tal situação com maestria, ao analisar a constituição fronteiriça da cultura portuguesa que foi centro para as colônias e fronteira para as potências centrais da Europa. O português, segundo Santos, ao emigrar, acabava por ser reconduzido à mesma condição social que deixara na metrópole, sendo alijado de todas as benesses que o sistema colonial reservava ao colonizador. Isto é, o

Eldorado e a árvore das patacas já estavam previamente reservados para os filhos da aristocracia.

Restava trabalho, muito trabalho.

Entretanto, o quadro pôde ser modificado quando a aristocracia se viu alijada das posições que a ela eram reservadas tanto na administração colonial, quanto na propriedade territorial. Convertido, após a Independência do Brasil, de colono em emigrante, o português pode encontrar o mesmo caminho de sucesso que os marinheiros que seguiram para o Oriente teriam encontrado no passado. Se antes havia a frustração do expressa pelo personagem que se aventurara pelas Índias e voltava sem o espólio merecido, tal qual Gil Vicente registrou em *Auto da Índia*, haveria, agora, com emigração o cumprimento da promessa de fama, riqueza e glória numa nova Ilha dos Amores?

Seria esta, no entanto, a melhor tradição a conduzir o emigrante nas terras ao sul do Equador? Certamente, não. O mundo que a ele se descortinava, apesar das imensas possibilidades, dependia de habilidades que aquela tradição não fornecia. Portugal, não tendo renovado suas estruturas sociais e promovido uma ampla reforma educacional, não oferecia condições ao desenvolvimento do empreendedorismo necessário para a vida de labor na ex-colônia.

A literatura no entanto, apresentará exemplos de exceção a esta regra. Alguns portugueses lançam mãos das mesmas qualidades que foram necessária ao filho do moleiro. A astúcia e o senso oportunidade, que estavam representados na figura gato maravilhoso, passam a ser reconhecidas como estratégias eficazes de sobrevivência na ex-colônia.

Os bem sucedidos, como Crusoe, retornavam. Eram identificados pela alcunha de "brasileiros torna-viagem". Estes eram facilmente reconhecidos pelo sotaque, pelas roupas e pelas relações sociais que

passavam a engendrar na terra natal. Entrato apenas a aventura bem sucedida financeiramente não era suficiente para lhe garantir o reconhecimento e a merecida ascensão social. Os mais ousados eram forçados, pela ordem vigente em Portugal, a se constituírem como arremedos da aristocracia, comprando títulos da nobreza falida e do governo, igualmente falido.

Esses personagens, que frequentam a ficção de Camilo Castelo Branco, são o objeto a ser investigado nesta pesquisa que teve como ponto de partida o estudo que apresentamos por ocasião de nosso mestrado. Naquela altura, a crise da masculinidade, tal como George Mosse e Pierre Bourdieu preconizaram, foi o horizonte em que sustentamos a análise da epistolografia de Antero de Quental, líder da Geração de 1870. Crise da masculinidade e decadência de Portugal acabaram por formalizar um binômio inquestionável na medida em que Antero de Quental já identificara a ausência de virilidade como uma das causas do fracasso histórico português, classificando a nação como “país eunuco”.

O descompasso histórico experimentado pelo país em relação à Europa industrializada poderia ser minimizado pela ação de homens efetivamente viris, mas de uma virilidade moderna que encontra seu suporte conceitual no termo “fomentador”, cunhado por Masrshal Berman.

Agora, voltamos nossa atenção para aqueles que, à revelia da crítica e da História, vieram a materializar a figura do “fomentador” na medida em que é flagrante a sua ação até certo ponto regeneradora no território português, mais notadamente, o Norte. Os brasileiros torna-viagem, nas páginas de Camilo Castelo Branco, recolhem os ônus e os bônus desta nova configuração da masculinidade. Longe de experimentarem os efeitos da crise do masculino e da decadência portuguesa, os torna-viagem são a

melhor expressão de “fomentador” que Portugal pôde auferir naqueles tempos de flutuação ideológica, econômica, política e social.

Na conclusão do seu ensaio “Da ficção Camiliana como interpretação de Portuga”, Paulo Motta Oliveira convida outros pesquisadores a ampliarem as suas hipóteses de pesquisa, penetrando no “vale de sombras” em que se oculta a maior parte da obra de Camilo Castelo Branco, à exceção de alguns poucos romances, ainda hoje praticamente desconhecida.

É isso a que se dedicará esta pesquisa. Partindo das premissas de que a ficção desse autor retrata a emergência de um mundo burguês e capitalista e de que o modelo de masculinidade moderna foi elemento-chave para a consolidação de uma sociedade burguesa no século XIX, pretende-se **investigar** a configuração dos personagens brasileiros torna-vingem sob a ótica da identidade masculina moderna, a fim de identificar suas características e sua relevância no universo camiliano.

No primeiro capítulo, partimos de algumas reflexões sobre a presença de personagens portugueses na literatura brasileira e de personagens brasileiros na literatura portuguesa do século XIX a fim de podermos definir a construção de um imaginário mútuo que viesse a validar a investigação. Salta aos olhos o desequilíbrio da balança, que pende mais para Portugal, principalmente quando se contabiliza os personagens retornados da ex-colônia. A seguir, foi necessário compreender o processo histórico da emigração para o Brasil e as suas complicações em ambos os lados do Atlântico. Providenciais foram o ensaio de Roberto Schwarz, “As idéias fora do lugar”, que espelhamos para Portugal, e a tese de doutoramento de Igor José Reno Machado, defendida em 2003 na Universidade de Campinas, referência fundamental para a busca de fontes e de bibliografia que nos fundamentasse.

No segundo capítulo, introduzimos reflexão de cunho mais filosófico em que se constrói o instrumental acerca do conceito de “fomentador”, criado por Marshall Berman, em sua análise do Fausto, de Goethe, que será parcialmente apresentada. A segunda parte do capítulo convoca o tema da crise da masculinidade, com base nos já citados trabalhos de George Mosse e Pierre Bourdier, e o contextualiza no espaço português da segunda metade do século XIX.

O terceiro capítulo aparentemente se constitui como um desvio necessário de rota, visto que, seguindo Richard Sennett, o indivíduo se sobrepôs ao homem público confundindo as estruturas do Antigo Regime. A ascensão da burguesia embaralha papéis sociais ao proporcionar a sensação de uma aparente igualdade social que a industrialização promovia pelo acesso a bens de consumo – notadamente a indumentária. Assim, fomos levados a investigar o personagem camiliano à luz da moda oitocentista com suas excentricidades e formalidades da maneira de vestir. Paradigmático, Calisto Elói, de *A queda de um anjo*, se transforma no autodenominado português do século XIX principalmente através dos hábitos adquiridos pela convivência com a brasileira Efigênia. Sua elegância contrasta flagrantemente com a equivocada exuberância das vestes do brasileiro torna-viagem. Além disso, é neste capítulo que introduzimos efetivamente a ficção camiliana no contexto da segunda metade do século XIX.

Por fim, no quarto capítulo dedicamo-nos à investigação da representação da torna-viagem em quatro narrativas de Camilo Castelo Branco, a saber, *Eusébio Macário* (1879), sua continuação, *A corja* (1880), *Os brilhantes do brasileiro* (1869) e, por fim, *O cego de Landim* (1877). Destes romances, em que os brasileiros comparecem como elementos importantes para a economia narrativa, é flagrante a sua identificação com o conceito de fomentador. Todavia, não se está num processo de

aplicação de modelo, mas de verificação de quanto a obra de Camilo adapta para o contexto português aquela figura histórica do empreendedor tão cara à modernidade e ao capitalismo daquele século.

Nas considerações finais, após a recolha formal das conclusões a que chegamos, procuramos identificar os vários projetos de regeneração experimentados por Portugal ao longo dos anos e as discussões por eles propiciadas a fim de verificarmos o novo lugar que a ficção de Camilo Castelo Branco pode ocupar na série literária nacional daquele século.

Sempre que foi possível, apresentamos a grafia original das obras e evitamos siglas desnecessárias para identificá-las. Por isso, cada narrativa, após sua introdução, será apresentada apenas pela palavra inicial do título, seguida pela página referida, quando houver.

Por fim, é preciso esclarecer que os termos 'brasileiro' e 'brasileiro torna-viagem' referem-se sempre aos personagens portugueses de nascimento que emigram para o Brasil e posteriormente retornam à sua terra natal. Sempre que for necessário fazer referência aos personagens nascidos no Brasil, serão usadas expressões como 'brasileiro nato' ou 'brasileiro de nascimento'.

Capítulo 1 – BRASILEIROS E PORTUGUESES: TODOS FORA DO LUGAR

Brasileiro, brasileiro,
Chamam-te de mão-furada;
Foste ao Brasil e viestes (*sic*)
Não trouxestes (*sic*) de lá, nada.
(cancioneiro popular)¹

¹ Quadra recolhida por Arlindo de Sousa – *Cancioneiro de Entre Douro e Mondego*, Lisboa: s/d, p. 87, e transcrita por Alves, Jorge Fernandes – O «brasileiro» oitocentista - representações de um tipo social. In VIEIRA, Benedicta Maria Duque (org.) - *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no Século XIX*. Lisboa: ISCTE (C.E.H.C.P.), 2004, p.193-199.

1.1 – Idéias e lugares entre Brasil e Portugal

Então Portugal foi metrópole, o Brasil foi colônia, Portugal descobre e desbrava, dá a luz o Brasil, e fica o ascendente irmão do descendente? Que diabo de trapalhada de parentesco é esta? (...) Ex-metrópole e ex-colônia – povos irmãos?! Nem Estrabão ousaria dizer isso na Capadócia, nem o Brasil consente semelhante desaforo(...).
- Figueiredo Magalhães, *Camões e os portugueses no Brasil*

A análise comparativa do cânone literário brasileiro do século XIX com o cânone português permite observar uma presença muito maior de personagens brasileiros na literatura portuguesa do que de personagens portuguesas na literatura brasileira. Por que essa diferença? O que essa questão literária pode nos dizer sobre as relações entre Brasil e Portugal durante esse período?

Responder a essas perguntas demanda primeiramente investigar a premissa de que há um desequilíbrio de representatividade entre brasileiros e portugueses, sendo assim, nada mais prático e esclarecedor que proceder a algum levantamento mais preciso, mesmo que rápido.

Levando-se em conta apenas os personagens portugueses mais bem fixados em obras canônicas, tem-se no romantismo brasileiro: D. Antonio Mariz, o fidalgo que ajudou a fundar a cidade do Rio de Janeiro, em *O guarani* (1857), e Martim, o desbravador de *Iracema* (1865), ambos de José de Alencar, e Leonardo-Pataca e Maria-Hotaliça, atrapalhados pais de protagonista de *Memórias de um sargento de milícias* (1852), de Manuel Antônio de Almeida. Já no período realista computam-se o comerciante João Romão, o operário Jerônimo e o negociante Miranda, todos de *O*

cortiço (1890) de Aloísio Azevedo e D. Carolina, dona de cortiço na Rua da Misericórdia que disputava com Amaro o amor do mancebo Aleixo, em *O bom crioulo* (1885) de Adolfo Caminha.²

A contagem dos personagens brasileiros presentes na literatura portuguesa do séc. XIX é um pouco mais complexa porque exige soma dos brasileiros de nascimento e dos brasileiros de *torna-viagem* ou de profissão, termos usados na época para designar o português que imigrava para o Brasil a fim de fazer fortuna e que, depois, retornava à pátria. Veja-se a definição de Alexandre Herculano:

a designação de 'brasileiro' adquiriu para nós significação singular e desconhecida para o resto do mundo. Em Portugal, a primeira idéia, talvez, que suscita este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior largueza e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico. (HERCULANO *apud*, MACHADO, 2003, p 89)³

Os que retornavam carregavam a alcunha de *brasileiros*, mesmo muito tempo depois de voltar a Portugal, como se tivessem trocado de nacionalidade. Assim, não há trapaça na conta que se faz aqui quando, dentro do contexto português do séc. XIX, e apenas como exercício de quantificação, unem-se as duas categorias sob o rótulo de personagens brasileiros.

² Cabe lembrar que não entraram na estatística os personagens Ceci, de *O guarani*, e Leonardo de *Memórias* porque nasceram no Brasil. Ainda que, no caso de Ceci, ela tenha nascido no pequeno recorte de Portugal que era a fortaleza do colonizador Antônio Mariz, seu pai, e no de Leonardo o narrador sugerir que ele foi gerado quando sua mãe ainda estava em Portugal.

³ O mesmo estudo de Igor Renó Machado chama a atenção para o fato de ter havido no Norte de Portugal, principalmente na região do Porto dois termos para indicar a condição do retornado, ou seja, brasileiro é o português que volta rico enquanto o abasileirado é o que volta apenas remediado e vai abrir pequenos negócios como mercearias, estalagens e hotéis.

Se forem contabilizados os brasileiros das obras de Eça de Queiroz tem-se o torna-viagem Basílio de *O primo Basílio* (1878) e o brasileiro nato Castro Gomes, de *Os Maias* (1880) com o personagem Joaquim Soares da Boa Sorte de *O brasileiro Soares* (1886), romance de Luis Magalhães, e ainda que sejam somadas as novelas inacabadas de Almeida Garrett, *Helena* e *Komurahy* e o retornado Eusébio Seabra de *A morgadinha dos Canaviais* (1868), de Julio Dinis, a contabilidade da representação de portugueses e brasileiros parece não mostrar muito desequilíbrio.

Mas isso não é verdade porque propositalmente ainda não se inventariou a vasta obra de Camilo Castelo Branco. A parcela de Camilo Castelo Branco faz definitivamente a balança pesar para o lado português, acrescentando uma grande quantidade de personagens brasileiros entre retornados e natos, e, por isso, validando, a premissa inicial.

Sem intenção de apresentar uma conta exata, porque se está tratando de uma obra que chega a 140 títulos, pode-se facilmente lembrar dez novelas camilianas em que a presença do brasileiro é representativa: *Onde está a felicidade?* (1856), *A queda dum anjo* (1862), *A neta do arcediogo* (1856), *Coração, cabeça e estômago* (1862) *Que fazem as mulheres* (1858), *A brasileira de Prazins* (1883), *Os diamantes do brasileiro* (1869), *EUSÉBIO Macário*(1879), *A corja*(1880), *A mulher fatal* (1870) e *O cego de Landim*(1877). Ainda há muitos outros entre protagonistas e aqueles que comparecem nas obras por apenas algumas páginas, mas envolvidos em ações importantes para construir o universo camiliano, em que o dinheiro vindo do Brasil é decisivo.

Retornando à pergunta inicial, uma explicação possível para o fato de haver muito mais personagens brasileiros na literatura portuguesa do que portugueses na literatura brasileira do século XIX pode ser dada pela

evidente mudança das relações políticas e econômicas dos dois países. A verdade é que, após a Independência, Portugal, pouco a pouco, deixou de ser não só a metrópole, mas também o interlocutor necessário e primeiro. Uma rápida consulta à História mostra que a partir da segunda metade daquele século, Portugal, em diversos aspectos, pouco passou a significar para o Brasil.

Economicamente, desfeitos os vínculos políticos, o Brasil continuou a ser o que era como colônia, uma lucrativa empresa a serviço do mercado europeu, como revela a visão de Caio Prado Junior (1983, p.31):

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns gêneros, mais tarde ouro e diamantes, depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu⁴.

Porém, se para o Brasil a Independência trouxe autonomia e crescimento econômico, para Portugal não foi assim. É o que se percebe no comentário de Joel Serrão sobre esse evento:

Direta ou indiretamente, toda a vida portuguesa da primeira metade do século passado [XIX] se liga ao processo de independência brasileira, primeiro política e só bem tardiamente econômica (...). Será preciso lembrar numa síntese veloz a transferência da corte de D. João VI para o Rio (1807), o crescimento brasileiro e a estagnação metropolitana que se seguiram? O triunfo do liberalismo em Portugal (1820) cujo objetivo fundamental era o projeto de reconduzir o Brasil à sua dependência tradicional da metrópole; (...) a guerra civil (1832-1834) cujo desespero resulta, em boa parte,

⁴. Prado e outros historiadores usam esse argumento, a exclusiva atenção brasileira ao mercado externo, para explicar seu fraco desenvolvimento frente a outras nações no século XX.. Cf. BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república*. São Paulo : Alfa-omega, 1991. 4v.

da perda da colônia por excelência? (SERRÃO, 1974, p. 54)

Portugal demorou a perceber que pouco havia investido no próprio torrão europeu e ainda dependia demais do Brasil, pois foi somente em 1833, com a legislação de Mouzinho da Silveira, o que o país se voltou para as transformações que aconteciam na Europa e foi buscar o caminho do crescimento interno, da industrialização, da modernização das estruturas de suporte da economia e do fomento à educação.

Mesmo assim, o último quartel dos oitocentos vai encontrar a ex-metrópole ainda mais dependente da ex-colônia, numa inversão de papéis que a “sangria da emigração” - ou seja, o aumento na entrada de portugueses no Brasil a partir da década de 1830 - só faz confirmar. Serrão e outros estudiosos desse fenômeno (MACHADO, 2003; ALVES, 1998; ARAUJO, 2000) confirmam que, sem as remessas de recursos dos emigrados para o Brasil, as contas do país não fechariam. Além disso, no campo do comércio, os poucos gêneros exportados para o Brasil eram tão-somente aqueles presentes nos hábitos alimentares da colônia.

É claro que, como fenômeno histórico de natureza estrutural, a emigração e suas conseqüências estão representadas na literatura e podem justificar a profusão de personagens brasileiros na ficção lusa, mas o que confirma a hipótese de que Portugal pouco significa para nós depois da Independência está no âmbito cultural. Trata-se da busca de autonomia e afirmação nacionalista, exigência do projeto romântico, por parte dos intelectuais e escritores brasileiros nesse momento, o que gera uma revolta contra tudo que é português.

Há muito material sobre essa questão. Antônio Cândido, em *Literatura e sociedade* (1976) lembra a posição antilusitana de certa corrente de pensamento da época que via a literatura local segundo um

“processo retilíneo de abasileiramento” e, por isso, acreditava poder marcar a origem de nossa literatura em uma suposta literatura indígena, “autenticamente nossa, que, a não ter sido maliciosamente sufocada pelo colonizador, teria desempenhado o papel formador que coube a Portugal.” (CANDIDO, 1976, p.89). No mesmo sentido, Flora Süssekind, em *O Brasil não é longe daqui* (SÜSSEKIND, 1990), obra em que investiga a constituição do narrador na ficção brasileira, detecta as primeiras tentativas de se fundar uma historiografia literária na preocupação dos românticos em estabelecer um início genuinamente brasileiro para a literatura nacional.

Em 1836, no seu *Discurso sobre a historia da literatura do Brasil*, Gonçalves de Magalhães perguntava “Qual a origem da literatura brasileira?” e marcava o seu começo no século XVIII, mesmo com a ressalva de “não se poder ver ainda um caráter nacional pronunciado que a distinga da portuguesa”⁵. No mesmo texto, publicado na revista *Niterói*, declara que “hoje o Brasil é filho da França”, num claro exemplo da desfiliação e refiliação de que fala Pierre Rivas (RIVAS *apud* PINTO, 1999) ao comentar o nosso Romantismo.

A presença da França no nosso romantismo é bem conhecida, mas a troca para o paradigma francês aconteceu gradualmente. Entre o entusiasmo de Gonçalves Magalhães e a digestão do modelo do romance de Chateaubriand e Balzac por Alencar há mais de vinte anos de distância.

Não se está aqui a negar que permaneceu, durante todo o século XIX, um intenso contato intelectual luso-brasileiro, seja pelo papel das universidades portuguesas na formação dos nossos escritores ou pela importância do Brasil como mercado consumidor dos folhetins

⁵ Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12582748723488273098435/index.htm>. Acesso: 20 de junho 2008.

portugueses. É corrente a informação de que, muitas vezes nem importação havia desses livros que eram simplesmente impressos e vendidos a revelia dos autores⁶. Porém não se compreende a formação da nossa identidade nacional no século XIX sem mencionar a missão artística francesa no Rio de Janeiro, em 1816, ou a influência dos estudos sobre a natureza brasileira feitos por Ferdinand Denis. Há também a participação do mesmo Ferdinand Denis na escolha do nosso projeto de literatura nacional⁷ e, ainda, a popularização da moda e costumes franceses apresentados a nossa gente pelos folhetins e romances vindos de Paris.

Muitos franceses apaixonados pelos trópicos, que conheciam pelas descrições das obras de Chateaubriand, instalaram-se temporariamente no bairro da Tijuca formando uma pequena colônia de origem francesa. Esse grupo, pela valorização da fauna, flora e clima, disseminou uma sensibilidade nova que ajudou a construir a idéia de que o Brasil era e devia assumir-se como lugar exótico, heterogêneo e pouco explorado, mas principalmente como outro, diferente de Portugal.

No mesmo sentido, Mario Carelli, ao estudar o intercâmbio cultural entre o Brasil e a França, ressalta a importância dessa relação para o plano político:

O desmoronamento da monarquia brasileira e instauração de uma ordem republicana foram preparados por uma maturação ideológica muito longa, cujas marcas principais são feitas pela referência constante à França das Luzes; à Revolução Francesa e às correntes de pensamento que se confrontavam na Europa. Dois mestres pensadores maiores foram citados até a saciedade pelos intelectuais progressistas,

⁶ Sobre isso ver comentários sobre os plágios e crimes contra os direitos autorais no séc. XIX, em MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *O império em chinelas* Rio de Janeiro: Civilização, 1957.

⁷ V. ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em Berço Esplêndido: A Fundação da Literatura Nacional*. Prefácio de Luiz Costa Lima. São Paulo, Siciliano, 1991

em uma estratégia de mutação política e social, ao longo do séc. XIX. Trata-se de Vitor Hugo e Auguste Comte (CARELLI, 1994, p.147)

Em verdade, até Portugal no séc. XIX se afrancesou ou, pelo menos, tinha como modelo a França⁸. O que aconteceu no Brasil foi que deixou de haver o filtro português.

Talvez o estudo mais interessante sobre o apagamento da cultura lusa do imaginário brasileiro seja o de Eduardo Lourenço em *A nau de Ícaro* (LOURENÇO, 2001), obra em que investiga a relação cultural entre Portugal e suas ex-colônias hoje. Para Lourenço subsiste na atualidade uma “teia imaginária, hipócrita e nula nos seus efeitos, que se acoberta sob o rótulo de *relações culturais entre Portugal e Brasil*” (LOURENÇO, 2001, p. 144), a qual necessita ser investigada de ambos os lados do Atlântico a fim de se expurgarem as contradições instauradas pelo *delírio* e pelo *ressentimento* recalcados desde pelo menos a Independência.

[O Brasil] parece (...) ter cometido um parricídio, mesmo inconsciente, vivendo-se, como realmente se vive, nos seus textos, nos seus sonhos, nas suas ambições planetárias, como uma nação sem pai.

(...)

A autonegação ou denegação que a cultura brasileira faz de si mesma, ocultando, menosprezando ou, com mais verdade hoje, *ignorando* o seu nódulo irreduzível e indissolúvel português (...), é tão absurdo e delirante

⁸ Veja-se o que escreve Eça de Queiroz em carta a Oliveira Martins de 10 de maio de 1884: “Os meus romances, no fundo, são franceses, como eu sou em quase tudo um francês (...) Da gente portuguesa conheço apenas a alta burguesia de Lisboa – que é francesa – e que há de pensar à francesa, se algum dia vier a pensar. Como é feito por dentro o português de Guimarães e de Chaves? Não sei (...) Dentro em pouco, há-de haver um só tipo de homens, em toda a Europa, com o mesmo feitio moral, as mesmas frases, e o mesmo corte de barba. E o tipo escolhido há-de ser o francês, que é por excelência, *l’omme moyen*, sem excessos no bom ou no mau de temperatura temperada e feito de doses iguais.” (QUEIROZ, Eça. Correspondência. In:----- *Obras completas*. Porto: Lello & Irmãos, 1979. p.525-526.)

como a fixação possessiva, o amor imaginário que devotamos a um Brasil, não por ser o que ele é, mas por julgarmos que os brasileiros se vivem como continuação, ampliação ou metamorfose nossa. (LOURENÇO, 2001, p.141)

O ressentimento e o delírio desta confusa relação também podem ser rastreados em Portugal. Os textos do século XIX, como periódicos e material didático, são prova disso. Sentimentos contraditórios marcam as referências ao Brasil e aos brasileiros, oscilando entre o mal disfarçado orgulho e o despeito, a necessidade de marcar diferenças e a esperanças futuras. Veja-se o que escrevem João Moreira e João Correia, professores do Liceu Central do Porto, na *Nova selecta portugueza*:

Hoje, o Brasil, vastíssimo império, vivido, esperançoso e livre. Emancipado da metrópole não só pelos sucessos políticos que se realizaram no primeiro quartel do século em que vivemos, mas ainda pela lógica natural do progresso das sociedades, está destinado pela sua posição geográfica, pela excelência do clima, pelas riquezas que possui e pelo patriotismo dos seus habitantes, a desempenhar um grande papel na história do novo mundo. Possa o povo infante, filho e em tudo descendente d'uma nação pequena, mas nobilíssima, viver e prosperar por muitos séculos, dando exemplos de sabedoria e de humanidade às velhas monarquias da Europa, que se julgam mais civilizadas, e que só têm mais poder ou fortuna. (MOREIRA; CORREIA *apud* BOTO, 2000, p. 22)⁹.

Ou, ainda, o caso dos volumes d'*As farpas*, periódico escrito por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, entre 1871-1872, cujo objetivo era conscientizar o público leitor da necessidade de transformação de Portugal

⁹ MOREIRA, João M.; CORREA, João Manuel. *Nova selecta portugueza* : colligida, anotada e acompanhada d'um tratado de composição e derivação para uso das aulas de portuguez e litteratura. Braga : Livraria Academica de J. A. Moreira de Castro, 1902. p. 38.

pela aproximação com a cultura européia. A matéria-prima da publicação era a vida social, política, econômica e literária do país que chegava todos os meses aos *leitores de bom senso* do país, embrulhada em fina ironia e incisiva crítica. Nesse material é natural que o interesse pelo destino do país que fora o filho dileto apareça também. Muito conhecidas são as críticas ferinas ao uso que no Brasil se faz da língua portuguesa. A expressão coloquial e as variações de vocabulário e entonação são motivo para deboche e escândalo:

Pelas conversações que o imperador teve em Lisboa soube-se que existe no Rio de Janeiro – e é ilustre e preponderante – um homem que possui este título: Barão de Minhinhonã! (...) Arrastar pelo grotesco, - uma língua- até ao vocábulo Minhinhonã, é desfeitear a inteligência de uma nação, a austera dignidade de uma palavra, o verbo do seu pensamento, a literatura a memória dos puristas, e a inviolabilidade da sua idéia. (...) Vocábulos daqueles não se depositam num dicionário respeitável, atiram-se para uma escarradeira. Os senhores brasileiros tenham a bondade de a falar para a rua, ou nos seus lenços! E o governo se tem dignidade, deve pelos seus agentes diplomáticos – pôr cobro àquele extravasamento do brasileiro — sobre o português de Camões. Os senhores do Brasil que dêem uma direção à sua imagem – de modo que não venha cair como enxurro sobre os nossos dicionários que passam. Em último caso que a canalizem! (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2008, p. 84-5)

A questão da imigração servia para acirrar os ânimos porque, como já se disse, ela evidenciava a fragilidade da economia e ofende a comunidade portuguesa no Brasil. Textos como a crônica acima repercutiam muito mal e fomentavam o sentimento de antilusitanismo (MACHADO, 2003, p.79).

Foi o caso da publicação de uma compilação de textos d'*As farpas*, em Pernambuco, 1872. O texto "O brasileiro" de Eça de Queiroz foi responsável pela onda de revolta que dominou as cidades de Recife e Goiânia e fez correr rios de tinta nos dois lados do Atlântico. A fúria foi tanta que brasileiros natos saíram às ruas em grupos para espancar galegos já perseguidos por dominarem o comércio na região. Veja-se como protestam Ortigão e Eça em carta ao presidente da província de Pernambuco:

Das duas uma: ou a amizade dos brasileiros era tão débil, tão tênue, tão fio, tão película que um epigrama bastou para a romper – e nesse caso não podemos deixar de notar que Pernambuco é hipócrita: ou a inteligência e vontade de Pernambuco são de tal modo conformadas que basta uma fantasia de folhetim para impelir aos excessos, e nesse caso Pernambuco é idiota. (...) Há que Pernambuco não suporta esta colônia que se apossa, pela superioridade, da riqueza do país, enquanto os naturais caem em subserviência (...). A verdade é esta, dizem-no todos os portugueses que visitam o Brasil, dizem-no todos os brasileiros inteligentes – o brasileiro detesta o português. (...) Aceite, senhor presidente, os protestos da nossa estima e não nos esfaquee, senhor – não nos esfaquee ! (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2008, p. 139-140).

Diz a História que houve um mal entendido, pois os pernambucanos creditaram o texto de Eça como ofensa aos brasileiros natos, por isso tanta balbúrdia, que iria ainda ampliar-se com a publicação, pelo jornalista José Soares Pinto Correa, de uma réplica conhecida como *Os farpões ou Os Bandarilheiros de Portugal*.

No trecho abaixo, Ortigão discute a antipatia que passa a marcar as relações dos dois países após o fim da relação colonial:

Que mal fizemos nós ao brasileiro? Nenhum. Demos-lhe a vida histórica, demos-lhe os costumes dos nossos pais, a civilização herdada de nossos antepassados, a língua dos nossos poetas. Estamos-lhe dando ainda em cada ano os mais fortes elementos que constituem o progresso – o braço e a inteligência dos nossos filhos mais fortes e mais robustos, o melhor, o mais vermelho, o mais rico do nosso sangue. Nós ficamos abatidos, prostrados, anêmicos. Os mais valentes homens de Portugal, os alentados, os sadios, os diligentes, os pacíficos, os dedicados homens do Norte, os mais aptos para regenerarem pela família a enfraquecida raça portuguesa, para fertilizarem o solo, para cultivarem o estudo, para enobrecerem as idéias, esses homens emigram para o Brasil. Onde está a nossa forte mocidade montanhosa, trasmontana e minhota? No Brasil. Onde estão os nossos mais empreendedores industriais, os nossos mais hábeis mercadores, os nossos mais ricos negociantes, os nossos capitalistas, os nossos banqueiros, os nossos proprietários, os nossos trabalhadores, os nossos soldados? No Brasil. Eis o mal que fizemos aos brasileiros (ORTIGÃO, 1992, p.78).

Como se percebe, o Brasil é a fonte de todos os males portugueses, para onde emigra - o melhor da juventude. Ortigão não se lembra do fato de a economia portuguesa não ser capaz de gerar colocação para esses emigrantes. Para o escritor *d'As farpas* a ex-colônia nada construiu que não fosse através da sua relação com Portugal. Sem a colonização, não teria literatura, filosofia, poesia, enfim tradição artística, pois tudo adveio do processo civilizador empreendido pela antiga metrópole. E reclama das condições em que trabalham os imigrantes na agricultura, lidando principalmente com o café, em condições, muitas vezes subumanas:

Como cada uma destas manifestações da civilização humana lhe não é levada senão em amostra pelos colonizadores do seu litoral, imagina o Brasil que são os seus colonizadores que lhe roubam a ele aquilo que os seus colonizadores possuem e que ele não soube

granjear. Mas ponderai bem a vossa cegueira! Considerai o que vos disse Buckle! Se os vossos colonizadores vos largassem a mão com que vos seguram, vós recuaríeis para o selvagem, retrogradaríeis indefinidamente na cadeia dos seres, até reimmergirdes no gentio. Sabes, ó Brasil, o que é para ti o colono que tu espancas, que tu insultas, que tu persegues? Sabes o que é o colono? O colono é o médico que te cura a hidropisia, a escrófula e a febre evaporada dos teus charcos e dos teus rios pútridos. O colono é o mestre que te ensina a soletrar os livros que encerram os tesouros do espírito humano, os segredos do universo. O colono é o teu músico, o teu poeta, o teu sábio, o teu agricultor, o teu industrial, o teu banqueiro. O colono é a tua arte, a tua religião, o teu Deus. Finalmente, o colono é o teu imperador. O colono és tu mesmo. (ORTIGÃO, 1992, p.84)

Mas a imagem que Ortigão constrói do brasileiro torna-viagem, bastante negativa e preconceituosa, pode ser percebida também em outros autores da época. Ela mostra o retornado como alguém que volta a Portugal não para contribuir para a regeneração do país, mas para descansar e gozar a vida, depois de gastar toda a sua energia e capacidade na construção do Brasil:

O português só chega a denominar-se brasileiro quando não traz para Portugal senão a sua ociosidade e os juro do seu dinheiro, quase nunca os seus capitais. O seu comércio, a sua indústria, a sua influência civilizadora, os poderosos elementos de trabalho de que ele dispunha ficaram no Brasil. Foi lá que o brasileiro deixou o seu negócio entregue à gerência de um associado, a fábrica trespassada ao seu contramestre, a loja ao seu primo caixeiro, a roça a um feitor ou a um mascate enriquecido [...] Que traz ele à pátria? Traz-lhe o dinheiro, a ociosidade, a propensão para gozar – coisas que [...] não foram nunca durante todo o decurso da vida nacional senão os agentes imediatos e fatais da nossa corrupção, da nossa decadência, do rebaixamento profundo da nossa dignidade e da nossa consciência (ORTIGÃO, 1992, p. 72)

O rancor expresso no trecho acima pode explicar a rejeição à figura do retornado, como se vê na caracterização debochada construída em várias obras de vários autores. Feio, gordo, sujo, mal vestido, mal-educado, inconveniente e incapaz de falar o idioma corretamente, ele é aquele que ao assumir traços da cultura do país estrangeiro - onde por vezes permanece por mais de vinte anos,¹⁰ - "abrasileirou-se", traindo sua origem. A ironia é que esses homens são indivíduos divididos em dois mundos: longe da terra natal será sempre o outro, o português, mas se voltar a Portugal não será um patrício, ficará ainda estrangeiro, pois a experiência de emigrado modifica sua relação cultural. Assim, será o brasileiro para sempre.

Esse drama está representado na literatura portuguesa, por exemplo, pelo personagem Manuel da Bouça, do romance *Emigrantes*, publicado em 1928 por Ferreira de Castro. A fim de conseguir dinheiro para comprar terras mais produtivas e melhorar sua vida ele deixa sua aldeia para trabalhar em uma fazenda de café no interior de São Paulo, onde luta para adaptar-se. Mais tarde, volta a sua aldeia, mais pobre do que saiu e já não se reconhece como agricultor, por isso parte em direção à cidade de Lisboa. Nessa obra, Ferreira de Castro expõe a ilusão que reveste o mito do enriquecimento fácil no Brasil. Assim como o personagem, a maioria dos emigrados voltava pobre ou remediado e apenas uma pequena parcela deles regressava a Portugal realmente rico.

Na crônica intitulada "O brasileiro", de 1872, Eça de Queiroz traça uma irônica descrição desse retornado que enriqueceu. Apesar de reconhecer a importância desses cidadãos para a economia do país não

¹⁰ Este é o tempo médio, segundo os historiadores aqui mencionados, necessário para retornar rico a Portugal. (cf

deixa de, em quase todo o texto, apresentar os traços grotescos que, segundo afirma, o povo português atribui ao brasileiro, que teria se tornado para o país um “fornecedor de riso”.

Nos lábios finos, a palavra *brasileiro*, tornou-se um vitupério: *o senhor é um brasileiro!* [sic]. A sua convivência é um descrédito plebeu: ninguém ousa ir para um hotel onde se alojam os brasileiros e onde eles arrastam os seus sapatos de liga, falando baixo e solitários das coisas *di lá*: ninguém se *abrasileiralha* a ponto de frequentar os cafés onde eles num descambado sonolento, bocejam apoiados aos guarda-sóis... (QUEIROZ; ORTIGÃO, 2008, p. 104)

Talvez porque a atividade de cônsul o tenha feito ver Portugal e Brasil sob outra ótica, mais tarde, em 1890, ao publicar a crônica em *Uma campanha Alegre*, suavizou o texto, suprimiu partes e deixou clara a sua defesa do brasileiro, porque escolhe outro alvo para suas ironias, o lisboeta:

Ora o brasileiro não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem extraordinário – é um trabalhador. (...) Brasileiro amigo, queres tu por teu turno rir do lisboeta? A esse colete verde, que tanto te escarnecem, fecha bem as algibeiras; esse prédio sarapintado de amarelo, que tanto te caricaturam, tranca-lhe bem a porta; esses pés, aos quais tanto e acusam os joanetes e os tamancos primitivos, não os ponha mais nos hotéis da capital – e poderás rir, rir do carão amarrotado com que ficará o lisboeta, que tanto ri de ti! (QUEIRÓS, ORTIGÃO, 2008, p. 118)

A imagem caricata de Eça encontra eco nas jocosas descrições da aparência e do dialeto do emigrante português retornado feitas por

Camilo. Nas suas novelas desfilam comendadores e barões obesos metidos em coletes espalhafatosos a estropiar a gramática.

O povo, o grande animal expansivo, que ri às vezes com o fino sentimento do burlesco, dava na barriga palmadas duma exultação hilar e bruta. - Olha o rabo da casaca voltado p'ra adiante, ó Maria Ruiva! - O diabo do homem parece um entrudo! É que traz a barriga do envés! - E o Ferramenta: - Ó Zé das poldras, olha o brasileiro como é gordo! Se eu pilhava assim um porco! (EUSÉBIO MACÁRIO, p. 46)

Mas não se pode ver nos exemplos acima a realidade dos torna-viagem. Como bem escreve o pesquisador Jorge Fernandes Alves:

O "brasileiro" literário dificilmente se ajustava ao "brasileiro" real, pois o sentido metafórico da personagem conglomerava freqüentemente um somatório de características dispersas numa só personagem. O homem normal, que partiu, trabalhou e voltou, não podia ser o resíduo causticado, delimitado pela banda estreita de uma literatura bastante linear. (ALVES, 1998, p. 04)

A seguir Fernandes Alves exclui desse grupo a obra de Camilo Castelo Branco, dizendo que ele, apesar do tom jocoso com que tratou a questão, soube explorar a diversidade de tipos humanos que imigrou para o Brasil e voltou à terra natal. Será mesmo? Difícil concordar com esse pensamento, mas não se discutira aqui essa questão. A análise da representação dos brasileiros torna-viagem na ficção camiliana só se dará mais adiante, quando, sob a perspectiva dos atributos da masculinidade moderna, se pretende analisar a contribuição desse grupo para consolidação de uma sociedade burguesa capitalista no século XIX.

Por enquanto, é preciso conhecer um pouco mais a história da imigração.

1.2 – Idéias e homens que vão e vêm

No séc. XIX, devido às dificuldades econômicas e sociais portuguesas e à propagação do mito do enriquecimento com trabalho em terras brasileiras, era comum que as famílias ansiassem por ter entre os seus um brasileiro torna-viagem. Afinal, ele seria a garantia de proteção e sustento, tanto dos pais quanto dos irmãos mais novos e avós. Quanto a isso, é preciso lembrar que, na tradição portuguesa, os bens e propriedades fundiárias eram herdados por apenas um dos filhos, restando aos outros seguir vida eclesiástica ou emigrar para o Brasil.

Por isso, muitas famílias preparavam com cuidado e antecedência a emigração de um parente, proporcionando-lhe os saberes necessários à obtenção de determinada colocação no Brasil. Isso acontecia principalmente no ramo comercial, em que a preparação de um caixeiro envolvia gastos para alfabetizar e ensinar matemática elementar ao candidato.

Era alto o custo da empreitada, pois ainda se teria de obter dinheiro para compra da passagem, o que exigia que o emigrante tivesse alguma posse. Depois, era pôr em ação a rede de inserção e amizade no Brasil,

configurando o que os brasileiros natos, indignados, nomearam de “parede”. Trata-se de um bloqueio em que os comerciantes portugueses reservavam posições apenas para os patrícios, prática que era, em grande parte, desencadeada pelo medo que tinham os emigrados de ocorrer uma nacionalização do comércio que lhes tirasse o trabalho. (ALVES, 1998).

Esse tipo de emigrante era maioria no início do século. Porém, a partir da segunda metade do séc. XIX, devido ao incentivo brasileiro à vinda de mão de obra européia para “branqueamento da raça”, muda o perfil migratório português. O Brasil passa a receber principalmente gente mais pobre e sem instrução que vinha substituir a mão de obra escrava (MACHADO, 2003).

Para a grande maioria não era fácil nem barato chegar à terra das oportunidades, para ter chance de enriquecer. Muitos já desembarcavam com grande dívida, referente aos custos da viagem. É o que a História conhece como imigrante “engajado”, ou seja, aquele que com seus ganhos no Brasil deveria, entre outras coisas, pagar o bilhete de viagem. É, daí, iniciada a relação de dependência e exploração que marca a relação da imensa maioria dos colonos com o patrão: para saldar a dívida, esses homens tinham de submeter-se às imposições do contratante, que, na maioria das vezes, era também português.

A demanda de engajados era enorme por isso muitos traficantes de escravos, com o fim desse comércio, passaram a agenciar e a transportar emigrantes. Aliás, chega a ser irônico o fato de que o fluxo emigratório fez florescer no Porto a indústria de veleiros e o negócio de transporte de cargas e pessoas para o Brasil, comandado por brasileiros de torna-viagem. Sabe-se, por exemplo, que a Associação Comercial do Porto

formada por muitos retornados pressionava o governo a abrandar as regras de emigração. (MACHADO, 2003)¹¹

O movimento emigratório português foi realmente muito grande. Tanto que o historiador J. Amado Mendes, no texto *Etapas e limites da industrialização*, ao comentar os bloqueios à expansão econômica portuguesa na segunda metade dos oitocentos, chama a emigração de “sorvedouro de capital humano”. Para Mendes, esse evento contribuiu, juntamente com o baixo nível médio de escolaridade e a escassez de recursos naturais, para retardar a industrialização portuguesa. (MENDES, p. 323).

Se a maioria era pobre e sem qualquer perspectiva de sustento em sua aldeia, havia também imigrantes com formação melhor, inclusive doutores. Médicos, advogados, padres, jornalistas - grande parte da imprensa brasileira era formada por portugueses – e trabalhadores com experiência comercial formavam a elite dos imigrantes e, em sua maioria, depois de estabelecidos no Brasil, dificilmente retornavam. Assim, não se pode estereotipar a massa de portugueses que veio para cá a fim fazer fortuna. Fernandes Alves explica que não formavam um grupo social homogêneo, como o senso comum poderia imaginar. Para ele

Partimos de uma dispersão de indivíduos que apresentam um ponto comum na sua trajetória de vida – o regresso do Brasil, depois de um período de emigração. Embora possamos encontrar afinidades de comportamento aqui e ali, um espírito de tertúlia que os levava a encontrar um fio identitário que os podia conduzir à associação em negócios, participação em clubes ou espaços de lazer, a verdade é que há «brasileiros» nos vários estratos sociais, para todos os gostos, apresentando muitos deles capacidade para

¹¹ Consultar também SERRÃO, 1974.

movimentos de ascensão social que concretizam o mito de «self-made man». (ALVES, 1998, p.10)

A idéia do Brasil como lugar de oportunidades para ganhar dinheiro, a “árvore das patacas” remonta o ciclo do ouro nas Minas Gerais. Mas no séc. XVIII o enriquecimento era para uns poucos entre os cerca de 10.000 que entravam no Brasil todos os anos. Depois, no início do séc. XIX, a imagem do Eldorado brasileiro alimentou o sonho dos que chegavam aqui.

Mas a verdade é que a grande parte dos retornados voltava pobre, porque a atividade em que realmente havia chances de enriquecimento era o comércio e não a agricultura, destino da maioria. Dados históricos revelam que “em 1873, o governador civil do Porto estimava em 40% o retorno da emigração, sendo que a metade desses retornou pobre, e a outra metade contava com uma maioria de remediados e poucos ricos (...).” (MACHADO, 2003, p. 42).

Um dos fatores que estimulou a volta dos emigrados foi o antilusitanismo dos brasileiros da terra. Por volta de 1850, havia grande ressentimento devido ao fato de os portugueses dominarem o comércio varejista e o mercado de trabalho nessa área, pois através da ação da Junta Comercial do Porto, portugueses pobres eram importados dessa região para ficarem com os postos, como já se falou anteriormente.

No comércio, que exige uma mão de obra mais qualificada, a competição ficava restrita à determinada camada, mas no final do século chegam muitos “engajados”, que competiam especificamente com os negros e mulatos, brasileiros recém libertos, pelas vagas de trabalhos que

não exigiam qualquer qualificação. Logo, contam os historiadores¹², era essa a parcela da população que mais ódio nutria pelos portugueses emigrados ou descendentes.

Acrescente-se a isso o fato de os imigrantes portugueses dominarem o mercado imobiliário, cobrando aluguéis extorsivos. Mas a situação era fermentada também pelo fato de as elites brasileiras preferirem o trabalhador português, ao povo da terra, para fazer funcionar a política de branqueamento que será levada ao paroxismo após a República (1889). Tal fato é prova da sintonia das nossas elites com o ideário da masculinidade no séc. XIX. Como se verá adiante, os negros eram apontados como exemplos de incompetência, falta de inteligência e indolência e se contrapunham à imagem de homem que se construía nesse momento.

Segundo o antropólogo Igor de Renó Machado, em sua tese de doutorado (2003), os estereótipos em Portugal sobre os brasileiros de torna-viagem eram bastante parecidos com os que se criaram no Brasil sobre a mesma população emigrada.

As acusações de enriquecimento ilícito e desonesto tinham íntima relação com o uso da fatia de mercado que dominavam no Brasil, (...). Mesmo porque, em termos simbólicos, não importa realmente a veracidade das imagens, mas a sua força. (MACHADO, 2003, 47).

Foi nesse caldo de ressentimento e exagero que se formou o estereótipo do torna-viagem e do Brasil como lugar das oportunidades inesgotáveis. Para completar essa imagem, não custa lembrar que o

¹² Acompanhou-se aqui a análise que MACHADO faz de trabalhos de vários historiadores interessados na questão como Luis Felipe Alencastro, Jorge Fernandes Alves e Gladys Sabina Ribeiro.

português que enriquecia, além de participar da economia, ascendia socialmente. Através da benemerência e da filantropia muitos obtiveram títulos de nobreza e comendas, que apagaram a origem quase miserável da maioria deles.

Essa prática foi estimulada pelo Estado liberal português, que sistematicamente facilitou e promoveu o acesso de burgueses à nobreza e a títulos honoríficos. O que importava era compensar aqueles que ofereceram apoio militar e financeiro à revolução liberal, a fim de consolidar alianças que reforçassem a posição de comando recém conquistada. Ou suprir as “necessidades do Tesouro Público”, já que como se sabe, em diversos momentos do período liberal os recursos financeiros portugueses eram bastante magros.

Mais tarde, o governo da Regeneração utilizou-se do mesmo recurso, o que levou à banalização e ao descrédito esse tipo de destaque social. Irene Vaquinhas e Ruy Cascão (VAQUINHAS, CASCÃO, 1993, 448-9) citam dados do historiador Oliveira Marques (1973) que estima em cerca de 800 o número de títulos de nobreza distribuídos entre 1834 e 1890.

Cabe refletir sobre essa confusa forma de o país usufruir dos recursos trazidos pelos retornados. Seriam mais lógicos os estímulos governamentais a fim desses homens investirem na indústria e na agricultura. Desse modo, reforçar-se-ia um sistema de valores em que os novos burgueses fossem reconhecidos pela sua capacidade de fomentar o progresso e a circulação de capital, em vez de “vender” diretamente *status* social, criando uma nobreza monetária.

No entanto, a caridade dos brasileiros torna-viagem não servia somente para a obtenção de títulos e comendas. Também resgatou da miséria outros patrícios. Para cada história de enriquecimento, havia

muitas de insucesso e sofrimento. Muitos homens, uma vez frustrados seus sonhos de riqueza, preferiam, por vergonha, esconder da família o fracasso e ser dado como morto ou desaparecido. Por isso não se pode negar o papel que as instituições de caridade tiveram no amparo ao imigrante, oferecendo-lhes alimentação, passagem de volta ou simplesmente contato com sua cultura. Exemplo disso são as Misericórdias, Irmandades e Ordens Terceiras.

O papel do emigrado do Brasil na constituição da sociedade portuguesa foi capital no norte do país. Personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime. Aburguesaram fortemente o meio e regaram de libras a cidade e o campo, bairros inteiros edificaram no Porto, cidade sua predileta. Eram seus o palacete urbano enfeitado com o brasão da fidalguia de fresca data que os ufanava e o casarão vermelho erguido no pomar da quinta bem granjeada. A igreja, a escola, o asilo, o hospício, o hospital, outros tantos marcos da sua benemerência dadivosa. (JORGE, 1930, p.23-4)

É fácil entender a importância da riqueza dos brasileiros torna-viagem, basta que se observe a situação econômica e social portuguesa em meados do séc. XIX. O país, que no século XVI se destacara das nações européias, que redesenhara a Terra com as Grandes Navegações e que vivera plenamente o Renascimento, estava, no século XIX, sofrendo com o grande atraso em relação às outras nações européias, desde o fim da dinastia de Avis.

No século XIX, décadas de instabilidade política e militar que incluíram as invasões francesas (1807, 1809, 1810), as lutas liberais (1828), a Revolução de Setembro (1836), a Maria da Fonte (1846) e a Patuléia (1847), fizeram com que os esforços do Estado para minimizar a crise interna não vingassem, ou poucos frutos tivessem.

A Regeneração (1851) – nome português do capitalismo, no dizer do historiador Oliveira Martins (1976) -, continuou a luta iniciada pelo cabralismo para promover a ordem e o progresso no país, investindo na industrialização e no comércio, incentivando a agricultura e promovendo a reforma administrativa e educacional. Mas os resultados demoraram a aparecer. Assim, veja-se o balanço pessimista de Oliveira Martins:

Depois da última [bancarrota], em 1851, veio uma causa nova juntar-se às anteriores. A construção de obras públicas, num país ignorante e pobre, tornou-se ao mesmo tempo uma aprendizagem cara, um campo a explorar por toda a casta de aventureiros estrangeiros, e um mercado rendoso para os bancos encarregados por nós de nos angariar dinheiro que não tínhamos para as obras que projetávamos. Da reunião de causas antigas e modernas proveio o desordenado acréscimo da dívida nacional e a voracidade correspondente do imposto. (MARTINS, 1976, p.568)¹³.

Além da instabilidade econômica, havia outros sinais de atraso em Portugal. A revolução industrial portuguesa não começou realmente antes das duas últimas décadas do séc. XIX, mesmo que alguns progressos já pudessem ser notados antes disso, como o fato de que pelos idos de 1850 já contava o país com algumas fábricas, principalmente de tecidos e alimentos. Em verdade, não havia como fazer crescer a indústria sem implementar a educação. Pelo dados do *Inquérito industrial de 1881*, pode-se ter uma idéia das dificuldades do operariado português:

A cultura intelectual dos nossos operários corre parilha com o desvalimento físico (...). A quase totalidade dos menores nas fábricas não sabe ler nem escrever, e o numero de horas de trabalho deles é, sem distinção, igual ao dos homens, sendo por vezes o trabalho

¹³ MARTINS, J. P. *apud* MENDES, 1993, p.322.

superior às suas forças. (*apud* MENDES, 1993, p. 365-67).¹⁴

Houve algum avanço também na questão dos transportes e da comunicação, que, como se sabe, conectaram Portugal com o mundo moderno de Além-Pirineus, como assinala Eça de Queiroz:

Pelo caminho de ferro que tinham aberto à Península, surgia cada dia, escoando de França e da Alemanha, torrentes de coisas novas, idéias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos, interesses humanitários (...). (QUEIROZ, 1993, p. 485).

No entanto, essas facilidades não chegavam à população rural dos povoados distantes. A literatura nos mostra bem o atraso dessas vilas: à parte as cidades mais importantes como Lisboa, Porto e Coimbra, o país é essencialmente agrícola e isolado, como mostram tanto as obras de Julio Dinis, Camilo Castelo Branco quanto as de Eça de Queiroz.

Na mesma perspectiva, ao comentar o ritmo lento da implantação do mundo burguês em Portugal, Vitorino Magalhães Godinho ressalta a contradição da existência de "uma estrutura tradicional [...] sob a capa de modificações jurídicas" (*apud*, VAQUINHAS; CASCÃO, 1993, p. 442)¹⁵, pois a igualdade de oportunidade para todos os cidadãos, presente na Constituição de 1822, ficara apenas no papel. O que se viu foi a manutenção da aristocracia e a persistência de valores tradicionais. Assim, em vez do traumático rompimento com a estrutura do Antigo

¹⁴ INQUERITO industrial de 1881 (III parte, p. 16).

¹⁵ GODINHO, Vitorino. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 2. ed. Lisboa : Arcádia, 1975. p. 155.

Regime, como se viu em outros países, onde a luta de classes foi acirrada, em Portugal optou-se pela conciliação.

A historiografia mostra o quanto essas questões atrasaram o crescimento da burguesia em Portugal. Por volta de 1816 os grupos burgueses representavam cerca de 8% da população, mas apenas 1/10 era formada por homens de negócio e mercadores (cf. VAQUINHAS, CASCÃO, 1993). Quase oitenta anos depois, o *Recenseamento da população de 1890* indica que a burguesia representava de 12% a 14% da população do país.

No Porto, a atividade produtiva desse grupo concentrava-se na produção e no comércio de vinho do Porto, além do transporte de emigrantes. Em Lisboa, desenvolvia-se, além da atividade mercantil, a financeira. Tanto que, no fim do século, a origem principal da riqueza da burguesia lisboeta era a especulação do mercado de capitais.

Adquirir títulos da dívida pública e imóveis era um meio seguro de multiplicar a riqueza, mas o que restava para o investimento nos setores produtivos do país, a indústria e a agricultura? Assim, a falta de espírito empreendedor e a necessidade de segurança por parte da burguesia foram entraves ao desenvolvimento da economia na segunda metade dos oitocentos.

Este condicionalismo ajuda a compreender por que sectores-chave da economia portuguesa se encontravam nas mãos de estrangeiros. (...) A rede de caminhos-de-ferro, no período de 1859 a 1866, foi construída graças ao investimento direto de capitais franceses; estrangeiros, sobretudo ingleses, eram os capitais que serviam para amortizar a dívida pública; na mão de ingleses estavam também alguns sectores do comércio marítimo e das explorações mineiras e muitas das companhias de seguros. Inglesa era, ainda, a importante colônia que na cidade do Porto controlava

uma boa parte do comércio de *port wine*. (VAQUINHAS, CASCÃO, 1993, p. 447)

Sem fôlego para modernização da agricultura e implementação da indústria, conviveram, no plano econômico, até boa parte do século XX, o moderno e o arcaico. Velhas práticas de cultivo, produção artesanal, a energia tradicional hidráulica eram mais comuns que a introdução de novas culturas e maquinário agrícolas e fertilizantes químicos, produção mecanizada e energia a vapor para a transformação da matéria-prima.

Além disso, mesmo com a alteração da regra jurídica de propriedade da terra que vigorava no Antigo Regime e a redução dos tributos sobre a agricultura, não havia capital para implementar mudanças. Por isso, o campesinato dependia dos magros créditos do governo ou de empréstimos particulares. Sob muitas formas, os recursos para o progresso e a modernização ainda estavam atrelados a conchavos políticos e favorecimentos pessoais.

Assim, por mais paradoxal que seja, não se pode estranhar o fato de a arruinada aristocracia aliar-se à nascente burguesia endinheirada, o que determinou entraves à evolução social. É bom que se lembre aqui o que se disse antes sobre a preferência do Estado pela venda de títulos de nobreza em lugar de reforçar as posições burguesas. Na verdade, como não houve luta ou rediscussão de direitos, não se estabeleceu contrato social, garantia de liberdade e valorização e ordenamento de todas as classes.

Essa ambigüidade e acomodação do ideário burguês, que acaba distorcido e rasurado, enquadra-se muito bem no que Roberto Schwarz

conceituou de “as idéias fora do lugar” (SCHWARZ, 1981, p. 13-28)¹⁶. Num momento em que Portugal já vivia uma monarquia liberal e almejava inserir-se no modelo econômico burguês, no qual trabalho e lucro são palavras de ordem, por que os brasileiros torna-viagem precisavam ser barões e comendadores?

Para responder a essa questão é preciso lembrar que a situação lusa é bem diferente da ocorrida em outras nações européias. A Revolução Gloriosa, em 1688, deu poder político à burguesia inglesa, acabando com o absolutismo ao diminuir o poder real, e, principalmente, lançou as bases para mudanças econômicas que prepararam o caminho da industrialização na segunda metade do séc. XVIII.

A modernização da agricultura, que empurra grande parte da população do campo para as cidades, o incremento da indústria têxtil e as regras expressas na *Declaração de direitos (Bill of Rights)* mudam a estrutura de classes, ao facilitar a mobilidade social: agora todos quantos acumulassem riqueza e/ou posição poderiam ascender e fazer parte da *gentry*, espécie de nobreza com base no *status* e não no nascimento. A literatura inglesa do séc. XIX é pródiga em exemplos de como o dinheiro novo, pouco importando como foi conseguido, é bem recebido nos círculos da nobreza. Nesse contexto, o trabalho se impõe como um valor determinante para a manutenção da ordem capitalista. Aliás, engajar-se no mundo do trabalho, desejar construir um patrimônio, ter status e poder são atributos desejáveis, como se verá mais adiante quando se estudar a configuração do homem moderno.

No caso português, em pleno século XIX, enquanto a Europa vivenciava a segunda Revolução Industrial, ainda não se valorizava o

¹⁶. Ainda que o autor use esse conceito em referência à realidade brasileira no séc. XIX, ele pode ser utilizado para a análise do contexto português.

trabalho e a ambição de construir riqueza. Numa sociedade em transição, nascimento e hereditariedade ainda eram dados importantes para a conquista do reconhecimento social.

Daí o impulso de os emigrados de, uma vez enriquecidos, ocultarem sua origem humilde obtendo títulos nobiliárquicos, inventando brasões de família e construindo palacetes. Como expressão possível do capitalismo português naquele momento, eles precisavam tornar-se nobres para encontrar lugar na sociedade. Afinal, em Portugal, ainda se pensava assim.

Questões de transição, distorções que só a história explica. Mas o que não se pode negar é a importância desse grupo social para a economia portuguesa do séc. XIX. O brasileiro retornado era a “personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair das classes predominantes do velho regime” (JORGE, 1930, 23). Ou melhor, era a verdadeira força econômica, principalmente no norte do país, onde teve relevante papel no

aburguesamento da sociedade, através da injeção monetária, que se materializaria não só no consumo cotidiano, mas também na construção civil, no investimento agrícola e na benemerência, enfim, como agente da modernidade (ainda que limitada) que arrastaria consigo grupos sociais em declínio. (ALVES, 1998, p.8)

É isso que se perceberá na análise do papel dos personagens emigrantes portugueses retornados nas obras de Camilo Castelo Branco com tintas fortes. No universo das narrativas estudadas, é a riqueza amealhada por eles no Brasil e os seus investimentos que promovem circulação de capital no norte do país. Como diz Paulo Mota Oliveira

(2004), em artigo que se discutirá no capítulo 3, a imagem de Portugal, percebida nas obras desse autor, é a de um país onde a semente do capitalismo já está lançada, prova disso é o uso recorrente das temáticas do dinheiro e da mobilidade social

A historiografia portuguesa recente tem buscado repensar o papel social do brasileiro torna-viagem. No contexto das comemorações dos Descobrimentos Portugueses, vários estudos puseram em foco essa figura, a fim de reabilitá-la, afastando de vez o resto de preconceito que, até hoje, contamina ambos os lados da relação Brasil-Portugal.

Também na literatura houve mudança na representação dessa figura. Além de Luis Magalhães, com o romance já mencionado, *O brasileiro Soares* (1886). Já no século XX, outros autores apresentam uma face, no mínimo, mais humana da experiência do torna-viagem como Miguel Torga e Ferreira de Castro.

Em Torga, o brasileiro torna-viagem é apresentado sob um ângulo diverso do escolhido por Camilo. Um dos motivos reside no fato de ele próprio ter emigrado aos treze anos para o Brasil, por absoluta necessidade, e retornado cinco anos depois à terra natal. Tudo isso é matéria recorrente nas suas obras.

Brasil e Portugal, para ele, são nações de realidades diferentes e independentes, mas que se completam. Não há na sua forma de ver o advento da emigração qualquer maniqueísmo. É isso que se percebe nos textos inseridos na obra *Traço de união*, onde ter sido um torna-viagem é apenas um fato da vida entendido e assimilado, cujas marcas são indeléveis no seu caráter.

Sua vivência em território brasileiro e o Brasil são tratados por Torga como elementos insuperáveis de sua experiência intelectual e humana. Sobre isso diz, em conferência sobre o drama do emigrante

português, proferida em 1954, no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro:

Pronuncia-se aqui não um pobre escritor, mas um antigo emigrante. Um homem que aos treze anos embarcou também para a lonjura, e ficou marcado pelo ferro em brasa de cinco anos de ausência da sombra tutelar dos seus penates, e endemoninhado pela sedução duma terra tropical, onde até o pranto deita raízes. Um adulto que, replantado outra vez na sua courela original, ama devotamente o Brasil onde a sua infância infeliz acabou e a sua juventude atormentada começou. (TORGA, 1969 p. 107)

A mudança definitiva no imaginário lusitano no que se refere ao mito do torna-viagem rico e *bom vivant* foi operada por Ferreira de Castro, assim como Torga, um torna-viagem ainda na infância, por necessidade. Seus romances *Emigrantes* e *A selva* apresentam, em tons neo-realistas, o reverso desse mito. Aliás, não se trata apenas de destacar as experiências falhadas da enorme parcela de emigrantes que não enriqueceu. Na verdade, este autor discute a fundo a validade da emigração como solução para os problemas sociais e econômicos portugueses.

Em *Emigrantes*, Ferreira de Castro constrói o personagem José Bouças como metonímia do drama do emigrante pobre que vem para o Brasil, depois de empenhar no bilhete de viagem seus magros recursos na esperança de melhorar de vida. Mas, como muitos outros portugueses, retorna à terra natal derrotado e mudado pela experiência emigratória.

O autor voltou ao tema em *A selva*, abordando uma parcela diferente dos imigrantes. Neste romance, publicado em 1930, o personagem Alberto não é miserável ou analfabeto. Ambicioso, orgulhoso,

culto e bem-nascido, esse estudante de direito desembarca no Pará, fugindo de uma conspiração monárquica mal sucedida em Portugal. O tio o envia para a área de extração da borracha em um seringal perto do rio Madeira. Aos poucos, em meio à vida dura, ao trabalho quase escravo, à miséria que impunha a todos dívidas impagáveis e à solidão, o jovem identifica-se com os rudes trabalhadores brasileiros natos. O romance expõe o sofrimento a que são submetidos estes homens e mostra o avesso do sonho de “fazer a vida no Brasil”. Alberto, como muitos torna-viagem, sofre toda sorte de preconceitos e nunca deixa de ser o estrangeiro em quem não se pode confiar. Ao fim da narrativa, quatro anos depois de sua chegada, com muito custo, consegue juntar algum dinheiro. Assim, não sem sofrimento, deixa o seringal e volta a Belém.

Certamente, estes dois romances são uma dose de realidade a desconstruir a imagem do português pobre, inculto e nortista que, com o trabalho no Brasil, enche a bolsa de dinheiro e volta para casa a fim de gozar a vida.

Em seu artigo “Émigrés et retournés: voyages de rêve et d’amertume”, Paulo Mota Oliveira afirma que a obra de Ferreira de Castro, assim como já o fizera boa parte da literatura oitocentista, evidencia um longo período em que “certamente o país não tem condições de gerar a riqueza necessária” (OLIVEIRA, 2009, p. 8).

Para ele, essa afirmação expõe a fragilidade portuguesa no período entre a Independência do Brasil, evento que faz cessar um vínculo econômico importante, e a efetiva criação de uma colônia em África, em meados do século passado, que pudesse gerar riqueza. É justamente neste período que ocorre o maior fluxo emigratório. Mas esse fenômeno não seria a resposta para os problemas do país nesse período, porque “a

experiência emigratória é necessariamente estéril, não tem hipótese de se perpetuar". (OLIVEIRA, 2009, p. 9).

Mas essa questão ainda perduraria por todo o século XX, desafiando os governos e sem que suas causas pudessem ser revertidas. É isso que se percebe na última parte de *A imigração portuguesa*, onde Joel Serrão apresenta um "Epílogo com vistas ao futuro", datado de abril de 1974. O texto, todo impresso com caracteres em itálico, é um discurso emocionado sobre as perspectivas portuguesas naquele momento histórico. O tópico principal é a necessidade de minimizar o drama da emigração.

Para deixar clara a longa duração do problema, lembra as palavras desesperadas de Oliveira Martins ao evocar, em 1891, a "energia" e a "vitalidade" portuguesas para criar os remédios certos para a crise interna que assolava o país naquele momento. Depois lembra os estudos de Alexandre Herculano que apontam como causa a miséria dos camponeses e vaticina que a solução não estava nos "Brasis", "nas franças" ou nas "Araganças" e, sim, na fixação do homem português a terra.

Explicita, também, a permanência do problema ao reafirmar que "Os homens válidos abandonam os campos e cidades, o arado e o martelo, instalam-se, muitos com famílias, muitos definitivamente, além-Pirineus." (SERRÃO, 1974, p.218). Mas o que impressiona nesse discurso é perceber que, mais de cem anos depois, os remédios receitados por Oliveira Martins e Herculano ainda estão por chegar. Serrão termina por invocar "Zeus todo poderoso", pedindo industrialização e democratização do ensino. (SERRÃO, 1974, p. 221)

Apesar de ter diminuído a partir a partir de 1914, devido às guerras e a crise econômica da década de 1929, a emigração portuguesa se manteve regular por todo século XX. Até a década de 1960 o destino dos portugueses ainda era Brasil, Estados Unidos e Canadá. Ao mesmo tempo,

a partir dos anos 1930, a política colonial do Estado Novo levou às colônias em África um grande contingente de emigrantes, fenómeno que durou até a década de 1970.

Nos anos de 1950-60 tem início o fluxo para os países europeus em processo de reconstrução após a II Grande Guerra, principalmente França e Alemanha, que perdura até a década de 1990. Mas é preciso lembrar também que o processo de descolonização reverteu a polaridade do fluxo migratório, por isso, milhares de expatriados imigraram para Portugal.

Capítulo 2 - EM TORNO DA MASCULINIDADE NO SÉCULO XIX

2.1 - O fomentador

Que tipo de idéia podemos formar de uma época se não vemos pessoa alguma nela? Se só pudermos fazer relatos generalizados, vamos apresentar apenas um deserto a que chamamos de história. (Johan Huizinga)

Para alguns estudiosos, refletir sobre política, religião, sexualidade, alimentação, costumes, etc, com base em obras literárias é, no mínimo,

improdutivo e deslocado. Mas não poderiam as pessoas, necessárias para a análise de uma época - pelo menos no entender Huizinga - estarem apresentadas nas folhas de um romance ou nas rimas de um poema?

Não se trata de uma pergunta ingênua. É claro que, a rigor, um personagem é fruto de uma experiência contextualizada em determinada ordem social porque o seu criador também o é. Assim, não se pode esquecer, também, a dimensão coletiva da obra literária.

A literatura não é documento histórico¹⁷, mas é sabido que ela sempre foi - em todos os povos e em todas as épocas - uma forma eficaz de tradução simbólica da experiência humana. Daí prestar-se, sim, com o apoio de uma bem construída metodologia, à reflexão histórica, sociológica ou antropológica, como fizeram diversos pesquisadores, como Antonio Blanch em *El hombre imaginário: una antropología literária* (1995).

O estudo, que visa especificamente a construir um instrumental para a reflexão sobre o homem em sua dimensão espiritual, é também um exemplo de como pode haver diálogo fértil entre a literatura e outros saberes. Esse é o caso da História, cuja relação com a literatura tem produzido pesquisas bastante relevantes. Exemplo disso são a grande quantidade de teses que se servem de registros dos mais diversos ramos históricos, como a religião, a memória, costumes, direito e até a moda.

Na obra mencionada, Blanch diz que os estudos literários, durante muito tempo, fecharam-se em si mesmos, concentrando-se em enfoques por demais formalistas, orientados principalmente para apontar e desenvolver conteúdos do próprio campo literário e esqueceram as

¹⁷ No passado, antes do romantismo, os textos literários foram, sim, usados para reflexão histórica. Em Portugal, esta relação perdurou até o fim do Estado Novo, quando *Os Lusíadas*, para o ensino de História nas escolas primárias e secundárias, era tratado como fonte histórica da nação.

abordagens temáticas, em que se põe em evidência a dimensão humana. Para ele, é preciso adotar um enfoque interpretativo que permita estudar as obras literárias com o fim de buscar nelas as imagens humanas (1995, p. 9-10).

Opinião muito parecida tem António José Saraiva, ainda na década de quarenta do século passado, ao analisar as causas da descontinuidade e desequilíbrio da produção teatral portuguesa:

A obra literária conserva-nos a memória de um certo momento da vida coletiva e só é inteligível na medida em que nos ajuda a reconstituir na sua complexidade e na sua riqueza múltipla esse momento de vida. Considerada isoladamente, no seu valor intrínseco, não é mais que um tição ardido de que nada compreendemos e que nada nos deixa compreender (SARAIVA, 1972, p.17).

No mesmo texto, afirma que os momentos de descontinuidade temporal entre a obra precursora de Gil Vicente e a de Almeida Garrett e a posterior obscuridade do teatro português deve-se ao descompasso entre a estrutura social portuguesa – que não podia produzir um público letrado para os espetáculos – e a produção teatral, que não se interessava “em debater os grandes problemas humanos comuns” (SARAIVA, 1972, p. 45).

Assim pode-se perceber que Saraiva, ao reconhecer a importância do público na produção da cultura adianta um argumento que será, mais tarde, caro aos estudiosos do culturalismo: é preciso estabelecer um vínculo com o público consumidor de cultura e pôr em foco o dado humano.

Nos últimos vinte anos – tempos pós-modernos, pós-estruturalistas, pós-tudo – um olhar definitivamente comprometido com a diferença e

relatividade dos objetos e conceitos faz ruir todas as teorias essencialistas. Assim, na literatura, crescem as discussões sobre metodologias para abordagens interdisciplinares e produção de trabalhos mais voltados para as questões humanas, seja para uma abordagem histórica ou para a investigação de problemas atuais.

É o caso dos estudos sobre a sexualidade, campo em que se abrem novas perspectivas para o entendimento das questões de gênero, a partir da sua intersecção com os estudos literários. Como explica o antropólogo Miguel Vale de Almeida,

os temas relacionados com a identidade e o lugar social de homens e mulheres são hoje questões que se colocam com premência em todas as sociedades: ao nível da vida social (isto é, e assumamo-lo, da felicidade...); ao nível de maior ou menor poder (no trabalho, na cidadania); e até ao nível do futuro da comunidade global, com a Conferência da ONU sobre populações reconheceu em 1994. (2000, p. 13)

A esta altura, é preciso definir o que aqui se entende por sexo e gênero. Para isso, mais uma vez, recorre-se ao texto de Almeida. Essa distinção se estabelece a partir dos conceitos de biologia e cultura. O gênero seria uma elaboração social, cultural e historicamente contextualizada da distinção de sexo, pois os processos naturais do sexo e da reprodução, bem como as diferenças biológicas entre homens e mulheres, são apenas uma parte pequena do que realmente define os gêneros. Assim, o que cada homem ou mulher é e a forma como eles se relacionam entre si dependem do processamento desses dados em cada grupo social (ALMEIDA, 2000,).

Ser homem não é o mesmo para quem segue a norma social da heterossexualidade ou para quem a assume bi- ou homossexualidade. O mesmo se poderia dizer se se comparassem, em vez de opções de orientação sexual, classes sociais, níveis de instrução, afiliações étnicas ou religiosas ou quaisquer outros níveis de identidade social que cruzem com o gênero. (ALMEIDA, 2000, p. 129-130)

Como se percebe, as diversas perspectivas de inserção social podem influir na expressão da masculinidade, porque o gênero cruza transversalmente os elementos que formam a estrutura social (classe, família, educação etc), produzindo sempre “novidade epistemológica” (ALMEIDA, 2000). Além disso, quando se deixa de observar somente as diferenças sexuais, uma pessoa de qualquer sexo pode incorporar ao seu comportamento traços da identidade masculina ou feminina. Por isso, é difícil estudar o gênero a partir de um modelo único. O que se tem são formas plurais de viver a masculinidade.

Mesmo que na realidade existam diversas masculinidades, a sociologia construiu o conceito de masculinidade hegemônica¹⁸. Dentre as formas de expressão da masculinidade, existiria uma que corresponderia a um ideal cultural de masculinidade. Todas as outras manteriam relações de subordinação, cumplicidade ou de marginalização em relação à masculinidade hegemônica. Para Almeida ela...

É um ideal a que poucos homens correspondem, mas que subordina, controla e orienta as suas escolhas e ações quando estas tendem a afastar-se do modelo. Este, porque não é verdadeiramente vivido por nenhum

¹⁸ Este conceito, construído há mais 20 anos por Robert Cornell, é hoje motivo de discussão. Muitos pesquisadores acham que não é mais produtivo falar de hegemonia, uma vez que a palavra pressupõe a idéia de luta entre grupos pela posição de preponderância. Essa disputa, para certos estudiosos, não ocorre no âmbito das masculinidades. (cf. CORNELL, Robert. *Gender and Power*. Stanford: Stanford University Press, 1987).

homem (as circunstâncias da vida não permitem que alguém consiga ser totalmente activo, nobre, corajoso, racional, forte, honrado, líder, etc.) é rotineiramente recordado na interacção diária: formas de falar, de gestualidade, de comportamento na comensalidade e outras. (ALMEIDA, 1997)

Mas, no que compete a essa pesquisa, mesmo que se saiba que a própria idéia de que a modernidade produziu modelo de masculinidade exclusivo é, por si só, discutível, o conceito de masculinidade hegemônica é produtivo, porque o que se visa é identificar e analisar traços identitários dessa masculinidade moderna, nos personagens torna-viagem das obras camilianas.

Os estudos de gênero no campo literário são consequência dos *women's studies* e *men's studies*, termos com os quais ficaram conhecidas as pioneiras pesquisas de gênero americanas desenvolvidas por sociólogos, antropólogos e psicólogos, a partir dos anos setenta do século passado.

Inicialmente foram as investigações sobre o feminino, constantes há mais de trinta anos. Somente bem depois, há cerca de vinte anos, emergem estudos sobre a sexualidade masculina. Primeiro vieram as pesquisas sobre a representação do homoerotismo na literatura, que tem mostrado cada vez mais vigor ao fomentar freqüentes seminários e colóquios. Depois, mais recentemente, pode-se perceber a emergência de estudos sobre a representação do gênero masculino.

Este último campo, ainda que de forma tímida, tem rendido interessantes reflexões que lançam novas luzes sobre a cultura do século XIX. Na literatura portuguesa, por exemplo, hoje é difícil analisar a presença da dicotomia decadência/modernidade, tão cara aos pesquisadores, sem usar o viés da masculinidade. Foi a nossa conclusão

da pesquisa acerca do tema do homem moderno na produção da Geração de 1870 , mais especificamente na epistolografia de Antero de Quental, líder intelectual do movimento¹⁹.

Ao proceder a análise de quarenta e quatro cartas escritas por Antero, extraídas de um universo de setecentas e trinta e três, constantes nos volumes referentes às suas correspondências, se pôde perceber que não só a masculinidade era vista pelo poeta como fator primordial para a reconstrução nacional, mas também que havia, na sua correspondência, um modelo de masculinidade nitidamente desenhado.

A pesquisa teve como instrumentos de reflexão os estudos acerca da masculinidade: *La imagem del hombre*, do historiador George Mosse (2002) e *A dominação masculina*, do antropólogo Pierre Bourdieu (1999). Além disso, foi fundamental a reflexão, no âmbito da História da Cultura, do também historiador Marshall Berman (1999) acerca da versão goethiana para o mito de Fausto – o homem que vendeu sua alma em troca de conhecimento²⁰.

¹⁹ GRANJA, Rosemary da Silva. *Varões assinalados: o tema do homem moderno na epistolografia de Antero de Quental* (Dissertação de Mestrado). Niterói: Pós-Graduação em Letras / UFF, 2003. Orientador: Mário César Lugarinho.

²⁰ Além da obra de Goethe existem duas outras versões famosas do mito de Fausto. Os primeiros relatos sobre ele têm origens na Idade Média, quando, na Europa Ocidental, eram comuns histórias de pactos demoníacos – fruto da rígida ordem imposta pela aliança entre a Igreja e os interesses feudais. Tendo sobrevivido durante a Idade Média na tradição oral, esse mito foi editado pela primeira vez no séc. XVI, precisamente em 1587, na cidade de Frankfurt, pelas mãos do editor Johann Spies, fervoroso luterano. O *Faustbuch*, como a obra ficou conhecida, tinha finalidade didática e moralizante. De autoria desconhecida e dirigida às camadas populares, o livro, que pretendia advertir os cristãos sobre os perigos do envolvimento com forças diabólicas, foi um enorme sucesso. Ian Watt contabiliza dezesseis versões em prosa e uma em versos em dois anos, somente na Alemanha! Mas houve traduções para o holandês, o francês e o inglês. Em 1592, o inglês Christopher Marlowe, escreveu uma versão para o teatro da história de Fausto. Trata-se da peça *The tragical History of the life and death of Doctor Faustus*. A fim de transportar a história para o teatro elizabetano, Marlowe precisou reduzir o enredo ao essencial. Com isso, fez alterações no enredo que aproximaram o seu Fausto das aspirações do intelectual do Renascimento, conseguindo, por exemplo, intensificar a discussão sobre o individualismo que está apenas latente no *Faustbuch*. Sobre o tema consulte-se: RIBEIRO, Luis Felipe. *Geometrias do Imaginário*. 2. ed. Rio de Janeiro: RBL, 2001.(Cd-rom) e WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Ao ler o *Fausto* de Goethe, publicado em 1836, como dramatização e expressão da modernidade tecnológica do séc. XIX²¹, Berman cria os conceitos de *cisão fáustica*, e de *fomentador*, que serão fundamentais para o que se pretende demonstrar acerca da imagem dos brasileiros torna-viagem na obra de Camilo Castelo Branco. Sendo assim, faz-se necessário conhecer esse estudo.

Muitas são as análises sobre o texto de Goethe, que teve grande impacto sobre a cultura do séc. XIX, tanto que foram feitas 277 traduções nos primeiros 50 anos após sua publicação e 676 depois disso, além de terem sido editadas 3.410 obras sobre a versão goethiana do mito. Mas o que torna a análise que Berman escreveu para seu livro *Tudo que é sólido desmancha no ar* (1999) uma das mais interessantes é o fato de ele iluminar a obra com a perspectiva do entendimento que se tem hoje da modernidade²².

Seu objetivo é mostrar a forma como escritores e filósofos do séc. XIX sentiram as mudanças de seu tempo, pois, como diz Berman, diz que *Fausto* encena “a tragédia do desenvolvimento” (1982, p.37).

A imagem da modernidade do séc. XIX que Berman apresenta já é clássica. Ela foi fixada na pena de Baudelaire e Flaubert e pintada por Manet e Coubert, além de todos os outros artistas que se deram conta de

²¹ Note-se o que diz o historiador acerca desta versão do mito de fausto: “o herói goethiano e as personagens a sua volta experimentam com grande intensidade muitos dos dramas e traumas da história mundial que o próprio Goethe e seus contemporâneos viveram; o movimento integral da obra reproduz o movimento mais amplo de toda a sociedade ocidental”. (cf. BERMAN, *op. cit.*, p. 40)

²² Vale lembrar como Berman entende a modernidade. Para ele, a modernidade abrange três fases. A primeira tem início no séc. XVI e vai até o XVIII, período em que “as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna”. A segunda começa no período revolucionário de 1790 e vai até o fim do séc. XIX, marcada pela contradição entre os valores do progresso tecnológico e econômico e os da tradição, que “não chega a ser moderno por inteiro”. Por fim, a terceira fase que começa no séc. XX e perdura até os dias atuais, quando a idéia de modernidade se expande para o mundo todo e se fragmenta em inúmeros caminhos, perdendo a capacidade de organizar e dar sentido às coisas. (cf. p.16-17).

que algo novo acontecia à sua volta. Máquinas e fábricas criando grandes corporações; meios de transportes e de comunicações mais rápidos e eficientes, aproximando as pessoas e lugares; estados nacionais cada vez mais poderosos; cidades em que se aglomeravam cada vez mais pessoas atraídas pelas luzes das largas avenidas; descobertas científicas que prometiam redimensionar a vida humana, com conforto, saúde e facilidades – enfim, um turbilhão de riqueza e progresso que parece prometer um porvir de realizações sem limites. Esse é o cenário que está nos manuais escolares.

Mas a imagem não é fiel, nem completa. Esse complexo processo de modernização trazia a marca da contradição, porque as mesmas forças históricas que o geraram, também criaram a exploração e corromperam sua natureza. Assim, o século do progresso foi também profundamente desumanizador. Tal contradição dava margem a inseguranças quanto ao valor do que o mundo moderno trazia.

Na introdução de seu livro, Berman elege como arautos dessa modernidade Marx e Nietzsche. O fato de o pensamento nitzscheano ir de encontro ao socialismo de Marx é deixado de lado para dar relevância à percepção de cada um frente ao fenômeno da modernidade. O que importa ao pensador americano é chamar atenção para a fé no futuro da humanidade e na possibilidade de solucionar o impasse da contradição moderna, ambas posturas marcantes nos textos dos dois pensadores.

Em Londres, no discurso proferido pelo aniversário do *Jornal do Povo*, em 14/04/1856, Marx avalia a vida moderna e afirma:

Há um fato eloqüente, característico deste nosso século XIX, um fato que nenhuma facção ousa negar. De um lado, tiveram acesso à vida forças industriais e científicas de que nenhuma época anterior, na história

da humanidade, chegara a suspeitar. De outro lado, estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do Império Romano. Em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário. O maquinário, dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo. As mais avançadas fontes de saúde, graças a uma misteriosa distorção, tornaram-se fonte de penúria. As conquistas da arte parecem ter sido conseguidas com a perda do caráter. (...) Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual às forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material. (*apud* BERMAN, 1999., p.19)²³

Em *Além do Bem e do Mal*, de Nietzsche, Marshall Berman encontra ecos do mesmo entusiasmo frente à capacidade dos homens modernos de resolverem as contradições do seu tempo. Como Marx, Nietzsche também sentiu a modernidade em sua plenitude e compreendeu que a crise de sentido e de valores provocada pela “morte de Deus” abria uma gama de possibilidades que dependiam do poder criativo do homem daquele tempo. No século XX, seu *super-homem* se transformou no símbolo do poder de superação.

Berman cita, ainda, outros pensadores e escritores que viveram e sentiram a modernidade como Nietzsche e Marx, compartilhando com eles as mesmas dúvidas e fé no futuro.

Irônica e contraditória, polifônica e dialética, essa voz [dos modernistas] denuncia a vida moderna em nome dos valores que a própria modernidade criou, na esperança – não raro desesperançada – de que as modernidades do amanhã e do dia depois de amanhã possam curar os ferimentos que afligem o homem e a

²³ Speech at the anniversary of the “People Paper”, In *The Marx-engels Reader*, 2. ed. (Norton, 1978) p. 577-8.

mulher modernos de hoje. Todos os grandes modernistas do século XIX – espíritos heterogêneos como Marx e Kierkegaard, Whitman e Ibsen, Baudelaire, Meville, Carlyle, Stirner, Rimbaud, Strindberg, Dostoievski e muitos outros mais – falam nesse ritmo e nesse diapasão (BERMAN, 1999, p. 22-23).

Essa reflexão acerca dos intelectuais do séc. XIX é um mote para que Berman passe a investigar as razões do achatamento das perspectivas e a diminuição do entusiasmo modernista no séc. XX. Para ele, o nosso tempo perdeu o contato com a modernidade e voltar às raízes, lembrando os modernistas do séc. XIX, “talvez nos dê a visão e a coragem para criar os modernistas do século XXI” (BERMAN, 1999, p.35). Mas essa reflexão é também crucial para este trabalho, uma vez que permite perceber como os pensadores oitocentistas sentiram aquele momento e saber como lidaram com angústias e esperanças projetadas pelas contradições e ambigüidades advindas do progresso modernista.

Nesse sentido o *Fausto*, de Goethe, pode ser muito revelador, como bem percebeu Berman no capítulo “O *Fausto* de Goethe: a tragédia do desenvolvimento” (p. 37-84), em que focaliza essa obra sob a perspectiva desse intelectual do séc. XIX. Nesse capítulo, o pensador americano não pretende trabalhar literariamente a obra goethiana, para proceder a análises de estilo ou explicações sobre a estrutura. Trata-se de uma reflexão assentada na história da cultura, que destaca o *Fausto* de Goethe como primeiro representante do “moderno espírito inquiridor”. Segundo suas palavras, essa obra “expressa e dramatiza o processo pelo qual, no fim do século e início do seguinte, um sistema mundial especificamente moderno vem à luz” (1999, p.41).

No seu estudo, Berman divide a história de Fausto em três partes, com base na idéia de que o personagem passa por três metamorfoses:

Fausto seria, a princípio, "o sonhador", depois "o amador" e por fim "o fomentador".

A primeira corresponde às cenas iniciais em que Fausto, homem de meia-idade, está sozinho em seu quarto, e faz um balanço de sua vida e de suas realizações. Insatisfeito, descobre que conseguiu tudo o que poderia conseguir. Era médico, teólogo, advogado, professor e pesquisador e em tudo tivera sucesso; mas sentia-se vazio. Tudo que aprendera só o fizera mais distante do mundo à sua volta. A medicina, que há muito não praticava, não era capaz de salvar ninguém e seus outros conhecimentos por mais que o fizesse crescer espiritualmente, não lhe pareciam úteis. Por isso se entregara aos estudos de magia.

A experiência de sentir-se vivendo em dois mundos, de ter-se desenvolvido intelectualmente até o limite do possível e por isso não se sentir à vontade numa sociedade que está muito aquém de suas expectativas, foi comum aos homens do período anterior à Revolução Francesa e à Revolução Industrial. Desde o Renascimento, ampliou-se muito o conhecimento da ciência, da filosofia do direito e das artes; no entanto, essa cultura nova ficou restrita aos círculos intelectuais e os frutos que ela poderia dar só eram acessíveis a uns poucos grupos. Assim, havia uma cultura moderna que estava encravada numa sociedade que sob muitos aspectos ainda era medieval.

É nesse sentido que Berman usa a metáfora do sonhador. Fausto representa o intelectual que construiu essa cultura nova, confia nela e sonha vê-la transformar-se em mais cultura e progresso, diminuindo a distância entre o seu mundo interior e a realidade em que vive. Esse homem está disposto a muitos sacrifícios para ver realizado o seu sonho: até vender sua alma ao diabo.

Berman chama a atenção para o fato de que os intelectuais dos países menos desenvolvidos sentiram mais de perto a dicotomia entre suas aspirações e a realidade que os circundava.

A cisão descrita na figura do Fausto goethiano ocorre em toda a sociedade europeia e será uma das fontes básicas do Romantismo internacional. Mas tem uma ressonância especial em países social, econômica e politicamente “subdesenvolvidos”. Os intelectuais alemães no tempo de Goethe foram os primeiros a ver as coisas desse modo, comparando a Alemanha com a Inglaterra e a França, e com a América em processo de expansão. Essa identidade “subdesenvolvida” foi às vezes fonte de vergonha; outras vezes, (...), fonte de orgulho: muitas vezes, uma volátil mistura de ambas (BERMAN, 1999, p. 44)

Diante de tal afirmação, não é possível esquecer-se de outro país europeu, à margem da industrialização e, portanto, distante das contradições sócio-culturais da Europa central, cujos intelectuais, certamente experimentaram, também, essa cisão fáustica. Qualquer conhecedor da cultura portuguesa lembrar-se-á imediatamente dos jovens da Geração de 1870, da Questão Faustiana e também do famoso ensaio “Psicanálise mítica do destino português”²⁴, de Eduardo Lourenço (1999).

Ora, no contexto socioeconômico do séc. XIX, descrito anteriormente, era compreensível que os jovens da Geração de 1870 se sentissem identificados com o personagem de Goethe, como se percebe pela polémica formada, em 1872, em torno da tradução de António F.

²⁴ Já é clássico este estudo. Servindo-se de pressupostos da psicanálise e de elementos da história da cultura e da literatura, Lourenço investiga a relação dos portugueses com sua cultura. Afirma haver um trauma gerador da *irrealidade* da imagem que o povo português tem de si mesmo, devido a um misto de complexo de inferioridade e complexo de superioridade. Tal neurose impediria esse povo de viver plenamente a sua História.

Castilho para o *Fausto*²⁵. Como já se observou, o drama de Fausto é, em grande medida, o drama desses intelectuais, que também sonhavam em mudar o destino do seu mundo.

Esse era o objetivo das célebres Conferências do Casino, ocorridas em maio de 1871. O evento nada mais foi do que uma investigação, como aponta Eduardo Lourenço, lúcida e honesta, da decadência portuguesa. O texto de abertura, lido por Antero, apresenta como objetivo a promoção da ampla discussão dos problemas nacionais, a fim de transformar política, econômica e religiosamente o país, além de difundir as grandes questões da Filosofia e da Ciência modernas. Dentro desse espírito, Antero apresentou a conferência *Causas da decadência dos povos peninsulares*, em que apontou a Contra-Reforma, o regime absolutista e as grandes descobertas como responsáveis pelo atraso em que Portugal mergulhara desde o séc. XVII. Ao problematizar o percurso histórico e cultural português o poeta conseguiu criar uma obra reveladora da identidade lusitana porque “instaurou a Cultura (...) como o horizonte dentro do qual um povo se define como ator efetivo ou mero espectador da aventura da Humanidade concebida como um todo” (LOURENÇO, 1991, p. 16).

Mas tanta diligência em compreender o destino do país fez de Antero o primeiro intelectual português a sofrer as conseqüências da angústia provocada pela “cisão fáustica”. Para Berman, ela poderia gerar criações revolucionárias ou ter conseqüências sombrias. Curiosamente, ao tratar da Geração de 1870, Lourenço também fala de cisão: “A cisão

²⁵ Essa polêmica, que não deixa dúvida sobre a importância do *Fausto* de Goethe em Portugal, é chamada de Questão Faustiana. O fato é que o poeta António Feliciano de Castilho escandalizou os apreciadores e estudiosos da cultura germânica ao publicar uma tradução livre do *Fausto* de Goethe. Intelectuais, como Joaquim de Vasconcellos, Graça Barreto e Adolfo Coelho, acusaram-no de desfigurar a obra com liberdades excessivas, pois Castilho se julgou no direito de aporuguesar nomes próprios e locais, adaptar situações, além de outras mudanças de ordem estrutural. Entre os que escreveram para defender o trabalho de Castilho, estavam Antero de Quental e Camilo Castelo Branco.

verificada entre o Portugal real e o Portugal sonhado e exigido, torna-se forma mental e é elevada a uma espécie de dignidade ontológica" (1991, p.93). Para ele, a impossibilidade de lidar com a dicotômica situação do país fez nascer em Antero de Quental "a primeira consciência portuguesa separada de si mesma, irreduzivelmente dual", havendo "uma exacta correspondência entre a forma como ele concebe e vive a ruptura com a realidade pátria e o seu célebre dualismo".

Quanto mais se avança na análise do texto de Berman sobre o *Fausto* de Goethe, mais se torna premente a investigação, sob a sua perspectiva, dos caminhos trilhados pela Geração de 1870. Não fosse apenas a já narrada Questão Faustiana, poder-se-ia recordar, que além do desconforto experimentado pelos intelectuais portugueses da geração de Antero de Quental, punha-se em evidência a responsabilidade de fomentar, ao menos intelectualmente, a modernidade em Portugal.

Retomando a reflexão de Marshall Berman, a segunda metamorfose de Fausto – a do amador – diz respeito ao seu relacionamento com a jovem Gretchen (nas versões em português, Margarida), descrita como linda, pura, inocente e pobre. Ao vê-la, imediatamente, Fausto a deseja e com a ajuda de Mefistófeles seduz a jovem, oferecendo-lhe atenção e presentes. Fausto apaixona-se, mas não hesita em abandoná-la grávida, ao perceber que ela e o mundo em que vivia não tinham lugar em seus planos de obter, por meio do pacto demoníaco, riqueza e conhecimento jamais vistos.

O episódio de Gretchen é interpretado por grande parte dos leitores do *Fausto* como uma dramática história de amor, o ponto alto da obra. Mas dentro da perspectiva da tragédia do desenvolvimento, proposta por Berman, ele encena o choque entre dois mundos. Gretchen e os habitantes de sua cidadezinha são representantes de um mundo prestes a

desaparecer: o mundo dos valores tradicionais cristãos, em que se deviam seguir regras e não questioná-las. Já o mundo que Fausto luta para criar - e por isso vendeu-se ao demônio - é o mundo moderno, em que não há mais lugar para a cultura medieval daquele povoado. Assim, não havia possibilidade de um final feliz para aquele romance.

Foi isso que Mefistófeles disse a Fausto quando ele pediu-lhe que salvasse a amante. Diante do horror de Fausto ao ouvi-lo desdenhar do seu desespero, o demônio lhe pergunta: "Ora aí estamos de novo nos limites da nossa razão, onde vós outros homens perdeis de todo a cabeça. Para que te associas conosco, se te falece a necessária força? Queres voar, sendo sujeito a vertigens? (...)". (GOETHE, 2002, p. 196)

Crescer, mudar, desenvolver-se, implica sempre um preço que nem todos podem ou querem pagar. O drama do amador em *Fausto* é também o dos intelectuais da Geração de 1870, principalmente de Antero de Quental: quer o futuro, a modernidade, mas não deseja pagar o preço de romper com os valores do passado.

Na última parte - já esquecido de Gretchen, que acabou por matar o filho e suicidar-se - e cansado de muitas viagens e prazeres, Fausto, com a fortuna e o conhecimento que acumulou, dedica-se a construir um mundo novo, moderno. A partir desse momento, sua vida é levar adiante projetos de interesse coletivo: represas, pontes, grandes portos e sistemas de irrigação, indústrias, etc. Assim:

A romântica procura de autoconhecimento, que levou Fausto tão longe, desenvolveu-se a si própria, agora, através de uma nova forma de atividade, através do esforço titânico de desenvolvimento econômico. Fausto está se transformando em uma nova espécie de homem. Para adaptar-se a uma nova situação. Em seu novo trabalho, irá experimentar algumas das mais criativas e algumas das mais destrutivas

potencialidades da vida moderna; ele será o consumado destruidor e criador, a sombria e profundamente ambígua figura que nossa época virá a chamar "o fomentador. (BERMAN, 1999, p. 62)

Para realizar seus projetos, Fausto usa a vasta extensão de terra junto ao mar que ganhara de um monarca, a quem ajudara com sua magia. Assim, Fausto segue seu esforço de transformar, do nada, a terra abandonada e improdutiva no seu mundo moderno.

Se o fomentador é o herói moderno e expressão máxima do ideal iluminista de promover o bem-estar humano, o canteiro de obras de Fausto é a representação do paradigma da modernidade como ela era vista pelos intelectuais do séc. XIX. Fausto acreditava estar criando um mundo que seria o início de uma nova civilização. As relações de trabalho e os modos de produção, os valores sociais e morais, tudo enfim, é novo e aponta para um futuro de mais progresso e mais transformação.

Fausto sabe que muitos se sacrificam para a realização dos seus projetos, mas acredita que assim deve ser, pois os benefícios serão compartilhados por todos: "Ganho terreno onde milhões habitem,/ Seguros não, mas livres, mas ativos!" (1999, p.465) – orgulha-se a contemplar o canteiro de obras. Berman destaca um episódio em que se percebe que não é verdadeiro o horror de Fausto ao saber que Filémon e Báucis, moradores idosos do único terreno que ainda não está em obras, foram mortos por Mefistófeles e a casa e a capela deles queimadas, pois ele mesmo ordenara que o casal fosse retirado de seu caminho, depois de recusarem sua oferta de dinheiro em troca do terreno. Mais uma vez, o que se discute nesse episódio é o preço que se deve pagar para abrir caminho à modernidade.

Por sacrificar o casal de idosos que não se enquadrava no seu projeto de modernização é punido com a cegueira por quatro espectros - Necessidade, Culpa, Pobreza e Ansiedade – que o visitam. No entanto, Fausto não parece importar-se, pois, na mesma noite, acorda os operários e exige que continuem o trabalho. No canteiro de obras, em meio aos trabalhadores, Fausto sente-se realizado e morre.

Berman afirma que Fausto não visa ao dinheiro, seu objetivo era criar condições materiais para que “milhões” pudessem se desenvolver. Assim, caso se deseje uma definição do fomentador de Goethe, pode-se dizer que ele aglutina as características do homem capaz de idealizar um projeto, buscar os recursos financeiros para pô-lo em prática e administrá-lo, sabendo que, mesmo não dando lucros imediatos, em longo prazo, o empreendimento gerará benefícios para toda sociedade²⁶.

A Geração de 1870 chamou a si, em Portugal, a missão de fomentar, pelo menos no plano teórico, o progresso da nação. Os jovens intelectuais que participaram das Conferências Democráticas potencializaram essa empreitada, já que tinham a compreensão de uma urgência histórica por ser consenso, entre eles, a decadência portuguesa.

Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz, Teófilo Braga e outros intelectuais que participaram de diversas formas do movimento, reafirmavam em suas obras a necessidade de inscrição do país na modernidade. De diversas maneiras, procuraram construir e oferecer modelos de um homem novo que atendesse aos seus ideais e, dessa

²⁶ Aqui no Brasil, Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889), o Barão de Mauá, por sua ação pioneira em várias áreas da economia brasileira, seu senso de oportunidade e iniciativa é um exemplo de fomentador, no sentido proposto por Berman. Como industrial e banqueiro, investiu em tecnologia e fomentou o progresso de várias maneiras, tornando-se, por isso, símbolo dos empreendedores capitalistas brasileiros no séc. XIX. Próximo disso está também o Conde de Farrobo, Joaquim Pedro Quintela (1801-1869), o “Rothschild português”. Esse exemplar da nova aristocracia esteve envolvido em diversos empreendimentos comerciais e industriais, além de fomentar a arte.

forma, promovesse a regeneração social, política, econômica e cultural de Portugal.

Em carta a Alberto Osório de Castro, de 25 de novembro de 1890, Antero escreve: “Portugal é um país eunuco, que vive duma vida inferior, para a vileza dos interesses materiais (...)” (QUENTAL, 1989, p. 1013, carta 652). A metáfora explicita a conexão entre masculinidade e regeneração nacional, deixando claro que faltavam homens naquele momento em Portugal, pelo menos homens capazes de produzir as mudanças de que o país precisava.

O modelo de homem moderno/fomentador das cartas de Antero plasmava-se na figura do historiador Oliveira Martins. Veja-se como, em carta a Eça de Queiroz, Antero derrama-se ao dizer que o livro *História de Portugal*, de Oliveira Martins, “é uma revelação” e sobre o autor diz: “é a única coisa realmente a valer que aqui temos”(QUENTAL, 1989, p.500 carta 298). Nas cartas vê-se que Antero depositava muitas esperanças no trabalho do amigo, como homem capaz de mudar a situação do país:

Se Portugal, de hoje, assim como produziu um homem daqueles, tivesse produzido 8 ou 10, ainda se salvava. Verdade é que, se Portugal, nesta geração, tivesse tido força para produzir 8 ou 10 homens como o Oliveira Martins, não precisava de quem o salvasse, porque esse facto só por si era o indício da força e fecundidade do espírito nacional, de sua vitalidade e saúde perfeita. (QUENTAL, p. 604, carta n. 364)

Nota-se, além da clara associação dos atributos masculinos com a possibilidade de regeneração do país, as referências aos atributos físicos desejáveis (força, saúde, vitalidade, fecundidade), reforçando a idéia de que a salvação só viria com a intervenção de homens superiores, especialmente homens como o historiador. No entanto resta perguntar se

o cotejo dessa imagem extraída das cartas de Antero com os dados biográficos de Oliveira Martins, confirma a posição de homem de ação que Antero lhe reservou.

Levando em consideração que a idéia do fomentador proposta por Berman está atrelada à promoção de ações efetivas que se revertam em progresso, a resposta mais honesta é não. Mas, não há como negar a importância de Oliveira Martins, porque sua obra, no campo da História da Cultura, representa o que houve demais revolucionário no séc. XIX, em Portugal.

Oliveira Martins sempre alimentou a ambição de se tornar peça importante nos destinos de seu país, tanto como intelectual quanto como estadista. António José Saraiva afirma que seu sonho era ser “o Mouzinho da Silveira do socialismo português” (SARAIVA, 1995. p.62), referência evidente ao político que, como ministro da fazenda do constitucionalismo monárquico, em 1823, criou leis que revitalizaram a economia portuguesa.

Porém, o tempo mostrou que Antero, assim como Martins, estavam enganados, pois como “homem de acção” Martins não teve sucesso. Deputado pelo Porto, em 1887, teve que amargar o dissabor de ser preterido para a pasta de Ministro da Fazenda, depois de ter quase certeza de que ela seria sua. Confiava no seu prestígio junto ao líder do Partido Progressista Anselmo Braamcamp, mas este morreu em 1885 e o partido não honrou a promessa do finado.

Em janeiro de 1892, com o país à beira da bancarrota e paralisado pelo desemprego, finalmente foi dada a Martins a chance de pôr em prática o seu projeto de governo: a “vida nova”. Essa filosofia de governo, que já era discutida por intelectuais europeus desde a década de 70, baseava-se na idéia de que cabia ao Estado tomar as rédeas da economia,

cuidando ele mesmo de promover o progresso, sem deixar de promover o bem-estar social²⁷. Martins acreditou que era a sua hora de salvar o país e entrar para a História, mas seu governo durou apenas cinco meses, pois foi obrigado a demitir-se do cargo em maio por não obter apoio para fazer as mudanças que desejava. Como explicou Saraiva (1995, p. 159-170), não bastavam boas intenções e idéias salvadoras, era preciso habilidade e vivência política para fazer acordos, coisas que Martins não tinha²⁸.

Na verdade, o único lugar que a cultura portuguesa lhe reservou foi o de historiador e pensador da cultura. Sua *História de Portugal* é até hoje respeitada como a primeira obra que procurou escrever uma História realmente crítica de Portugal. Além disso, para Saraiva (SARAIVA, 1995, 102), esse livro, *Os Lusíadas e Mensagem* são as mais importantes obras portuguesas. Seu trabalho, como um todo, é reconhecido dentro da produção intelectual portuguesa no séc. XIX como um dos mais altos momentos de lucidez, em que a construção de um pensamento torna-se mais importante do que a revisão erudita do passado. Martins induz a uma crítica histórica que não estava baseada nos paradigmas do historicismo reinante, mas numa concepção particular da História que o destaca do conjunto historiográfico de seu tempo. A análise ímpar que produz no *Portugal contemporâneo* (1883) assinala o passado de Portugal atrelado ao destino do Brasil, lançando uma pergunta ao futuro acerca da conveniência da manutenção das colônias africanas, num momento em que a África era apresentada como panacéia da decadência nacional.

²⁷ Rui Ramos chama a atenção para o fato de a “vida nova” ser, na verdade um projeto reacionário, um retorno ao estado pré-liberal, cuja importância histórica reside no ato de ele marcar a começo da conversão da esquerda europeia ao “socialismo de Estado”, deixando de lado as bandeiras do mercado livre e do individualismo. (cf. RAMOS, 1994, p. 126-127).

²⁸ cf. “O herói e a ocasião”, capítulo incluído na obra referenciada. Do ponto de vista prático, quem realmente se mostrou na História, conseguindo impor suas idéias e participando efetivamente do jogo político, foi Teófilo Braga – inimigo de Antero de Quental e por muitos críticos considerado figura menor entre os membros da Geração de setenta. Em 1910, Braga tornou-se o primeiro presidente republicano.

No fim da vida, após o episódio desastroso como ministro, passou a dedicar-se ao estudo de biografias de “grandes homens” que seriam a personalização máxima da sua análise histórica, ou seja, os biografados constituíam uma espécie de microcosmo em que a alma coletiva se refletia. Sendo assim, pode-se dizer que a análise dessas biografias valeria como a análise de suas épocas, porque “o herói vale pela soma de espírito nacional ou colectivo que encarnou nele, e num momento consubstanciam a totalidade desse espírito” (MARTINS, 1994, 213). Logo, cada época, na perspectiva de Martins, produziria um modelo de fomentador, capaz de corresponder às expectativas de seu tempo, contribuindo, dessa maneira, para a evolução histórica. As biografias pesquisadas por Martins acabaram por receber a pecha de “obras morais” uma vez que valorizavam qualidades e virtudes de homens modelares da História de Portugal.

Apesar de não serem objeto desse estudo, vale assinalar que tais obras se revelam como a construção de modelos de masculinidade oferecidos à História num momento de decadência e perda de paradigmas – Martins transita, de forma semelhante a Antero, em suas cartas, e a Eça, em seus romances, na grande via da discussão do masculino na modernidade. Não é à toa que esses “grandes homens” são também colhidos, da mesma forma que em Antero, no contexto dos Descobrimentos – D. João I, D. Duarte, o infante D. Henrique, D. Fernando, D. Pedro, e, depois, D. João II.

De todo o esforço de Martins e de toda a expectativa de Antero, restou o historiador que, diga-se a verdade, não recebe, ainda hoje, a atenção que mereceria da intelectualidade portuguesa. Mesmo o “político superior” – objeto de ironia histórica, ao lado dos companheiros cuja aspiração de “fazer” História também fora frustrada – foi enquadrado entre os “vencidos da vida”.

Mas a configuração da masculinidade moderna leva em conta outros atributos além da capacidade empreendedora do Fomentador. Sendo assim, cabe investigar a fundo esses elementos. É isso que se fará a seguir.

2.2 - Formas do homem moderno

A História da Cultura mostra que durante o século XIX, quando se redefiniam os papéis sociais frente à emergência da sociedade burguesa, o tema do masculino estava presente, mas diluído, desde as mais graves questões históricas até as mais mezinhas do dia-a-dia. Afinal, a consolidação da modernidade exigia que o modelo migrasse da tradição do guerreiro e aristocrata para o homem urbano e, portanto, burguês – em cujos ombros recaía a responsabilidade de garantir a manutenção da promessa de progresso da modernidade. Deste modo, a idéia de uma masculinidade adaptada às exigências da modernidade era, ao mesmo tempo, um desdobramento e uma exigência das transformações daquele momento histórico.

É assim que se deve entender a formação do homem moderno, uma vez que a sociedade burguesa ajudou a criá-lo e o apoiou, porque poderia ser, ao mesmo tempo, espelho e veículo de disseminação de sua visão de mundo. Foi na idéia de masculinidade que se plasmaram os modelos normativos de moralidade e comportamento que, depois de adotados pela

burguesia, acabaram se disseminando pela aristocracia e pelas classes operárias.

Para o sociólogo Pedro Paulo de Oliveira, a masculinidade se expressa efetivamente “como um mito da sociedade moderna” (2004, p. 20), (...) ou seja, como projeção social que reflete as características fundamentais da vida coletiva. Por isso, ele não considera mera casualidade a relação entre alguns fatores históricos e a masculinidade, ao contrário, só se poderá compreender o valor social do ideal de masculinidade moderna quando se puder desvendar as suas imbricações com outros ideais societários do Ocidente:

A modernidade e valorização de características assumidas como masculinas andam juntas e essa união pode ser detectada em vários momentos: dos revolucionários franceses radicados na crença de que “novos símbolos poderiam fazer novos homens” até os triunfantes ideais burgueses e seus valores de classe média. (2004, 21)

Em fins do séc. XVIII – ao mesmo tempo em que Goethe gestava o seu *Fausto* – o mundo assistiu ao surgimento de uma nova mentalidade calcada na ascensão da classe burguesa, que se caracterizava pelo trabalho, acúmulo de riquezas, individualismo e pelos valores da vida quotidiana, exigindo a substituição dos modelos de representação do mundo aristocrático por outros da nova cultura burguesa.

A unidade familiar ganha importância. Homem e mulher passaram a exercer novos papéis sociais. A mulher, dessexualizada, foi conduzida ao espaço doméstico – onde sua fragilidade estava resguardada, para gerar filhos, que agora, com a complexidade do mundo burguês, exigiam uma educação especial preceituada pela pedagogia. Ao homem coube transitar

entre os espaços públicos das relações de trabalho e política e o espaço privado do lar, o qual devia sustentar e proteger.

A casa era o local de prazeres amenos, refúgio do homem cansado e preocupado, tido como responsável pela produção de riqueza material de que dependia o lar. A masculinidade se baseava na capacidade do homem em atender às necessidades dos seus; a feminilidade da esposa e de suas filhas se fundava na dependência. (HALL, 1991, p.70)

No séc. XIX, essa nova ordem exigiu adaptações no modelo de masculinidade. O contexto do capitalismo e da fé no progresso determinaram que para gerir a sociedade moderna era preciso um homem novo, dotado de novas virtudes e uma nova ética. Isso foi fundamental, pois além da necessidade de adaptação dos tradicionais papéis sociais, o advento da burguesia determinou pouco a pouco o enfraquecimento dos valores cristãos que sustentavam a ética e a moral. Deveres e direitos, o certo e o errado, enfim, a ordem das coisas se derivaria, agora, dos atributos do masculino. Segundo José Carlos Barcellos,

pode-se dizer que, no contexto de uma cultura secularizada, em que a referência a Deus perde boa parte - se não a totalidade - de sua eficácia simbólica, é a idéia de um "eu autêntico", construído fundamentalmente em torno da identidade de gênero (e, em muitos contextos, da identidade nacional), que passa a ocupar o *locus* privilegiado de árbitro do que é verdadeiro, do que é real (e/ou natural) e do que é moralmente legítimo. (2000, p. 176).

O historiador americano George Mosse, em *The image of man: The creation of modern masculinity* (1996)²⁹, afirma que, tanto no séc. XIX, como na primeira metade do séc. XX expressões como “ser muito homem” e “é preciso ser homem” se tornaram verdadeiros lugares-comuns. Isso porque o ideal masculino se converteu em elemento básico para autodefinição da sociedade moderna, sendo aceito e adotado amplamente pelas diversas correntes da cultura, da política e das diversas ciências.

Se suponía que la hombría salvaguardaba el orden existente contra las amenazas de la modernidad, pero también se consideraba aquélla como atributo indispensable para quienes deseaban el cambio (MOSSE, 2002, p.7).

Para Mosse, o ideal masculino moderno está tão bem adaptado e tão profundamente arraigado na cultura ocidental que, desde a sua criação, em algum momento da segunda metade do séc. XVIII, ele tem mudado muito pouco, projetando ainda as mesmas virtudes ditas masculinas, como força de vontade, honra e valor.

Nesse sentido, Mosse se aproxima de Pierre Bourdieu, autor de *La domination masculine* (1998)³⁰, quando este nos lembra que a predominância da visão de mundo masculina é algo não-marcado, não-problematizado na nossa cultura, sendo parte das ditas experiências dóxicas, ou seja, das experiências humanas que estão na “ordem natural das coisas”, e são produto da “concordância entre as estruturas objetivas

²⁹ Aqui será usada a edição espanhola: MOSSE, George L. *La imagen del hombre: la creación de la moderna masculinidad*. Madrid : Talasa Ediciones, 2002. Trad. Rafael Heredero.

³⁰ Aqui se usará a edição brasileira: BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

e as estruturas cognitivas, entre a conformação do ser e as formas de conhecer” (1998, p.17). Para ele, por não perceberem os mecanismos de inserção da experiência dóxica na vivência social, pensadores das mais diversas linhas filosóficas tentaram entender a dominação masculina por meio de conceitos como ideologia e discurso, formas de representação mais ou menos conscientes e intencionais que seriam insuficientes para alcançar as estruturas profundas como as que naturalizam a ordem androcêntrica (BOURDIEU, 1999, p. 17-8).

Servindo-se das diferenças biológicas entre os sexos, a dominação masculina promove uma “biologização do social”, que se perpetua com o processo histórico de reprodução das estruturas sociais promovido pelas instituições – Escola, Igreja, Família e Estado. Tal processo garante a aceitação da condição de inferioridade do sexo feminino e a conseqüente dominação. Dessa forma, “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (1998, p.18) – o que explicaria o fato de quase não existirem mitos que justifiquem a hierarquia sexual e de na linguagem o gênero masculino quase não precisar de marcas, ao contrário do gênero feminino.

Enquanto o trabalho do antropólogo francês busca desvendar o processo de naturalização da dominação masculina, que se instaurou nos primórdios da civilização e resiste até hoje³¹, Mosse procura compreender um momento específico da história do andropocentrismo: a formação da moderna identidade masculina. E vale lembrar que o termo homem, nesse trabalho – assim como nas duas obras citadas – diz respeito sempre ao gênero masculino e aos valores que definem o lugar do macho na

³¹No capítulo “Permanências e mudanças”, Bourdieu afirma que “a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível. Em razão, sobretudo, do enorme trabalho crítico do movimento feminista” e das transformações por que passou, a condição feminina, tendo mais acesso à escolaridade, distanciou-se do trabalho doméstico e passou a controlar o momento da reprodução. Mas essas mudanças visíveis, ainda obedecem à lógica do modelo tradicional de convivência entre homens e mulheres. (BOURDIEU, (1999),. p. 99-127).

sociedade moderna e nunca ao ser humano. Até porque parece muito claro, tanto na análise de Marshall Berman do *Fausto* de Goethe quanto no que a História do séc. XIX nos revela acerca da divisão do trabalho e do lugar da mulher na sociedade ocidental, que o homem novo que permeia o espírito daquela época, o fomentador da modernidade, é o homem-macho, o varão.

Tal afirmação pode ser comprovada pela forma como a estrutura social engessava a mulher na vida doméstica, impedindo seu acesso ao mundo da política, da ciência e economia, enfim a todos os espaços de poder. “A dignidade de um homem estava ligada à sua profissão; se tivesse alguma ocupação, a mulher perderia qualquer distinção” (HALL, 1991, p.70). Era esse o pensamento que vigorava na classe burguesa, e que foi difundido também entre as classes pobres, com algumas concessões: as mulheres pobres podiam exercer trabalhos que fossem compatíveis com o papel feminino como lavar, passar, cozinhar e cuidar de crianças.

George Mosse confirma essa perspectiva quando diz que as mulheres, como os homens, podiam representar valores sociais normativos, como se depreende de alguns trabalhos artísticos que reproduzem figuras femininas entre flores e crianças, para simbolizar a castidade e a inocência. Mas elas não refletem as esperanças e necessidades da sociedade, como acontecia com a masculinidade. A figura masculina simbolizava a necessidade que tinha a sociedade de alcançar a ordem e o progresso, assim como as virtudes próprias da burguesia como o autocontrole e a moderação (MOSSE, 2002, p. 14).

Essa diferenciação entre homens e mulheres, que está na base da sociedade moderna, desempenhou papel importante na construção da masculinidade moderna, pois uma das formas como ela se definiu diz

respeito à diferença entre os sexos. Mosse cita como exemplo a palavra **afeminado**, cujo uso se generalizou no séc. XVIII para indicar um comportamento excessivamente delicado e suave, que era impróprio para os homens. Nesse tempo, o termo não tinha a conotação de transgressão sexual que tem hoje, ou seja, ela não indicava um homem que se comportava sexualmente como mulher, mas tão somente a falta de atributos masculinos de alguns homens.

Em verdade, não havia como escapar do estereótipo masculino, pelo menos não dentro da sociedade, uma vez que até as ciências da época, obcecadas pela ambição de analisar e classificar tudo, confirmavam a idéia de haver uma imagem fixa de homem e de mulher, o que não deixava margem para individualidades.

É assim que Mosse introduz os contra-exemplos ou antíteses, elementos que, por oposição, ajudaram a definir a masculinidade moderna:

El esteriótipo masculino se veía reforzado, sin embargo, por la existencia de un estereotipo negativo de hombres que no solo no estaban a la altura del ideal, sino que eran en cuerpo y alma su contrario y eran el fiel reflejo de todo lo opuesto a la verdadera masculinidad. Grupos marginados por la sociedad como judíos o negros cumplían este papel, y sin duda el racismo se basaba en los estereotipos y en su formación. Aquellos de quienes se decía que no encajaban en la sociedad establecida y respetable eran transformados en la antítesis de los ideales que la sociedad más apreciaba y que la masculinidad tan bien representaba (MOSSE, 2002, p.11).

Judeus, negros, ciganos, loucos, criminosos e homossexuais eram considerados inimigos da sociedade, ameaças constantes à normalidade representada pelo ideal moderno de masculinidade. Os negros, cuja

aparência era máscula e forte, eram considerados anormais por que se dizia que não eram capazes de controlar seus instintos, sendo desprovidos de autocontrole e moderação. Os ciganos eram sujos, vagabundos, desonestos e não podiam inspirar confiança, porque nem mesmo tinham pátria. Os loucos eram uma prova viva das conseqüências oriundas de certos vícios depravados, como a masturbação e o alcoolismo, enquanto os criminosos, resultado da degeneração da raça. No entanto, os que mais incomodavam eram os judeus e os homossexuais, por esses grupos estarem inseridos na sociedade; ou seja, participavam das estruturas sociais e de poder com mais freqüência que os outros³². A necessidade de proteger a sociedade de seus inimigos fez com que surgisse a idéia de que era preciso que os verdadeiros homens estivessem preparados para neutralizar os planos dos marginalizados que conspiravam entre si para espalhar a dissolução, corromper a moral dos jovens e destruir a sociedade.

As características formadoras da imagem da mulher e da criança, que não trabalhavam, também foram usadas na formação de modelos deficitários. É o caso da emotividade feminina, que, a partir do séc. XIX, passou a servir de exemplo de como um homem não deveria se comportar³³.

Por exemplo, em suas cartas, Antero de Quental recorre a esse tipo de recurso quando usa os termos criança ou criancice, em relação aos amigos Joaquim de Araújo ou a João Machado de Faria e Maia. A este último, em carta de 15 de junho de 1887, quando, mais uma vez

³² Além disso, vale assinalar, que o conceito de homossexualismo, de base patológico, é forjado nesse período, passando a identificar os indivíduos que, de alguma maneira, se recusavam a desempenhar o papel social dado por seu sexo biológico.

³³ Leia-se o que diz sobre isso Elisabeth Badanter: "No século XVIII, um homem digno deste nome podia chorar em público e ter vertigens; no final do século XIX, não o pode mais, sob pena de comprometer sua dignidade." (1993, p. 29).

desejando mudar, João Ihe pede conselhos, assevera que ele deve buscar apoio na família e que seus projetos são “fazeres de *enfant boudeur*”. A alusão à birra, desvaloriza a masculinidade de João Machado, pois “não condiz com a sua idade e situação de pai de sete filhos” (QUENTAL, 1989, p 844, carta n .527), como afirma o poeta açoreano. Já a Joaquim de Araújo pede que “dispa depressa e totalmente uns restos de criancice e literatice que ainda conserva” como forma de preparo para nadar no “mar tenebroso da realidade” (QUENTAL, 1989, p. 687, carta n. 425) – a metáfora é índice do sentimento de Antero frente às responsabilidades masculinas.

Veja-se, ainda, o fragmento seguinte, em que se dirige ao mesmo Joaquim de Araújo: “Porque há-de V. querer ser um medíocre político, quando pode ser outras coisas duma maneira distinta? Decididamente fica-me criança toda vida!” (QUENTAL, 1989, p.660, carta n. 404). Assim, percebe-se que quem tem atitudes infantis é menos másculo do que os outros homens (do ponto de vista da identidade de gênero e não da sexualidade, fique claro).

Antes de avançar no estudo da estrutura da masculinidade moderna, é preciso explicar que havia uma maneira concreta de avaliar e classificar os indivíduos segundo o critério da masculinidade e separar os verdadeiros homens das antíteses ou contra-exemplos: a idéia de que corpo e espírito formavam uma unidade indivisível.

Mosse explica que estudos científicos do séc. XVIII, que defendiam a idéia da comunhão entre o ser humano e a natureza, foram fundamentais, pois muitos estudiosos acreditavam haver sempre um propósito maior na base de todos os fenômenos e cabia ao cientista desvendá-lo, mediante a leitura dos sinais externos. Assim, esperava-se que a aparência externa fosse o espelho das virtudes interiores.

Ao final do séc. XVIII, surgiram os primeiros estudos que discutiam como se poderia ler na fisionomia e na conformação física dos indivíduos dados referentes à personalidade e ao caráter. É celebre o estudo *Essay sur la physuignomy*, de 1781, em que Johann Kaspar Lavater apresentou sua teoria segundo a qual era possível reconhecer o caráter oculto de um ser humano mediante o exame do nariz ou dos lábios de uma pessoa. Para Lavater, “quanto mais virtuoso, maior é a beleza de qualquer ser humano; quanto menos virtuoso mais feia é sua aparência” (LAVATER *apud* MOSSE, 2002, p. 34).

Havia um modelo de beleza masculina que orientava essas idéias. Ele era inspirado pelas esculturas de jovens atletas da antiga Grécia, que foram popularizadas pelo trabalho do arqueólogo J. J. Winckelmann (1717- 1768). Mosse lembra que Goethe admirava a escultura do Apolo de Belvedere e via no físico perfeito representado na estátua nua um motivo de humilhação para o homem de seu tempo (MOSSE, 2002, p. 37).³⁴.

Para leitores do século XXI, as idéias acima podem parecer preconceituosas, absurdas e risíveis até, mas ela é fruto de uma evolução da visão de mundo secular.³⁵ O Iluminismo já havia apartado do saber científico os Deuses e a Transcendência e instituído, no lugar destes, a doutrina da Ordem da Natureza e da Imanência como perspectiva para compreensão do mundo, mas não podia expulsar da natureza humana o impulso de fé, o desejo de crer. Durante o XVIII, a crença está na certeza de se poder explicar um fato ou evento como parte de sistema maior, pré-

³⁴ Mosse lembra a correlação entre doença física e decadência moral e cita como exemplo a obra *O retrato de Dorian Gray* (1890) de Oscar Wilde.

³⁵ Não há espaço nesse estudo para uma análise da evolução da visão de mundo secular desde o Renascimento até o que convencionou-se chamar pós-modernidade, mas seria ingênuo não apontar que a idéia da busca das razões para as coisas do mundo no próprio mundo se deu como um processo que incluiu o momento Iluminista, o positivismo, a filosofia de Hegel e Marx, a psicanálise de Freud, etc.

existente e naturalmente ordenado. Essa ordem natural não era tangível, nem se esgotava nas coisas terrenas, o que configura uma forte ligação com a transcendência. Cada coisa, pessoa ou acontecimento tem seu lugar na ordem da natureza, mas elas não eram uma miniatura deste ordenamento, ou melhor, não podiam por si só explicá-lo, já que as forças que regiam o mundo estavam acima e além de qualquer coisa, pessoa ou acontecimento.

Mais tarde, o código de conhecimento secular foi subvertido pela adoção de uma perspectiva imanentista: ora, se um fato ou evento podia ser compreendido, não precisavam mais se encaixar em um sistema preexistente, já ganharia por si só significação. Assim, tudo que era estranho ou oculto podia tornar-se conhecido pela simples leitura de sinais aparentes.

No século XIX, a vontade de crer passou de uma religião sem ídolos para uma condição mais reflexiva: as crenças se tornaram cada vez mais concentradas na vida imediata do próprio homem e nas suas experiências, como uma definição de tudo aquilo que se pode crer. A imediatez, a sensação, o concreto: somente aqui pode florescer finalmente uma crença (...) Como os deuses estão desmitificados, o homem mistifica a sua própria condição; sua própria vida é temida com significação e, todavia, continua a ser representada. (SENNETT, 2002, p. 202)

No mundo da imanência, cada fato, sentimento ou gesto externado ganha importância e pode revelar muito sobre a personalidade de cada pessoa, pois cada um é o que parece: pessoas de aparências diferentes têm personalidades diferentes e se a aparência de uma pessoa mudou é porque sua personalidade também mudou. Por isso, para se conhecer alguém se devia estar atento aos detalhes exteriores de sua aparência, o

que inclui, além de sua fisionomia, sua roupa e seu comportamento. Como escreveu Sennett:

Fantasiar-se que objetos físicos tinham dimensões psicológicas tornou-se lógico dentro dessa nova ordem secular. Quando a crença era governada pelo princípio da imanência, ruíram as distinções entre o sujeito que apreende e o apreendido, o interior e o exterior, o sujeito e o objeto. (...) Tudo pode importar, nada pode importar, mas como posso saber? (SENNETT, 2002, p. 37)

Essa perspectiva permeava os estudos científicos, a literatura e até os fatos mais banais da vida cotidiana. Richard Sennett, ao analisar as mudanças sociais que determinaram o declínio da vida pública e a crescente valorização da vida privada e íntima no século XX, estuda longamente a obra de Balzac, mostrando como esse romancista consegue interpretar as relações em sociedade moderna e capitalista, no caso Paris, nos termos da secularidade imanente, ou seja, evidenciando em detalhes da aparência os códigos de personalidade. Para ele,

a arte de Balzac está em nos fazer acreditar no capitalismo apenas suscitando a credibilidade de indivíduos capitalistas: fazer-nos analisar "o artista em Paris", apenas nos mostrando cada detalhe sobre artistas específicos da cidade. Dessa forma, as categorias sociais suscitam a credibilidade apenas enquanto as observamos como imanentes à vida de uma pessoa em particular." (SENNETT, 2002, p. 199).

Sob o mesmo prisma, Sennett estuda outros escritores da época. Por exemplo, Thackeray e Flaubert são apresentados como autores em cujas obras se pode observar o uso da etologia, ciência que estuda a

relação entre o caráter humano e a aparência humana. Nos seus textos, a cor dos cabelos, um boné ou simples formato de botão podem revelar preciosas informações para a compreensão da alma das personagens, desde que seus leitores estejam, é claro, preparados para decodificar os códigos de leitura da aparência. (SENNET, 2002, p. 199)

Como se verá no capítulo 3, esse mesmo procedimento está também claramente delineado na obra de Camilo Castelo Branco. Exemplo disso é a descrição do Padre Justino, personagem das obras *Eusébio Macário* e *A corja*. Em diversos momentos dessas narrativas a decrepitude física do clérigo é associada a sua degeneração moral. Na verdade o próprio autor o confirma na debochada "Advertência" que escreve para a obra *Eusébio Macário*.

A etologia também estava presente no campo científico, prova disso é o estudo *The expression of emotion in man and animals*, que Charles Darwin publicou em 1872. Essa obra analisa a fisiologia de expressões físicas das emoções e sentimentos - por exemplo, os traços fisionômicos de dor ou desgosto - a fim de encontrar um elo evolutivo entre animais e seres humanos. O método usado pelo pesquisador inglês foi a interpretação das emoções a partir da representação a externa delas.

Essa lógica também está presente nas mensurações de crânio para descobrir possíveis criminosos de Bertillon e na idéia do aparecimento involuntário de pêlos nas mãos dos rapazes masturbadores e na queda dos pelos púbicos das moças praticantes desse vício. (SENNET, 2002, p. 21)

A repercussão da idéia de união entre corpo e espírito assinala uma característica marcante da era moderna: a preocupação com a beleza. Um corpo em forma e bem torneado trazia efeitos benéficos para o espírito; por isso, no fim do séc. XVIII, difundiu-se pela Europa a prática de

exercícios físicos, tanto o atletismo quanto os esportes de equipe. Muitos educadores e médicos recomendavam como forma de construção do caráter masculino a ginástica, porque ela ressaltava qualidades do homem varonil, como força, determinação, honestidade, serenidade. Na Inglaterra, jogos como *cricket*, eram incentivados, funcionando como um campo de batalha imaginário, onde os jovens treinavam disciplina, autocontrole, moderação e equilíbrio. Além de estabelecer o compromisso dos jovens com as virtudes, os esportes também tinham a função de prevenir certas deformações morais como “hermafroditismo”, definição de J. F. C. Guts Muth, educador alemão, para o mal dos rapazes pouco viris ou apenas preguiçosos (MOSSE, 2002, p. 56).

Na literatura portuguesa é flagrante o exemplo de *Os Maias*, de Eça de Queiroz, que nos mostra que grande parte do esforço de Afonso da Maia para moldar o caráter de seu neto Carlos foi concentrado em dar-lhe uma educação à inglesa, que prescrevia, além rígidos preceitos morais, infância no campo e muitos exercícios físicos. O objetivo do fidalgo, como já sabemos, era fazer do neto um homem diferente do pai, o fraco e sensível Pedro da Maia.

Como já se disse, esses critérios dão forma ao que a sociedade burguesa da época julgava ser o modelo perfeito de masculinidade e ajudava a identificar seus inimigos; ou seja, aqueles que, por não corresponderem ao padrão, deveriam ser encarados como uma ameaça e postos à margem do convívio social. Mas como se formou o quadro de valores morais, as virtudes que um verdadeiro homem deveria refletir em seu corpo e rosto?

A formação da masculinidade moderna se fez com base em fragmentos de elementos dos modelos anteriores de virilidade que foram adaptados às necessidades da sociedade burguesa do séc. XIX.

Para realizar o estudo dos valores concernentes à masculinidade foram selecionados alguns temas relevantes para a consolidação da ideologia e do imaginário da sociedade burguesa no séc. XIX, como honra, trabalho, casamento, família e posição da mulher. São temas caros a grandes pensadores que influenciaram a cultura daquele tempo, como Hegel e Phoudhon que, em outro momento, adiante, serão aplicados às obras selecionadas para o exame da imagem dos torna-viagem.

Michelle Perrot (1991) aponta Hegel como o filósofo que melhor percebeu o lugar que a família ocupava na sociedade burguesa. Em seu texto *Princípios da filosofia do direito* (1821), Hegel analisa as relações entre a esfera pública e a esfera privada, nas quais o sujeito transita, num permanente movimento de continuidade e ruptura. A primeira instância fundamental entre essas esferas a que o indivíduo está subordinado é a família, um dos círculos essenciais da sociedade civil, que é a segunda instância. O Estado é a instância superior, pois é pela cidadania que são superadas as contradições entre os indivíduos.

Nesse sistema, as famílias têm papel preponderante, pois é com elas que o Estado se relaciona e não com a coletividade ou as multidões. Assim, é ela a célula mantenedora dos interesses do Estado e quem gerencia os interesses privados e forma os cidadãos, transmitindo-lhes valores simbólicos e consciência nacional. Dada a sua importância, não se pensava em estruturar a família com base nas preferências pessoais ou nas paixões, que podiam ou não acontecer depois do casamento. O melhor era que ele se baseasse nos interesses das famílias envolvidas. Para Hegel, e muitos outros pensadores do séc. XIX, devido às características naturais de cada um, a mulher e o homem tinham lugares bem diferentes na sociedade, cabendo ao homem ocupar os espaços concernentes à esfera pública e à mulher buscar realizar-se na obediência

e na vida familiar. A família era importante demais para ser deixada sob a responsabilidade feminina, por isso era o pai o seu chefe.

Proudhon, ainda que divergisse de Hegel ao propor a extinção do Estado, pregando a superioridade da organização familiar sobre este, aproxima-se bastante do filósofo alemão quanto à visão moralista do casamento e da estrutura familiar. Perrot (1991) relata as condições em que se deu o casamento do anarquista. Aos 41 anos, Proudhon casou-se com uma operária “boa, graciosa e ingênua”, além de devotada ao trabalho, somente porque perdera a mãe. Conheceu a moça na rua e enviou-lhe uma carta pedindo-a em casamento. Segundo a historiadora, Proudhon destaca em seus escritos sua maior alegria com a união: ter-se tornado pai de três lindas meninas.

Do ideal de virilidade aristocrático e da tradição cavalheiresca medieval aproveitou-se o senso de honra, que engloba o sangue-frio, a coragem, ousadia e compaixão. Mosse conta que os duelos, embates em que os nobres ou os antigos cavaleiros defendiam sua honra de ofensas gravíssimas como a acusação de covardia, perduraram até o início do séc. XX. Mas pouco a pouco ele foi perdendo a conotação violenta para se tornar expressão de um código de conduta. O objetivo não era mais matar o oponente, mas confirmar as virtudes masculinas.

El duelo reforzó el sentimiento de autonomía, de personalidad, pero también de casta; con tal, se convirtió durante el siglo diecinueve parte de la vida de oficiales y estudiantes, políticos y hombres de negocios y también judíos, quienes lo utiliza para refutar su estereotipo poco masculino y cobarde. (MOSSE, 2002, p. 24)

Pedro Paulo de Oliveira lembra o anacronismo de, na virada do século XIX para o séc. XX, basear a honra na estirpe e no sangue, mas diz que isso não impediu que “alguns elementos constitutivos do ímpeto de duelar fossem transportados para a propensão bélica entre os Estados modernos e seu emergente nacionalismo”. (OLIVEIRA, 2004, p. 26).

Após a Revolução Francesa, os símbolos visuais ganharam importância e por isso eram comuns pinturas que retratavam heróis e mártires nacionais. Esse heroísmo, a capacidade de sacrificar-se por um ideal e de até morrer por ele, foi reforçado pela necessidade de sensibilizar o povo para a causa da emancipação nacional. Assim, o homem ideal – a “fortaleza serena” onde repousavam as mais elevadas virtudes morais – devia estar sempre pronto para defender não só sua honra e sua família, mas também sua pátria.

La construcción de la masculinidad moderna tuvo lugar no sólo dentro de un panorama de sociedad de clase media, sino también en consonancia con el surgimiento de una nueva conciencia nacional. La nación adoptó el ideal de masculinidad como suyo propio: lo (sic) héroes revolucionários franceses luchaban para defender *La patrie*. (MOSSE, 2002, 64-5).

Some-se a esse conjunto de virtudes as que são oriundas da expansão burguesa como a ética do trabalho e o desejo de ascensão social. Philippe Ariès, na sua *História social da criança e da família*, conta que

Na sociedade antiga, o trabalho não ocupava tanto tempo do dia, nem tinha tanta importância na opinião comum: não tinha o valor existencial que lhe atribuímos há pouco mais de um século. Mal podemos

dizer que tivesse o mesmo sentido (ARIÈS, 1981, p.94).

Mas no séc. XIX, em plena ordem burguesa, o trabalho era fundamental, pois era preciso levar adiante o sonho do progresso e conforto e construir um mundo novo. Por isso, não se podiam tolerar homens pouco ativos ou preguiçosos.

Não seria possível apresentar a relação entre masculinidade e trabalho no séc.XIX sem pensar na tecnologia como elemento fundamental para o capitalismo, porque ela está na base das mudanças nas relações de trabalho ocorridas a partir do advento da Revolução industrial. Para isso, a divisão proposta por Hannah Arendt para a atividade humana em *The human condition* (1958)³⁶, obra que propõe uma fenomenologia da vida ativa na modernidade e que busca reformular a idéia de trabalho proposta por Karl Max, revela-se bastante útil.

A filósofa alemã divide a atividade humana em três categorias: labor, trabalho e ação. Para a autora, o labor “é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano (...). A condição humana do labor é a própria vida” e “o trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana (...), produz um mundo 'artificial' de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural” (ARENDR, 2002, p. 15). Enquanto o primeiro rege-se pela necessidade este último rege-se pelo critério da utilidade. Para sustentar esse argumento, esclarece:

Ao contrário do processo de trabalhar, que termina quando o objeto está acabado, pronto para ser acrescentado ao mundo comum das coisas, o processo

³⁶ A referência será feita a partir da edição brasileira de 2002.

do labor move-se sempre no mesmo círculo prescrito pelo processo biológico do organismo vivo, e o fim das 'fadigas e penas' só advém com a morte desse organismo. (ARENDDT, 2002, p. 109) (*grifo da autora*).

Assim, o labor é o que assegura a sobrevivência do indivíduo e a vida da espécie, enquanto o trabalho e seu produto – o artefato humano – são o que empresta certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano.

A última categoria é a ação,

única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens e não o Homem vivem na Terra e habitam o mundo" (ARENDDT, 2002, p. 15).

Para a autora, é a própria capacidade de agir, ou interagir para transformar a realidade, tendo íntima relação com o discurso, pois é por meio da palavra que um homem pode revelar-se ao outro e persuadir outros homens. Arendt afirma que essa atividade só poder ser entendida como processo. Uma vez que ela "atua sobre seres que também são capazes de agir, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação. A filósofa completa esse raciocínio quando discute a origem do verbo agir, dizendo que a ação desdobra-se em duas partes: o ato de começar algo e a realização para a qual devem aderir outros homens" (ARENDDT, 2002, p. 203). Assim, a ação sem o discurso, sem a interação, é violência.

Ora, não se poderia aproximar o conceito de ação discutido por Arendt da atividade desempenhada pelo fomentador, que foi aqui apresentado como um modelo do homem moderno? É certo que sim, pois,

ainda que se corra o risco deturpar o que foi proposto em *A condição humana*, é inegável que a concepção de homem político que se depreende do texto de Arendt está carregada do mesmo otimismo e fé na capacidade humana de promover o bem-comum, que encontramos no fomentador de Berman.

Segundo Arendt, o processo da modernidade nos séc. XVI e XVII alterou a tradicional hierarquia entre a *vita activa* e a *vita contemplativa* – a vida do espírito, que engloba o pensar, o querer e o julgar. Tradicionalmente, esta última era tida como a forma superior de alcançar a verdade e conhecer a realidade do mundo. Era a atividade de pensar e julgar que corrigia a imagem do mundo que a experiência sensível proporcionava.

Na era moderna a descoberta de novos continentes, a Reforma Protestante e o surgimento dos primeiros inventos modernos – especificamente o telescópio de Galileu, segundo Arendt – deram ao homem maior confiança no seu poder de depreender a realidade com a ajuda de instrumentos por ele criados. Assim, no mundo moderno, para chegar ao conhecimento ou fazer ciência, é preciso criar instrumentos que façam surgir a realidade.

Como seria possível, em um contexto em que tudo é pensado como resultado de alguma atividade, manter a confiança na contemplação, que é garantida pela correção do olhar, mesmo que este seja um olhar puramente teórico? (MORAES, 2003).

A busca de resposta para essa pergunta está na base da filosofia moderna inaugurada por Descartes, que oferecia alternativas à instabilidade do mundo e à nossa insegurança, que constituem, no retrato proposto por Hannah Arendt, os principais traços da mentalidade e da vida

modernas(*Ibid*). Mas o primado da *vita activa* sobre a *vita contemplativa* também fez com que, na modernidade, a atividade humana ganhasse uma importância nunca antes vista e se reorganizasse a hierarquia entre as categorias da *vita activa*, fazendo com que, no mundo moderno, a categoria *trabalho* fosse a mais valorizada. A partir daí, o homem acredita que só conhece aquilo que ele mesmo faz, e que suas capacidades supostamente superiores dependem da fabricação, e, portanto, ele passa a ser essencialmente um *homo faber* e não um *homo rationale*. Essa mudança transformou a forma como se entendia a política, produto da ação ou interação entre os homens, introduzindo na “esfera dos negócios humanos” a violência.

Percebe-se isso nitidamente na série de revoluções, tipicamente da era moderna, todas as quais – com a exceção da revolução americana – revelam a mesma combinação do antigo entusiasmo romano pela fundação de um novo corpo político e a glorificação da violência como único meio de “fazer” esse corpo (ARENDETT, 2002, p. 240).

A seguir, a filósofa alemã lembra alguns ditados populares das línguas modernas como “não se pode fritar os ovos sem quebrar a casca”. Para ela, tais ditos demonstram que a instrumentalização da ação – elemento gerador de uma forma de pensar que legitima o uso de quaisquer meios, desde que eficazes, para se atingir um fim – é fruto de uma convicção geral moderna que transformou a ação em uma modalidade da fabricação (*trabalho*).

As tensões que impulsionaram as idéias socialistas daquela época, sem dúvida, passam pela ética do trabalho e pela exploração do homem gerada na ordem capitalista, dando uma característica essencial ao

fomentador: ele precisa trabalhar para criar não só o progresso, mas também a justiça social.

A imagem de homem que se depreende dos estudos de George Mosse e Marshall Berman reflete o imaginário da sociedade ocidental do séc. XIX. Em Portugal, a idéia de um homem novo, cuja masculinidade seria vital para o projeto de modernidade do país, já é preocupação de Antero de Quental desde pelo menos 1871. É o que se percebe ao analisar *Causas da decadência dos povos peninsulares* (1994), obra que oferece boa visão de como Antero interpretava a questão da decadência cultural, política e econômica de seu país e o papel que as diversas figuras masculinas tiveram.

No texto está implícito o conceito de decadência e degeneração, que eram termos muito usados na segunda metade do séc. XIX, principalmente pelos médicos, para explicar o surgimento, no seio masculinidade sadia, de doenças físicas, desvios morais e até a loucura³⁷. A degeneração das gerações de varões portugueses a partir do Renascimento, apresentada num vasto quadro de vícios, é a explicação subjacente às causas apresentadas pelo poeta³⁸. Assim, Portugal deixou de progredir porque, na aurora da modernidade, faltaram homens que

³⁷A princípio, decadência e degeneração são termos diversos. O primeiro, criado por artistas como Baudelaire, designava o surgimento de uma nova sensibilidade, de um refinamento dos sentidos que tem como expressão o indivíduo andrógino, portanto, a palavra não teria conotação negativa. Já o segundo, o termo degeneração, era usado pelos médicos da segunda metade do séc. XIX, que, igualando o vício à doença e a virtude à saúde, punham a medicina a serviço da criação do estereótipo moral e físico do homem degenerado. Mas esses termos foram usados indistintamente por aqueles que defendiam a preservação dos valores morais. cf. MOSSE, 2000, p. 97.

³⁸ Pode-se apontar como exemplo flagrante da compreensão, no séc. XIX, do conceito de decadência como degeneração física e moral, a larga literatura naturalista, da qual se destaca *O Barão de Lavos*, de Abel Botelho, de 1891. Rui Ramos, no volume 6 da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, ao apresentar a percepção portuguesa da crise moral do fim de século, lista um extenso rol de obras naturalistas que investigavam com pretensões científicas os vícios da sociedade portuguesa, inclusive a terrível "diátese, aberrativa hereditária" dos invertidos de ambos os sexos. Repare-se na gravidade dos títulos: "Tuberculose social", série de romances de Alfredo Gallis, "Comédia Burguesa", série de Francisco Teixeira de QUEIROZ, publicada entre 1881 e 1901, "Patologia social" de Abel Botelho, publicada entre 1891 e 1910, e da qual faz parte o romance *O Barão de Lavos*. (cf. RAMOS, R. (1994), p. 312-4).

tivessem as qualidades do fomentador; que fossem, enfim, homens fáusticos. É o próprio Antero que afirma isso: “Nos últimos dois séculos não produziu a península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna(...)” (QUENTAL, 1994, p. 26).

Ao expor sua teoria, o poeta estabelece uma hierarquia da masculinidade, uma vez que, enquanto faz o balanço da história de Portugal, aponta e pesa também seus personagens. Assim, analisando as figuras históricas citadas, cotejando as qualidades e defeitos a elas atribuídos, pode-se montar um amplo painel das características que seriam desejáveis, para Antero, no homem moderno ou homem novo, para usar termos do próprio poeta.

Não é preciso muito esforço para verificar que, no contexto das Conferências do Casino, homens novos/modernos seriam aqueles capazes de estruturar a nação em todos os níveis. É isso que mostra, por exemplo, a teoria proposta por Antero nas páginas iniciais de *Causas da decadência...*, onde, após propor que todos os ouvintes reconhecessem a total decadência do país, afirma que o último grande momento dos portugueses ocorreu no início da Renascença:

Esse movimento só foi entre nós representado por uma geração de homens superiores, a primeira. As seguintes, que os deviam consolidar, fanatizadas, entorpecidas, impotentes, não souberam compreender nem praticar aquele espírito tão alto e tão livre: desconhecaram-no, ou combateram-no. Houve, porém, uma primeira geração (...); e enquanto essa geração ocupou a cena, isto é, até meados de XVI, a Península conservou-se à altura daquela época extraordinária de criação e liberdade de pensamento. (QUENTAL, 1994, p. 20)

Mais adiante, o poeta cita vários dos tais homens superiores: D Henrique, D. Dinis, D. Fernando, Camões, Gil Vicente, o filósofo Sanches, além de judeus e mouros, “porque são raças inteligentes, industriosas, cuja expulsão é quase uma calamidade”(p. 31). Mas, se são apontados os homens superiores, por contraste, também é possível identificar os homens inferiores que contribuíram para a decadência portuguesa, como Felipe II, cuja monarquia foi “anómala e desnatural”, Afonso VI, João V e Felipe V – exemplos acabados, para Antero, de “vício, brutalidade e adultério” – e D. Sebastião, “que enterrou em Alcácer Quibir a nação Portuguesa” (p.52). Para terminar a lista acrescentem-se, é claro, nobres e jesuítas, responsáveis diretos pela decadência portuguesa e espanhola, segundo a tese proposta pelo poeta³⁹.

Antero também distingue “a geração de filósofos, de sábios e artistas criadores” dos “eruditos sem crítica, académicos imitadores”; e “os homens que vivem num recinto acanhado e quase sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó dos livros” dos renascentistas “homens vivos, movendo-se ao ar livre” (p.24). Note-se que a criatividade, a atividade e o vigor, como se viu, são características que George Mosse aponta como integrantes da identidade masculina no séc. XIX e que estavam presentes no *Fausto* de Goethe.

As implicações entre nacionalidade, masculinidade e modernidade podem ser percebidas ao final o texto quando Antero pergunta aos ouvintes o que é necessário para que Portugal reencontre o seu lugar entre as nações europeias. É ele mesmo quem responde, dizendo que é necessário um “esforço viril”, que oponha ao passado o “espírito

³⁹Em verdade, o texto de Antero propõe três causas: a Contra-Reforma Católica, que teria sufocado a liberdade moral e intelectual; o estabelecimento do regime absolutista, que impediu o crescimento da burguesia, e as conquistas ultramarinas, motivo pelo qual os iberos não investiram na industrialização, voltando a economia para a escravidão e exploração das colônias.

moderno". E afirma: "Somos uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno(...)"(QUENTAL, 1994, p. 67).

Parece claro que, para Antero, somente pela intervenção histórica de homens dotados de determinadas qualidades, como os primeiros modernos, representados pelos homens da primeira geração renascentista, o país reencontraria o caminho do progresso. Já se viu anteriormente, que o historiador Oliveira Martins, representante da imagem do fomentador na obra de Antero, na prática, pouco conseguiu modificar a situação econômica e social portuguesa na segunda metade do século XIX. E quanto aos personagens brasileiros torna-viagem das narrativas camiliana? Seriam esses os verdadeiros fomentadores do progresso em Portugal?

Restando demonstradas as premissas de que a ficção desse autor retrata a emergência de um mundo burguês e capitalista e de que, o modelo de masculinidade moderna foi elemento-chave para a consolidação de uma sociedade burguesa no século XIX, é necessário agora investigar a configuração desses personagens sob a ótica da identidade masculina moderna.

Capítulo 3 – IDÉIA DE MODA E LUGAR SOCIAL

3.1 – A roupa nova do homem moderno

Não eram propriamente opiniões, não tinham raízes grandes nem pequenas. Eram (mal comparando) gravatas de cor particular, que eles atavam ao pescoço, à espera que a cor cansasse e viesse outra.

(Machado de Assis, *Esaú e Jacó*)

Qualquer leitor da obra de Camilo Castelo Branco notará a insistência e o cuidado com que as roupas de seus personagens são

descritas. Para exemplificar basta lembrar os trajes chamativos de alguns personagens de *Coração cabeça, estômago*, de *Queda dum anjo*⁴⁰, ou da profusão de brasileiros torna-viagem que povoam suas novelas.

É claro que o cuidado na apresentação dos detalhes não diz respeito somente às roupas dos personagens cômicos e é parte da estratégia que confere verossimilhança às narrativas, mas, de todo modo, esse expediente é usado com frequência por esse escritor. Tanto que se poderia pensar em um estudo da indumentária dos personagens camilianas como contribuição para se refletir acerca da representação da masculinidade moderna na sua obra. Principalmente, quando se sabe que, dentro do espírito de mitificação da imagem como reveladora da personalidade, do qual já se falou em outro capítulo, “as mudanças nas relações sociais e de gênero estão comunicadas, ‘estampadas’ na expressão de moda em emergência no século XIX.” (BRANDINI, 2009).

Como essa pesquisa se serve da História da Cultura como caminho para compreender e produzir significados para a literatura camiliana, não poderia desprezar essa abordagem das obras selecionadas. Por isso, cabe, antes de avançar, uma reflexão sobre o fenômeno da moda no séc. XIX.

A roupa e História estão intimamente ligadas, pois o vestuário de cada época mostra os hábitos e costumes de cada sociedade. Mas o que se chama hoje de moda, tem início no século XII e, como explica a antropóloga Valéria Brandini, pela sua complexidade e abrangência, sua história (a história da moda) pode servir para ilustrar a toda a História Social do Ocidente.

Assim, as formas de vestir-se e apresentar-se em público no século XIX têm estreita relação com as mudanças econômicas e sociais corridas no contexto do que se definiu anteriormente como modernidade

⁴⁰ A partir da próxima referência será usado apenas A queda.

tecnológica. A consolidação do capitalismo, o crescimento das cidades, que atraíam cada vez mais pessoas entusiasmadas com as comodidades e oportunidades urbanas, a industrialização e o espírito do progresso que contagiou esta época, alteraram os códigos e valores tradicionais da vida urbana. Para Richard Sennett, este momento é marcado pelo desequilíbrio entre a vida pública, interações sociais formais em espaços públicos - e a vida privada – aquela ocorre dentro do círculo familiar e dos amigos (SENNETT, 2002)

Se, em *O processo civilizador*, Norbert Elias (1994), obra obrigatória para qualquer análise em história cultural, vê-se o processo pelo qual, desde o séc. XIII, o homem passou a valorizar normas de convivência - cortesia, boas maneiras e urbanidade etc –, recalcando pulsões e desejos pessoais, num evidente movimento de valorização das relações interpessoais e da vida pública, no estudo de Sennett, o que se percebe é um movimento contrário.

Para ele, a partir do séc. XIX, evidencia-se uma crescente valorização da intimidade em detrimento das questões de interesse público. Essa mudança seria fruto das pressões exercidas pelo capitalismo industrial sobre a sociedade burguesa oitocentista. A pouca compreensão e as instabilidades dessa ordem econômica levavam as pessoas a se protegerem, cuidando cada vez mais de suas questões pessoais, o que conseqüentemente gerou desinteresse pela ordem pública. Veja-se o que diz Sennett acerca dos homens de negócios:

É importante sabermos até que pontos aqueles que vivenciaram esse novo sistema o entenderam. Não o entenderam muito bem, em parte porque traziam consigo muitas atitudes da antiga cidade para relacionar-se com a nova cidade. Mas a maneira pela qual tendiam a não compreender a ordem industrial é importante, porque revela uma visão fundamental da

vida industrial que condicionou todas as atitudes para o âmbito público: a respeitabilidade burguesa estava fundada na sorte.(...)

Os novos princípios para se fazer dinheiro e para se dirigir grandes organizações eram um mistério até mesmo para aqueles que eram muito bem-sucedidos. (SENNET, 2002, p. 176)

Mas, além desse, outro fenômeno contribuiu para o enfraquecimento da vida pública: a mistificação da vida material. Com a industrialização e o uso de novas tecnologias - veja-se a revolução provocada pela máquina de costura, por volta de 1850 - aumentaram as possibilidades de produção e distribuição de bens, que se tornaram mais acessíveis a todas as classes. Foi isso o que aconteceu com as roupas.

Desde a Antigüidade, a roupa serviu para classificar e identificar a classe social de cada indivíduo. São conhecidos diversos exemplos de leis suntuárias, conjunto de regras que regulamentavam a vida das pessoas, estabelecendo, por exemplo, o número de convidados de uma recepção, a quantidade de ouro que se podia possuir e principalmente o tipo de vestes que cada classe poderia usar. Essas normas visavam, sobretudo, a engessar a hierarquia na pirâmide social, dificultando a mobilidade do indivíduo nas classes sociais.⁴¹

⁴¹ D. Sebastião, por exemplo, era rigoroso na questão da indumentária. Veja-se o trecho de lei extraída dos *Capitulos Gerais...*, Biblioteca Nacional de Lisboa, reservados, códice 676, fólhos 44-48: "Eu, El-Rei faço saber, que tendo El-Rei meu senhor e avô que santa glória haja, feito uma ordenação, per que defendeu os vestidos, e cousas de ouro e de *seda*, de que se não devia usar em seus Reinos e Senhorios. Eu fiz outra per que declarei e acrescentei mais algumas cousas e vestidos em que se podia usar da dita *seda*, e sem embargo disso, se veio depois a usar nos ditos Reinos, de *calças* a que chamam *imperiais*, em que meus vassallos e naturais fazem grandes gastos, assim por levarem muita *seda*, pano e guarnições, como per causa dos grandes feitos delas. E vai a dissolução disso em tanto crescimento, que cumpre ao meu serviço e bem dos ditos meus vassallos e naturais atalhar os ditos gastos e despesas.

1. Pelo que ei por bem e mando que daqui em diante, pessoa, de qualquer qualidade e condição que seja, não possa em meus Reinos e Senhorios, trazer nem usar das ditas *calças imperiais* de *seda*, nem de pano, nem oficial, nem obreiro algum as possa talhar nem fazer, nem, depois de feitas, as possa consertar ou reformar.

É o que se lê nos *Capítulos Gerais das Cortes de Torres Novas de 1525 e das Cortes de Évora de 1535 (O VESTUÁRIO...)*. Lá, estão registradas queixas contra oficiais mecânicos e suas mulheres porque se vestiam acima de sua condição e, por isso vendiam, seus produtos a preços exorbitantes a fim de custear o luxo. Diz o texto que se havia diferença na qualidade das pessoas, a devia haver igualmente nos vestidos . Acontece que a burguesia nascente tinha dinheiro para comprar seda outros tecidos, por isso, com o tempo, a transgressão tornou-se, cada vez mais, recorrente.

No século XIX, com a massificação das peças de vestuário, a roupa não tinha mais esse papel. Aristocratas, burgueses poderiam usar modelos semelhantes, ainda que a qualidade dos tecidos fosse diferente. Para Sennett (2002), essa uniformização da imagem provocou o apagamento de marcas distintivas públicas importantes, gerando impessoalidade e transformando a vida pública numa aglomeração de estranhos. Em meio a trajes tão semelhantes como dizer quem é quem?

Mas a tendência à homogeneização foi amenizada pelo fato de, no afã de se diferenciar, as pessoas, especialmente das classes mais abastadas, buscarem agregar à aparência coisas materiais que acreditavam poder expressar sinais de seu caráter pessoal, da sua individualidade. Ou, ainda, adotando certos comportamentos e formas de usar uma peça de vestuário que indicavam o que seria aceitável ou elegante. O espírito da etologia - leitura do caráter a partir de traços

(...)

3. E todas as outras pessoas de fidalgos pera baixo, que as ditas *calças* trouxerem, encorrerão nas ditas penas de *degredo*, e pagarão dez cruzados da prisão, pela primeira vez. E pela segunda, além de encorrerem na dita pena de *degredo*, pagarão vinte cruzados, e de cada vez, perderá as ditas *calças*.

.(Cf. *O vestuário português nos séculos XV e XVI*. Disponível em: <http://trajes.no.sapo.pt/TextoVestuarioBurguesia.secXV.XVI.htm> acesso em 01/03/2009.)

mínimos, como se explicou anteriormente – dava suporte a essa tendência.

No comércio, com a ajuda de técnicas de propaganda e manipulação do imaginário, o consumidor não comprava apenas um objeto que teria determinada utilidade, mas sim a possibilidade de se tornar alguém diferente, especial, único.

Mistificando o uso dos artigos de suas lojas, conferindo a um vestido um *status* ao mostrar um retrato da duquesa de X nesse vestido, ou tornando 'atraente' uma caçarola, ao colocá-la numa réplica de harém mourisco na vitrine da loja esses varejistas estavam desviando a atenção dos compradores, primeiramente, de como ou quão bem feitos eram esses produtos, e, em segundo lugar, do seu próprio papel enquanto compradores. As mercadorias eram tudo. (SENNETT, 2002, 184)

Karl Marx, em *O capital*, referia-se a essa mitificação das coisas material de "fetichismo das mercadorias" (MARX, *apud* SENNETT, 2002, p. 184), porque, ao adquirirem atributos ou características próprias da personalidade humana, os objetos desviavam a atenção de todos das injustas relações de trabalho em que eram produzidos. Mais tarde, conceito similar aparece em *O sistema dos objetos* de Jean Baudrillard (1997), quando trata do que chama de novo capitalismo. Nesse sistema, a produção dos objetos não reflete a necessidades do consumo, mas, ao contrário, eles adquirem um valor simbólico que supera sua utilidade. Para Baudrillard, nesse tipo de sociedade a mercadoria aliena e governa a vida social.

No que tange à aparência, a composição indumentária tornou-se crucial e tinha de ser levada a sério, pois, se por um lado, havia a

tendência ao isolamento no círculo da vida privada e a necessidade de resguardar a subjetividade em meio à impessoalidade da rua, cada aparição pública era cuidadosamente calculada, a fim de que fosse exibida a imagem certa, com o poder de revelar, ou não, detalhes da personalidade, do “eu” oculto atrás da máscara social. Deste modo, nascem e ganham relevo os novos códigos de moda. Como explica Valéria Brandini, “Associada ao corpo/máquina fabricado pelo capitalismo moderno, a moda emerge caracterizando e definindo os atores sociais pela composição estética sobre seus corpos” (BRANDINI, 2009).

Mas que mudanças provocaram efetivamente os tais códigos de moda do séc. XIX? Primeiramente, é preciso esclarecer que desde meados do séc. XVIII, o exagero na forma de vestir-se da aristocracia foi gradualmente condenado e com eles os gestos afeminados, os maneirismos afetados, que marcavam a postura certa porção dos homens da aristocracia e eram copiados por membros da burguesia em busca de promoção social.

Isso acontece porque já estava em curso uma transformação nos códigos morais. O comportamento licencioso masculino – homossexualidade e bissexualidade, predominante nas classes mais altas - passou a ser repudiado, como demonstrou o fechamento, na Inglaterra, das “*Molly Houses*”, denominação dada aos bordéis de homossexualidade, por pressão religiosa (cf. SENNET, 2002). Deste modo, o gosto por perucas elaboradas e imensas, por casacos e vestidos ricamente bordados, pela ostentação de jóias e pelo hábito de empoar os rostos masculinos e femininos deram lugar à associação entre simplicidade na aparência e retidão na vida moral.

Além disso, a Revolução Francesa instituiu a igualdade política entre os homens, o que diminuiu o valor da roupa como elemento de

competitividade masculina e estabeleceu que, em princípio, a valorização dos atributos pessoais era o mais importante. Prova disso, é o poder dos *sans culotte* que governaram a república francesa. Aliás, era crucial para o homem republicano afastar-se do paradigma aristocrata.

Assim, os brocados e adornos exagerados foram substituídos por elementos que pudessem realçar o brilho da inteligência, do talento, da competência e da dignidade, como as insígnias, as bengalas incrustadas de ouro e marfim, os relógios e os anéis de ouro. Também devem ser incluídos nessa lista de novos acessórios masculinos o cuidado com a decoração do rosto – barbas, cavanhaques, bigodes e costeletas - e o hábito de fumar charutos (SOUZA, 2009, p. 67).

No início do séc. XIX, as roupas masculinas seguiam a moda preconizada pelas figuras do dândi inglês George Brummell, o Belo Brummell, e pelo francês Conde Alfred D’Orsay: casaco ou paletó escuro, quase sempre azul-escuro, coletes de cores vivas e calções de cores claras, camisas de colarinho impecável, arrematados por lenços, ou plastrons, arranjados de forma elaborada, além de luvas, bengala e cartola. Mais tarde, depois de 1830, “O Romantismo substitui as gravatas fantasiosas pelas gravatas pretas, cobrindo todo peito da camisa, lentamente as calças, coletes e paletós começaram a combinar entre si de maneira muito discreta, (...)” (SOUZA, 2009, p. 79). Essa tendência à sobriedade predominou por todo o século e pouco mudou no traje do homem elegante, exceto o quesito cor, onde cada vez mais se recomendavam tons escuros. Como explica James Laver: “A figura dominante na vida inglesa era agora o burguês respeitável, que não desejava exhibir-se, mas simplesmente ter uma aparência distinta tanto no escritório quanto em casa”. (LAVÉ, 1989, p. 169).

O desequilíbrio entre vida pública e vida privada, provocado pela ascensão do capitalismo industrial, alterou sensivelmente o cotidiano e o indivíduo. Tanto que

A partir daí, a figura do homem modelo, o *gentleman*, aristocrata, refinado, elegante e soberbo dos séculos anteriores, foi substituída pela figura austera do empreendedor (...). A extravagância no traje tornou-se seara feminina e o mundo masculino passou a explorar outras formas de representação do status: (...) o poder monetário e social masculino passou a estar representado na ostentação das vestes de esposas, mães e filhas. (BRANDINI, 2009).

Talvez pareçam por demais localizadas as afirmações acima sobre roupas masculinas, uma vez que as referências usadas são quase sempre inglesas, mas deve-se atentar para o que diz Laver sobre a homogeneização da moda nesse período: "As duas modas, masculina e feminina, apresentaram muito pouca variação em toda a Europa (...), pelo menos no que toca as classes superiores." (LAVÉ, 1989, 153).

Falando do contexto português, a situação não era realmente muito diferente. Estudos de história portuguesa do séc. XIX dão conta do sucesso dos *Manuais de Civildade*, obras em que se conjugavam regras de cortesia com princípios de conduta moral, que funcionavam como veículo de transmissão dos conhecimentos necessários à legitimação da nascente classe burguesa. Os ensinamentos iam de cuidados de higiene e regras e comportamento em público (como falar, andar, tossir, escarrar, etc) às formas de vestir-se. Nesse ponto, a regra era a discrição e a reserva, afinal exageros e extravagâncias eram considerados incompatíveis com uma vida regida pelo trabalho e pela moderação. (VAQUINHAS; CASCÃO, 1993, p. 449)

Houve forte influência inglesa nos trajes dos homens portugueses a partir do período das invasões francesas, quando militares ingleses mantiveram estreito contato com a população. É o que está registrado no minucioso inventário da moda portuguesa feito por Júlio Dantas, no artigo *Os elegantes e as elegâncias do século XIX em Portugal*, publicado na revista *Ilustração Portuguesa*, em 1907.

De maneira irônica, Dantas, mostra como a evolução da moda foi pouco a pouco virilizando a aparência dos homens portugueses que freqüentaram os salões da corte. Segundo ele, para isso muito contribuiu a “fúria moralizadora” do intendente geral de polícia Pina Manique⁴², “cão de guarda do regime [monárquico]”, contra as extravagâncias da moda. O alvo principal eram os trajes inspirados nas vestimentas dos revolucionários franceses, que usavam alguns jacobinos. Laços, meias e coletes vermelhos “podiam ser a liquidação de um homem”. “Era o terror de guarda às elegâncias do principio do século” – conclui. Dantas.

A seguir faz um inventário dos tipos masculinos que começa em fins do setecentos e avança por todo o oitocentos:

O peralta do tempo de D. Maria I, o francelho mor, (...) espécie de boneco falante em falsete, mulherengo, com a face pintada de cor de rosa, sinaes de tafetá pelo rosto, (...) sempre aos ais, sempre aos gemidos, começou pouco a pouco a virilizar-se, a ganhar mais gravidade e mais dignidade. O casquilho de 1803, já é mais homem que o peralta de 1780: entretanto – *credite poster!* – ainda usa brincos nas orelhas, pinta os beiços de carmim e namora aos suspirinhos, em passo de dança e mordendo o lenço, (...) Mas em breve, pela influência ingleza, tudo muda! O exercito, coalhado de officiaes inglezes, disciplina-se, viriliza-se na guerra; os fidalguinhos cadetes de brincos nas

⁴² Diogo Inácio Pina Manique (1733-1805) foi importante magistrado do período posterior ao Marques de Pombal.

orelhas e faces pintadas de carmim desaparecem, o dandysmo severo de lord Wellington, de Sir William Carr Beresford, (...) succede a casquilhice feminina do francelho militar do fim do século XVIII. Os nossos officiaes imitam-nos, perseguem-os, copiam-lhes os gestos, o aprumo, o modo de andar, as palmas de oiro do fraque cor de tijollos. (...) A simplicidade, a sobriedade, a virilidade começam a caracterizar as casacas de seda preta e os calções (...). Ao *muscadin*⁴³ succede o *fashionable*. (DANTAS, 1907, p. 16).

Mais adiante, de forma debochada, revela que Garret, “o postiço”, “o divino” - “leader dos janotas” da época romântica, desde seu retorno do exílio em Londres devido à guerra civil (1832-34) -, iniciou, em 1846, a publicação de um jornal de modas (DANTAS, 1907, p. 17). Como se vê, Dantas também alia masculinidade à simplicidade, criando, inclusive, uma hierarquia de virilidade com base nos trajes de cada tipo masculino do passado, a fim de destacar os modelos modernos, a serem seguidos por todos. Os oficiais ingleses. seriam, desde as roupas, os homens modernos, severos, sóbrios, sensatos e viris.

Ao atrelar a virilidade à aparência masculina, o artigo de Dantas sugere atributos do modelo de homem moderno, reforçando o que se disse anteriormente sobre a capacidade da roupa de estampar uma imagem do indivíduo que a veste. Sendo assim, pode-se pensar em como isso ocorre na literatura, mais especificamente, nas possíveis leituras da indumentária dos personagens camilianos. Por exemplo, as roupas de Calisto Eloi, de *A queda dum anjo*, cujas vestes são elementos de destaque ao longo de toda a narrativa. O que as roupas podem dizer do homem Calisto Elói?

⁴³ Relativo ao movimento contrário à Revolução Francesa que até pela indumentária proclamava sua adesão à monarquia francesa. Os muscadins caracterizam-se, sobretudo, pelos trajes extraordinariamente exagerados, modos refinados que beiram a afetação, a exemplo do andar esquisito, feito passinhos ariscos e saltitantes, com o peito estufado e a cabeça altiva.

Na ficção camiliana, entre as muitas páginas divertidas e irônicas em que a vestimenta dos personagens desperta grande interesse, destacam-se aquelas que narram o primeiro discurso de Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda, herói da novela *A queda dum anjo*, deputado recém eleito para o congresso legislativo português. É impossível esquecer o anacronismo da figura de Calisto - décimo sexto varão da casa dos Barbudas da Agra de Freimas, cuja linhagem remonta a Batalha de Aljubarrota – em meios aos gritos protesto e a chacota de seus colegas parlamentares.

Vale lembrar que essa novela se destaca pela ironia com que o narrador discute, de forma aprofundada, valores morais e merecimento, progresso e atraso, aparência e espírito, tradição e modernidade. Tudo a partir de uma linguagem divertida que remete ao próprio exagero de purismo lingüístico preconizado pelo personagem principal. Mas aqui o que interessa é a trajetória de Calisto Elói, de anjo a homem comum, ou quase isso.

Nascido na aldeia de Caçarelhos, esse varão é um erudito, que conhece em detalhes a história nacional e defende com fervor as tradições portuguesas. Mas ele também se preocupa com a decadência moral, social e econômica do seu país. É e disso que tratam os seus discursos eivados de floreios de retórica e purismo lingüístico.

No primeiro, protesta contra a imoralidade de uma apresentação da ópera *Lucrecia Borgia*, depois, indignado, repudia a valorização do luxo e da vaidade na capital em contraste com a pobreza e atraso da nação. Por fim, Calisto também se mostra preocupado com os destinos da indústria portuguesa, como se percebe no discurso em que, para rebater as insinuações de que suas afirmações eram exageradas e delirantes, responde:

Quer o ilustre deputado saber o que eu vejo? É a indústria agrícola de Portugal devorada pelas fábricas do estrangeiro; é o braço do artífice nacional alugado à escravidão do Brasil, porque a Pátria não lhe dá fábricas: é o funcionário público prevaricador, corrupto e ladrão, porque os ordenados lhe não abastam ao luxo em que se desbarata; (...); é a aluvião de homens inábeis, que rompe contra os reposteiros das secretarias pedindo empregos, e conjurando nas revoluções se lhos não dão. O que vejo, Sr. Presidente, são sete abismos, e à boca de cada um o rótulo dos sete pecados capitais que assolaram Babilônia, Cartago, Tebas, Roma, Tiro, etc. É o luxo, Sr. Presidente! (A QUEDA, p. 32)

Pode-se concluir que ele foi construído para representar um homem sério, verdadeiramente engajado nas questões nacionais e interessado na transformação do país. Mas tais características poderiam enquadrá-lo como um exemplar do que nesse estudo chamou-se de homem moderno?

Não, porque o morgado de Caçarelhos é, antes de tudo, um homem do Antigo Regime, da tradição, que vê como solução para as mazelas nacionais não idéias novas, revisão de valores ou tecnologia, mas antes um retorno às leis e aos costumes passado. Bem distante, pode-se perceber, do homem imaginado por Goethe no seu Fausto, delineado por Antero de Quental em suas cartas e, de muitas outras formas projetado na cultura portuguesa do séc. XIX⁴⁴.

O futuro da nação portuguesa, para ele, estaria no retorno ao passado! Prova disso é a sua defesa da restauração no distrito de Miranda de leis forais datadas de 1211, sob a alegação de que “os homens são

⁴⁴ Veja-se, por exemplo, a idéia de fomentador em *A ilustre casa de Ramires* e *A cidade e as serras* de Eça de Queiroz, nos textos críticos do historiador Oliveira Martins e Almeida Garret. A idéia de *homem novo* está presente nos textos do republicanismo no séc. XIX, aponta o historiador Fernando Catroga. (cf. CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro*, Coimbra : Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991. 2v.

sempre os mesmo e quejandos; as leis devem ser sempre as mesmas.” (A QUEDA, p.15). Ou ainda o fato de desprezar qualquer obra escrita há menos de duzentos anos. Como afirma o narrador, “Calisto era um legitimista quieto, calado, e incapaz de empecer a roda do progresso, contanto que o progresso não lhe entrasse em casa, (...)” (A QUEDA, p. 14).

Essa mistura de anacronismo, inocência, idealismo e rigidez moral quando filtrados pela pena irônica de Camilo fazem de Calisto Eloi uma figura ridícula. Mais ainda quando se examina a descrição de suas vestes, especialmente aquelas que causaram sensação quando da sua primeira aparição no congresso.

Ao descrever a aparência do personagem – num capítulo especialmente desenvolvido para isso, intitulado “Figura, Vestido e Outras Coisas do Homem” - o narrador afirma que, ao quarenta e quatro anos, Calisto tinha boa aparência, mas “O que certamente o desairava era o traje.”

Calisto Elói vestia de briche da Golegã⁴⁵, e dos alfaiates de Miranda. A gola e portinholas da casaca eram sérias demais para estes tempos. (...) Não se sabe a razão por que o morgado de Agra se afeiçoara às calças rematando em polainas abotoadas de madrepérola. Vestira assim umas pantalonas em 1833. (...) o certo é que desde aquela época todas as pantalonas de Calisto aforam talhadas pelas primeiras e a abotoadura aproveitada. (A QUEDA, p. 29).

Completavam sua indumentária botas de bicos aguçados, um chapéu armado e *démodé*, além de, para ocasiões festivas, “calção de

⁴⁵ Tecido de lã grossa, no caso, produzido na cidade de Golegã.

tafetá e espadim, com que ele, na qualidade de fidalgo e cavaleiro, costumava a contribuir para a majestade do das procissões de Miranda, pegando ao pálio” (p.19)

Certamente, suas roupas exageradas e antiquadas não poderiam fazer boa presença entre os seus pares em Lisboa, habituados a seguir os preceitos da moda europeia. Mas o que importa aqui é o fato de ao mesmo tempo em que as idéias e valores de Calisto, cada vez mais seduzido pela modernidade e pelo brilho cosmopolita de Lisboa, vão se modernizando, suas vestes também se atualizam. A ponto de esse personagem tornar-se, além de um deputado liberal, um modelo de elegância.

A primeira mudança na aparência de Calisto dá-se após ser tocado pelo amor. O interesse por Adelaide Sarmento, filha de um amigo, o desdém pela comida forte e simples que sempre o alimentará e a consciência da necessidade de mudar o traje ocorrem ao mesmo tempo.

Depois, quando se estava vestindo, olhou para a casaca de briche e para as pantalonas apolainadas, e teve engulhos desta fatiota. Vestiu-se apressado, e entrou no estabelecimento do Sr. Nunes na Rua dos Algibebes. Aqui o vestiram o mais desgraciosamente que puderam, com um farto paletó de pano cor-de-rato, e umas calças de xadrez cinzento, e colete azul (...). No chiado abjurou um chapéu de molas de merino, e comprou outro de castor, à inglesa. Cumpria-lhe vestir as primeiras luvas de sua vida.(...). (A QUEDA, 52).

Depois, para mostrar o quanto Calisto é inexperiente e ridículo nesse primeiro contato com a moda, o narrador informa que ele acabou confundido com um brasileiro ou um matuto, por dois rapazes que observavam suas manobras para calçar as luvas. Esse fato, contato de

forma rapidamente, revela o preconceito para com os brasileiros, que seriam exemplos acabados de mau gosto e falta de refinamento. Em verdade, a própria História cultural do séc. XIX, mostra que essa visão era corrente na sociedade portuguesa. Prova disso era a forma cômica com que esses homens eram representados na imprensa. Ao comentar um caricatura, extraída do jornal humorístico *O Sorvete*, edição de 20 de dezembro de 1878, Irene Vaquinhas e Ruy Cascão mostram todo preconceito com que eram tratados os brasileiros:

Balofo e atarracado de corpo, pouco dado ao trabalho de reflexão intelectual, dotado de duvidoso gosto (até mesmo na indumentária), sempre disposto a exhibir os sinais exteriores da sua riqueza (grossos anéis nos dedos, longas cadeias de ouro a unir as duas abas do colete, charuto aceso na boca), ele era visto como uma espécie exótica. (VAQUINHAS; CASCÃO, 1993, p. 442).

Além disso, para diminuir mais ainda o brilho da roupa nova de Calisto, fica-se sabendo, logo a seguir, que as tais calças xadrez, na verdade estão fora de moda e têm péssimo corte. Foi por isso que, “Ao meio dia, entrou o morgado na Câmara, e fez sensação.” (A QUEDA, 52).

No entanto, mesmo *démodé*, o novo traje coloca provoca mais mudanças em Calisto, porque todos percebem que seus gestos estão diferentes, mais soltos, inclusive seus discursos no plenário tornam-se mais interessantes. Sobre isso debocha o narrador afirmando que “Filósofos e cristãos disseram que o vestido atua imperiosamente sobre a moral do indivíduo”. (p. 56).

Vê-se claramente a intenção de criar na narrativa uma associação entre as roupas do personagem e suas idéias, a ponto de o narrador

buscar justificativa para sua insistência em dar detalhes sobre as suas vestes:

Não me acoimem de arquivista de insignificâncias. Esse pormenor das calças prende mui intimamente com o cataclismo eu passa no coração de Barbuda. Aquela alma vai transformando à proporção da roupa. Assim como o leitor, à medida que o amor lhe fosse avassalando o peito, escreveria páginas íntimas, ou ainda pior, cartas corruptoras à mulher querida Calisto, em vez disso, muda de calças. (Ibid, p. 58) (grifo meu).

Depois das primeiras mudanças no vestuário, Calisto vai pouco a pouco transformando sua aparência. O narrador expõe o principal motivo para isso. O morgado, amava e era amado. Seus sentidos foram aturdidos pela figura de uma prima distante e viúva, a brasileira Efigênia, que lhe aparece à porta necessitando de proteção e amparo. A influência dessa ligação sobre Calisto está claramente exposta desde a descrição da moça pelo narrador:

(...) uma mulher daquelas que Lúcifer fazia quando assaltava no deserto a pudicícia dos Antões, dos Paulos, dos Pacômios e Hilariões.

Era alta e pálida: rutilavam-lhe os olhos como lustrosos azeviches à flor de um busto de marfim, algum tanto emaciado. Calisto maquinalmente levou a mão ao coração: transpassara-lho uma azagaia elétrica. (p. 77).

A "formosa do novo mundo", "a fidalga brasileira", o "anjo de Deus", é o par perfeito para o morgado que, uma vez na cidade, passa a viver segundo regras diferentes das que regiam sua vida com Teodora, com

quem casou-se por praticidade e sem amor. Por causa da brasileira, passa a rejeitar a prima-esposa, a falta de amor, a comida típica da sua terra, a vida simples no campo, enfim, o mundo dos valores tradicionais portugueses do qual, até sua ida para a cidade, Calisto era representante.

Além disso, para sustentar luxuosamente o seu romance com Efigênia, deixa de ser comedido e prudente, gastando com palacetes, móveis requintados e outros trastes, muito dinheiro. Sob muitos aspectos é o contato com a brasileira que modifica o fidalgo.

Mas seria realmente amor o que unia Calisto e Efigênia? O morgado, conforme se lê no fragmento acima, “amou” a brasileira antes mesmo de falar com, uma evidente referência a atração física que sentiu por uma mulher tão tentadora as sedutoras míticas mencionadas pelo próprio narrador.

Não seria esta relação um bom arranjo para ambos? Arranjo mal disfarçado pela capa de narrativa romântica, talvez para não chocar o seu público que esperava uma novela de amor. Atente-se para a dúvida que lança o narrador com a desculpa de reafirmar a veracidade daquele amor:

Pois amava-o ela?

Não sei com que direito me fazem esta pergunta assim com uns visos de espanto! Amava-o como quem não tinha amado nunca. E para lisonjear-se de incutir ciúme não fora mister amá-lo, digamo-lo de passagem, em nome da consciência incorruptível das senhoras, cuja atenção e reparo é felicidade que eu antepoño a todas. (...)

Amava-o cativa do quer que é que primeiro prende a vontade da mulher, sem dependência dos dons da alma. (Ibid p. 85)

A seguir tem-se a descrição do quão atraente fisicamente se tornou Calisto depois mudança para Lisboa e o reforço da ausência de interesses

materiais por parte de Efigênia. Nesse sentido, vale lembrar a reflexão de Jorge Fernandes da Silveira sobre essa relação amorosa: “Efigênia – mas que Calisto – é a figura emblemática da oposição anjo/demônio”. (SILVEIRA, 1995, p. 274)

Numa outra perspectiva, pensando no fato de o envolvimento do fidalgo com a brasileira ser o principal fator para sua transformação e de a ligação entre eles ser vantajosa para ambos, Paulo Mota Oliveira (2005) propõe que essa ligação seja lida como uma metáfora da relação entre Brasil e Portugal: “Não teríamos aqui um Portugal que, sem o Brasil, não teria como engendrar a sua permanência?”

Assim, pode-se concluir que a “diabólica” Efigênia é mais uma das tentações da vida na cidade grande. Daí por diante, Calisto mal consegue esconder sua condição de bigamo e o enfado que lhe provocam as ninharias da vida no interior. O homem das serras perde-se cada vez mais nas seduções caminhos da vida moderna. Deixa o rapé, hábito aceitável nos séculos anteriores, mas considerado deselegante no séc. XIX, adota bigode e barba, e aconselha-se sobre vestuário com alfaiates afamados. As diferenças entre o Calisto de Caçarelhos e o de Lisboa são tais que Teodora quase não o reconhece, quando da rápida visita que faz a terra natal. Em lágrimas implora:

- Como tu estás mudado!

Não me pareces o meu homem! ... Corta essas barbas; por alma da tua mãe, corta-me essas barbas, que pareces o diabo, Deus me perdoe!...

(...)

- Meu homem a fumar!... Que feitiçaria te fizeram, Calisto!... (A QUEDA, 95-6).

O susto de Teodora é bastante justificável, pois, além das novas roupas, o marido emagreceu, perdeu o ventre intumescido pela comida gordurosa da fazenda e empertigou a espinha, antes curvada pelo hábito da leitura. No aspecto geral diz o narrador,

Todo aquele ar de meneios, posturas e jeitos, acusava os fidalgos espíritos, resgatados da bruteza da antiga vida. Pode ser que alguma afetação lhe maculasse os modos e garbo das atitudes; sem embargo; o senhor da Agra de Freimas era homem para merecer, sem favor a consideração de qualquer dama superciliosa na escolha.⁴⁶. (p. 85)

Como o próprio narrador afirmou anteriormente, as mudanças não aconteceram somente na aparência de Calisto, sua personalidade e forma de ver o mundo também se modificaram. Meses depois de sua estréia na Câmara, ao reler seus discursos contra o luxo, contra a encenação de Lucrecia Borgia, envergonha-se e renega tais opiniões a ponto de mandar queimar toda sua obra. Daí, retoma o gosto pela leitura, porém somente acerca de matéria e temas modernos.

Muito contribuiu par isso, a viagem que fez pela Europa, a qual “limpou-lhe do espírito as teias” e o fez ver que Lisboa era “terra pequena demais” (p. 109), tanto que moralmente também emancipou-se, indo viver com a prima no palacete que comprara para ela, sem dar caso das fofocas. Pelo mesmo motivo, não teve escrúpulos ao comprar sua reeleição arranjando o ingresso dos seus adversários na Ordem de Cristo.

Politicamente, deixa de ser o pensador independente, preocupado com as mazelas nacionais e o fomento do progresso. Ganhou dinheiro “a

⁴⁶ Na verdade, a própria Teodora também mudou de aparência e arejou suas idéias, tanto devido a roupas novas quanto aos efeitos do romance que acabou por viver com o primo Lopo. (cf. capítulo “A felicidade infernal do crime”, p. 107)

rodo, informa o epílogo da obras. Porém, pela leitura do texto, infere-se que a multiplicação de sua fortuna deu-se não pela promoção da indústria ou da agricultura, a ação que julgava antes urgente.

Calisto também passa a apoiar o governo. Como ele mesmo explicou, porque “era fidalgo inimigo da desordem, e convencido estava de que a ordem só podia mantê-la o poder executivo, e não só mantê-la como defendê-la para consolidar as posições, obtidas contra os cobiçosos delas.”

Confusas palavras para um liberal! Suas palavras remetem, na verdade, ao ideário absolutista, que legitima o direito do Estado agir, sob o argumento garantir o bem estar (ou a ordem) do país – usando todas as formas para manter o poder. Vale lembrar que o fidalgo fora eleito a fim de defender os interesses da população mirandense, missão em que acaba esmorecendo. Mas, em compensação, por sua aliança com a situação recebe, como recompensa, o título de Barão da Agra de Freima.

Até que ponto houve renovação de idéias? Talvez as idéias voejam depressa demais para Calisto. Ou não voejam nunca? Merece destaque a resposta de Calisto aos que estranham sua nova postura política.

- Meu amigo, abra os olhos, que não há martirologio para as toupeiras. As idéias não se formam na cabeça do homem; voejam na atmosfera, respiram-se no ar, bebem-se na água, coam-se no sangue entram nas moléculas, e refundem, reformam e renovam a compleição do homem.

- Segue-se que está liberal? – perguntou o pálido abade

- Estou português do século XIX. (p. 101) (grifo meu).

Cabe perguntar: ao fim da análise do percurso de Calisto Elói, o que a obra sugere acerca do significado de ser um português do século XIX?

Dentro do contexto da cultura, a resposta pode estar na afirmação de Fernandes da Silveira. Para ele, as mudanças de roupas e opiniões de Calisto não representam uma transformação pessoal, "revelam um modo equivocado (trágico se não fosse cômico [n]o romance) de ser português e estar no século XIX." (SILVEIRA, 2005, p. 270). E cita Robert Schwarz para concluir que nesse texto de Camilo há "o abismo entre o paradigma do progresso europeu e a classe dominante portuguesa." (*apud*, SILVEIRA, 2005, p. 271)

Também se pode ler a questão no contexto da individualidade. Nesse sentido, ser um português significa valorizar a felicidade pessoal, e os próprios desejos. Também significa adotar novos comportamentos que permitam a busca dos objetivos acima, por exemplo, adequando valores morais, livrando-se de preconceitos e seguindo os movimentos da moda. Esse é o homem que Calisto tornou-se, como se percebe no capítulo "Conclusão" quando o narrador, refletindo sobre o destino do personagem, pede: "Deixá-lo ser feliz: deixá-lo. Calisto Elói, aquele santo homem lá das serras, o anjo do fragmento paradisíaco de Portugal Velho, caiu". (A QUEDA, 110).

Vê-se que, ao fim e ao cabo, a trajetória de Calisto representa o triunfo do individualismo, dos interesses pessoais sobre as expectativas da coletividade. Do inventário das alegrias vividas pelo morgado depois de sua "queda" na vida de homem comum - despreocupado dos antigos rigores das virtudes – fica a idéia de que o mundo moderno não é regido pelos valores antes imprescindíveis, sendo por isso mesmo injusto e desconcertado.

A trajetória de Calisto pode ser, sim, lida como a vitória dos valores do capitalismo, afinal ele conseguiu tudo o que desejava, mas de um capitalismo sem pacto, sem contrato social. Voltando a Roberto Schwartz, agora em outra obra, para dizer que tratava-se um capitalismo gerado pelas “idéias fora do lugar”. Nesse sentido, pode-se dizer que Portugal, assim como o Brasil, viveu, sim, no séc. XIX as transformações capitalistas, mas de forma anômala, porque

a ligação do país à ordem revolucionada do capital e das liberdades civis não só não mudava os modos *atrasados* de produzir, como os confirmava e promovia na prática, fundando neles uma evolução com pressupostos *modernos*, o que naturalmente mostrava o progresso por um flanco inesperado.(SCHWARZ, 1991, p. 37).

Assim, pode-se dizer que o herói de *A Queda dum anjo* apresenta-se como o homem do impasse da transição entre os valores do Antigo Regime e os da modernidade.

Na sua primeira fase, ao defender o povo, expondo sua visão acerca da moral e da ética, Calisto não o faz como progressista ou socialista, mas, sim, como homem da nobreza, moralista e cristão. Nesse sentido, destacam-se a honradez, o senso de justiça e de dever, a capacidade de sacrificar-se pelos outros e até uma certa ingenuidade.

É isso que demonstram o episódio referente à defesa da honra de Adelaide, filha de seu amigo Sarmiento – moça quase adúltera. Interpelada por Calisto sobre a falta de decoro de algumas mulheres ela responde: “É a moda”(p. 43) Não se pode esquecer que essa conversa se dá entorno da questão dos “livros perigosos” lidos pela jovem. O morgado recomenda-lhe aprender sobre virtudes femininas na obra de Homero,

mas ela prefere Balzac, autor que Calisto nunca leu, por não saber francês e não aprovar. Ora, o enorme sucesso do autor francês em Portugal, torna mais evidente ainda a sua ingenuidade.

No mesmo sentido, pode-se lembrar a anuência do morgado em concorrer ao cargo de deputado para defender os interesses de sua cidade, os seus escrúpulos quando se apaixona por Adelaide e, é claro, ao genuíno interesse pelos destinos do povo português, expresso nos seus discursos inflamados.

Já na segunda fase, transfigurado pelo amor de Efigênia e totalmente adaptado às conveniências da vida urbana e moderna, também não representa um modelo de homem moderno, conforme se definiu no capítulo anterior, porque, se agora é sua moral mais flexível, lhe permite relativizar valores como honra, bondade, honestidade – como se vê na solução encontrada para a sua bigamia – faltam-lhe as qualidades do fomentador: desejo de transformação da realidade pelo progresso, e ação para o bem comum. Falta-lhe, ainda, o traço burguês da preocupação com o dinheiro, com a acumulação de bens, porque nesse ponto o que a narrativa informa é que viveu sempre da renda que as quintas herdadas lhe garantiam, uma clara alusão ao seu passado aristocrático.⁴⁷.

Como afirma Jorge Fernandes da Silveira: “No fundo, queda e ascensão dependem dos caprichos da Moda. (...). *queda dum anjo* não é um tonto elogio da moda. É, sem dúvida, um extraordinário e breve tratado a respeito dos movimentos da moda” (SILVEIRA, 2005, p. 270). Assim, não seria exagero dizer que, como português, o que Calisto, melhor assimilou da modernidade do séc. XIX foi ... a moda masculina,

⁴⁷ Veja-se o que dizem sobre isso os capítulos “O demônio em Caçarelhos” e “Vence o demônio! Choram os anjos!”. Neles, a esposa de Calisto, Teodora, demonstra preocupação com as retiradas que o marido fazem contra o patrimônio dos dois.

com seus casacos escuros, suas calças bem cortadas, charutos e bengalas.

Mas, como diz o narrador, não será *A queda dum anjo* que irá reformar o mundo. E não adiantam as irônicas desculpas do romancista no fecho da obra, pelo fato de essa novela não “levar ao céu número de almas mais vantajoso que a novela do ano passado” (p.110). Como é sabido, Camilo não escrevia anualmente apenas uma novela de teor moralizante; escrevia muitas, e para ganhar dinheiro.

Ora, se o Barão de Agra de Freimas, em toda sua elegância é a representação de um modelo equivocado do homem português da segunda metade dos oitocentos, o que dizer dos brasileiros torna-viagem, cômicas figuras, sempre mal vestidas e desprovidas de charme, das narrativas camilianas? O que esses homens representam no interior da identidade portuguesa?

3.2 – As idéias indo para o seu lugar

É preciso necessariamente redimensionar o lugar de Camilo Castelo Branco na cultura e na literatura portuguesa do séc. XIX. Como já se viu anteriormente com a geração de 1870, a discussão em torno da formulação da identidade masculina na cultura portuguesa está atrelada à questão da regeneração nacional, mas para a crítica literária tradicional a

vasta obra desse autor está fora desse processo e não propõe um projeto de revalorização nacional. Não se pode esquecer o lugar a que essa crítica destina as obras dos membros da Geração de 1870, em especial a de Eça de Queirós, no que tange ao debate da decadência/regeneração nacional portuguesa. A crítica canônica afasta Camilo Castelo Branco, sumariamente.

Sendo assim, antes de tratar dos brasileiros torna-viagem, cabe reconduzir a obra de Camilo para o centro dessa discussão. Primeiro, é preciso discutir a estreita relação entre a produção camiliana e os interesses do mercado editorial, questão que certamente gerou muito do preconceito que até hoje mascara a real dimensão de sua obra. Depois disso, demonstrar que ela encena emergência de um mundo burguês e capitalista.

Em *Portugal como destino*, texto em que discute a evolução na série literária portuguesa do mito da predestinação do povo português, Eduardo Lourenço, ao comentar o papel dos autores românticos como precursores da grande investigação em busca de soluções para a decadência em que Portugal mergulhara desde o século XVI, reconhece a importância da obra de Camilo Castelo Branco. Para Lourenço, se em Garret e Herculano, representantes do 1º. romantismo, encontramos claramente a intenção de refletir sobre a situação do país, em Camilo temos a encenação da vida portuguesa,

Só esse subjetivo e desconhecido retrato de Portugal de paixões e como paixão lhe interessou. O seu sucesso foi à medida do público cujas vidas, trágicas ou cômicas, sondou, com pena rápida, molhada em sangue e lagrimais. (LOURENÇO, 1999, p.111)

Capacidade de observação, interesse pelas paixões humanas e pena rápida mesmo – principalmente se lembrarmos o curto tempo que gastou para escrever algumas de suas obras – fizeram o sucesso de Camilo, que foi o primeiro escritor português a viver somente desse ofício, tanto que, em carta ao amigo Jaime Batalha Reis, datada de 1º de agosto de 1875, o poeta Antero de Quental revela, admirado, que Camilo teria um contrato com um editor para fornecer três romances por ano! (QUENTAL, 1990, p. 331) É preciso admitir que é muito, principalmente considerando-se o peno público leitor português da época.

A necessidade de agradar ao público, que criava o valor comercial dos seus escritos, cria uma perspectiva bastante interessante para sua obra: como pensá-la, então, frente às questões estéticas e ideológicas da época, quando a recepção da obra tem peso tão grande?

Nesse contexto torna-se sem importância a discussão sobre se Camilo era um romântico que se tornou realista e, por extensão, naturalista; ou que parte de sua obra é realista ou romântica. Lembremos que *Amor de perdição* (1862) sua obra mais canonicamente romântica foi escrita entre *Coração, cabeça e estomago* (1862) e *Queda dum anjo* (1866) que ironizam o romantismo. Não há, então, como falar de uma evolução ou transformação linear na obra de Camilo. Em verdade, sua preocupação primeira era escrever o que o público queria e, portanto, o que vendia. O que importa, e que, de certa forma, é uma questão ainda a ser pensada em sua obra, é a sua dimensão folhetinesca e seu comprometimento com o público-leitor. Sobre isso, veja-se o que escreve sobre isso Paulo Frachetti ao comentar as novelas satíricas de Camilo:

A crítica social se faz assim, (...) momento da obra camiliana, não apenas pelo retrato de um dado meio social, mas também e talvez principalmente por meio

da auto-ironia de um discurso que já não cabe na moldura romântica que ainda vigorava, já rebaixada, no horizonte dos seus leitores. (1997, p. 3).

Jacinto do Prado Coelho (1982) aponta com clareza a consciência que o escritor tinha acerca das questões do nascente mercado editorial português ao comentar as querelas entre Camilo e os seus editores - seja por pagamentos ou porque estes só queriam publicar obras que facilmente caíssem no gosto dos leitores, rejeitando as mais eruditas -, a sua preocupação com o impacto das análises críticas sobre a vendagem de suas novelas e até discussões acerca das dimensões e formação do seu público. Essas questões estão devidamente documentadas na sua correspondência, principalmente nas cartas endereçadas aos seus editores⁴⁸.

Nas cartas que escreveu ao editor Matos Moreira (CASTELO BRANCO, 2002b, p. 728)⁴⁹, por exemplo, é possível acompanhar a uma interessante negociação acerca do preço de venda dos direitos de publicação de suas obras. Em uma dela, diz Camilo que daquele momento em diante, o valor a ser pago é 450 mil-réis por cada obra de 340 páginas e não mais 500 mil-réis por volume. Em outra, faz sugestões quanto ao tamanho da fonte, a produção da capa e outros detalhes da edição de um de seus romances, a fim de publicá-lo da forma e atraente possível (Ibid, p. 704).

A preocupação com o lado prático do seu ofício está expressa nas cartas que trocou com Faustino Xavier Novaes em 1858, nas quais, entre

⁴⁸ É muito dispersa a publicação da correspondência de Camilo, existe uma grande quantidade de edições e até agora não se pode encontrar uma que reúna todas as suas cartas. Alexandre Cabral, estudioso da obra de Camilo que editou boa parte de sua correspondência, estima em 6000 o número de cartas que podem ser recuperadas (Cf. CABRAL, Alexandre. *Camilo Castelo Branco: roteiro dramático dum profissional das letras*. Lisboa Terra livre, 1980.).

⁴⁹ Infelizmente a carta não tem datação completa. Apenas informa 15 de setembro

outras coisas, tratava da encomenda feita por este poeta, que então se encontrava no Brasil, de uma obra de 300 páginas, um romance “jocoso” e “chulo”, falando Brasil e do patriotismo dos portugueses que aqui enriqueciam pelo trabalho honesto, critérios bem definidos por Faustino com garantia de sucesso. A empreitada seduziu Camilo como demonstra a carta dirigida ao amigo em setembro daquele ano: “Se chegasse a vender quatro mil exemplares de cada livro meu, far-me-ias capitalista em alguns anos, capitalista, santo Deus!” (*apud* SALLES, 1999, p. 251)

Em outra carta em carta escrita em 1856, para José Barbosa e Silva, diretor do Jornal *Aurora do Lima*, oferecendo-se para escrever nesse periódico, mediante pagamento. O trecho mostra a consciência de Camilo acerca de sua condição como escritor profissional com visão do mercado editorial:

Lembrava-me dizer-te que, se me pagassem, escrevia para esse jornal 4 correspondências-folhetins por mez, sobre cousas do Porto, tudo o q pode e deve ser folhetinisado. Gratuitam.^{te} não posso; bem sabes que não escrevo por prazer nem p. gloria. As correspond.^{ias} podem intressar ca e la, e o jornal, se não me engana a vaidade, lucrará algumas assignaturas. Não sei. O caso é que as 4 correspond.^{ias} escrevo por 14:400 rs. Mensaes – enchendo 3 lados. (CASTELO BRANCO, 2002a, p. 1006)

Como se percebe, das cartas trocadas com seus editores, emerge uma imagem muito distante daquela que tradicionalmente se constrói do escritor: o gênio preocupado somente em dar o melhor de si para produzir sua grande obra. Camilo, antes de tudo, estava preocupado com a sobrevivência, com o lado comezinho e venal da existência.

A citação acima sugere que ele é exemplo do escritor que, na sociedade capitalista do séc. XIX, não sem sofrimento, abriu mão da aura e pôs sua genialidade a serviço da nascente indústria cultural portuguesa. E o fato de ter escrito tanto – cerca de 60.0000 páginas, entre 1850 e 1890, na estimativa de Alexandre Cabral – fomentou um certo preconceito em relação à sua obra, a ponto de ela não gozar, por exemplo do mesmo prestígio que de Eça de Queiroz, outro escritor da segunda metade do séc. XIX.

É sintomático que Teófilo Braga, escritor e também professor do curso superior de Letras em Lisboa desde 1872, só tenha mencionado a obra de Camilo Castelo Branco no estudo que publicou em 1892, *As modernas idéias na literatura portuguesa*. Ora, Camilo já publicava desde 1851 e era um escritor de sucesso desde 1856 quando publicou *Onde está a felicidade? Mas Braga, não o incluiu* nos estudos que publicou em 1875, *Manual da literatura portugueza: desde a origem até o presente*, e em 1880, *História do romantismo em Portugal*.⁵⁰

É comum encontrar quem cite erros de construção da lógica interna da narração, como uma datação, e use estes cochilos como argumento para minimizar seu valor. Porém, o que não se pode negar é que o que Camilo escreveu, de olho no mercado ou não, é um irônico e bem acabado retrato de um Portugal movido a paixões - com bem disse acima Lourenço – que complementa aquele apresentado por Eça, já que suas obras focalizam extratos sociais diferentes da sociedade portuguesa do XIX.

⁵⁰ Cf. BRAGA, Teófilo. *História do Romantismo em Portugal*. (Fac-símile da edição de 1880) Lisboa: Ulmeiro, 1984.;---. *História da Literatura Portuguesa: o ultra-romantismo*. (v. VI) Mira Sintra : Europa-america, s/d.;---. *Manual da História da literatura portugueza: desde as suas origens até o presente*. Porto: Magalhães Muniz editores, 1875.

Era do público que lia avidamente seus folhetins e novelas que Camilo extraía o material de seu trabalho, ou seja, o mote, as personagens e situações desenvolvidas em suas novelas eram construídos com base nas suas observações cotidianas. Freqüentemente acrescentava à ficção personalidades da época, e até amigos, de forma a aproximar o texto literário do universo de seus leitores, o que certamente explica parte de sucesso de Camilo Castelo Branco.

Sua obra é um fidedigno retrato das ambigüidades de uma fatia da sociedade portuguesa de meados do século XIX – dividida entre o atavismo rural e católico e as transformações que o triunfo as idéias advindas do Iluminismo, representadas pelo liberalismo, pelo desenvolvimento científico e cultural, impuseram a toda Europa. Até mesmo em Portugal chegaram ecos do movimento que provocou o realinhamento das nações, da economia, dos costumes e fez surgir um novo homem a buscar o seu espaço.

Os personagens de Camilo encenam a rígida estrutura de classes sociais em Portugal no século XIX. São os velhos latifúndios do meio rural, a pequena burguesia citadina, com seus funcionários públicos e profissionais liberais, o proletariado, fruto da nascente indústria do país e do desenvolvimento da atividade comercial, o vulgo mais humilde, formado pela criadagem, os caixeiros e biscateiros e, também, aqueles que são o objeto desta pesquisa, os brasileiros torna-viagem: cada qual a lutar pelo seu quinhão e todos sob a vigilância da Igreja Católica que, enfraquecida em todas as parte, ainda dominava com pulso forte a sociedade lusitana.

Do conjunto de sua obra emerge um mundo, ou melhor, uma faceta da realidade portuguesa no séc. XIX que ainda precisa ser compreendida.

Para discutir esse problema, serão usadas as reflexões de Paulo Mota Oliveira sobre temas como dinheiro, economia e mobilidade social.

Em diversos ensaios, esse pesquisador vem se debruçando sobre a obra romanesca de Camilo Castelo Branco e suas conclusões abrem novas perspectivas para compreensão do lugar desse autor – hoje quase sempre lido como ultrapassado, reacionário e menor - no século XIX e principalmente frente aos seus contemporâneos. É o caso dos estudos comparativos que realiza entre as obras de Eça de Queiroz e Camilo.

Em “Da ficção Camiliana como interpretação de Portugal” (FERNANDES; OLIVEIRA, 2005), partindo da célebre hipótese de Eduardo Lourenço, que afirma ser a história literária portuguesa de Garrett a Pessoa o espaço em que povo português investiga a própria identidade, Mota oliveira reclama do **não lugar** do autor de *Amor de perdição* dentro da perspectiva escolhida por Lourenço e propõe que se repense a ficção camiliana, porque nela também a realidade portuguesa foi uma questão central e recorrente. Pelo menos tanto quanto o foi para a obra de Eça de Queiroz, que junto com Camilo ocupa o posto de maior ficcionista português do século XIX.

No entanto, sem que se saiba bem porque, quando se trata de discutir o binômio decadência/regeneração. – termos que visam aqui a condensar as discussões em torno do contexto econômico, social e político do país nos oitocentos – somente o autor *d’Os Maias* e seus colegas da Geração de 1870 são lembrados. Quanto a Camilo, é tradicionalmente associado apenas à imagem de escritor que registrou com “tintas fortes” os dramas e paixões do povo português (LOURENÇO, 1999). O fato de não haver em suas obras um evidente projeto de regeneração para o país, como nas de Eça, parece ter diminuído o interesse da crítica pelo seu trabalho ou, o que é mais sério, ter diminuído seu valor literário. Certo,

diz Motta Oliveira (2006), é que Eça e a Geração de 1870 até hoje são vistos como revolucionários e engajados e Camilo como reacionário.

São reveladoras as conclusões a que chega esse pesquisador ao comparar a presença de categorias como dinheiro e trabalho, caras ao mundo burguês, na ficção dos autores mencionados. Dessa investigação, que abrange obras como *Amor de Perdição*, *Coração*, *Cabeça e estômago*, *A queda dum anjo* e outras escritas no período entre 1862 e 1870, emerge, um Portugal já inserido no mundo burguês e no capitalismo. Para os seus personagens dinheiro e trabalho são necessidades correntes e decisivas que são buscadas conscientemente. O dinheiro, obtido pelos mais diversos tipos de trabalho, garante a sobrevivência de miseráveis, financia estudos e sonhos amorosos e compra bens e títulos nobiliários, facilitando, desse modo, a mobilidade social.

Tudo isso é bem diferente do que se percebe no universo projetado em *Os Maias*, *O Crime do Padre Amaro*, *O primo Basílio*, *A ilustre casa de Ramires* e *A cidade e as serras*. Motta cita Cleonice Berardinelli⁵¹ para explicar que o universo dos personagens de Eça é o das classes abastadas e da aristocracia, onde o dinheiro tem como fonte a herança ou o casamento, enquanto o trabalho tem pouco destaque, sendo muitas vezes, pouco mais que uma distração. “Pelos livros de Eça podemos quase vislumbrar um Portugal ainda quase pré-capitalista, para o qual os grandes movimentos do século XIX ainda não chegaram” (FERNANDES; OLIVEIRA, 2005, p. 140). Ora, nesse sentido, o universo camiliano não seria mais moderno?⁵² Pelo menos apresenta um Portugal que busca para a mencionada decadência (se é que ela existe nesse universo) o mesmo

⁵¹ BERARDINELLI, Cleonice. Estudos de literatura portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

⁵² Motta não diz isso mas insinua em duas ocasiões, pelo menos: no texto já mencionado e no que citarei a seguir.

remédio que as mais progressistas nações europeias: trabalho, individualismo e livre iniciativa.

A verdade, como diz Motta Oliveira, é que o brilho da Geração de 1870 e de eventos como a Questão Coimbrã e as Conferências do Casino, impediu uma leitura mais aprofundada do ideário camiliano. Não é à toa que Lourenço elege aquele grupo como “centro da mitologia cultural portuguesa” (LOURENÇO, 1999, p. 114). A grandeza e a ampla visibilidade dada às obras de Eça de Queirós, Antero de Quental, Oliveira Martins e Teófilo Braga não deixaram espaço para qualquer outro intelectual da época. Alguns, hoje, são apenas um nome dentre os muitos que assinaram o texto de abertura das Conferências do Casino, em 1871, e pouco se conhece da participação que tiveram na construção do projeto de regeneração para Portugal proposto naquele evento. Como então dar espaço ao velho romântico de São Miguel de Seide, quase sempre visto como ultra-romântico oportunista?

Em outros ensaios, Motta Oliveira insiste no confronto entre os dois ficcionistas maiores do século XIX, revelando outras facetas da realidade portuguesa presentes na ficção camiliana, as quais recolocam em discussão o lugar das suas obras. É o caso de “Pescoceiras rorejantes de suor: os brasileiros de Camilo, uma teia atlântica” (OLIVEIRA, 2004), pesquisa que confirma o caráter capitalista e burguês da ficção de Camilo, por meio do mapeamento do fluxo de dinheiro entre Portugal e o mundo, especialmente aquele trazido do Brasil pelos brasileiros torna-viagem.

Nesse estudo, percebe-se que Camilo e Eça focam diferentes faces de Portugal. No universo eciano, o dinheiro sai de Portugal para ser gasto na França e, quando é perdido, pode ser recuperado na África ou no Brasil, como Gonçalo Ramires de *A ilustre casa*. de Ramires e Basílio de *O primo Basílio*, respectivamente. Tal movimentação evidencia a

dependência cultural portuguesa em relação à França⁵³. Por outro lado, os muitos brasileiros torna-viagem de Camilo gastam o que amealharam com seu trabalho na própria pátria, o que colocaria Portugal em posição central, de destino financeiro, e não simples porta de saída para a Europa.

Nas obras de Camilo, a legião de camponeses pobres e, às vezes, miseráveis que emigra para o Brasil em busca oportunidade e depois retorna rica, ou pelo menos com algum dinheiro, é quase sempre retratada como uma gente risível, grosseira, deslocada e um tanto parva. É flagrante o deboche com que os brasileiros são construídos. Os narradores não costumam poupar desdém e ironia em cenas cômicas que os inferioriza, até como homens. Uma escolha que talvez emule o sentimento geral de despeito e desconfiança com que o retornado era tratado pela sociedade, como já se viu no capítulo anterior em que se inventariou na História portuguesa dos oitocentos a imagem desses emigrantes.

Os dois ensaios de Motta Oliveira aqui apresentados desestabilizam idéias já cristalizadas como a da representação de Portugal exclusivamente como nação imersa na decadência e no atraso.e também a idéia de que a ficção camiliana é espaço apenas para tragédias e paixões folhetinescas. No microcosmo criado por Camilo, a semente das idéias capitalistas já estavam lançadas, por isso economia, dinheiro e mobilidade social são temas recorrentes. É isso que insinua esse crítico com a afirmação de que a realidade desenhada por Antero em 1871, em *Causas da decadência dos povos peninsulares*, texto já apresentado anteriormente, era apenas parte da realidade do Portugal oitocentista. (OLIVEIRA, 2004, p.12).

⁵³ Note-se que Calisto Elói, de Queda dum anjo, volta completamente mudado de sua viagem a Paris: "Na volta de Paris, o morgado aposentou-se no palacete da brasileira. O passeio à Europa limpou-lhe do espírito as teias: é bom desempoeirar os olhos com a viração salutar dos ares de França e Itália. (...) emancipou o coração." (cf. A queda dum anjo, p. 109)

Se, como conclui Motta Oliveira, o fato de Camilo ter consciência da subordinação da literatura, pelo menos da sua, a um mercado consumidor não lhe permitia ter “nenhuma ilusão sobre qualquer papel salvífico” que a ela pudesse ser atribuído, então como pensar o tema do homem moderno nos seus romances? Haveria espaço para os elementos identificadores da masculinidade propostos por George Mosse? E para a perspectiva do fomentador, o homem de ação que promove a modernidade e o progresso, proposta por Marshall Berman? O que a representação dos brasileiros torna-viagem pode dizer sobre o pessimismo de Camilo em relação a Portugal e a humanidade?

Capítulo 4 – O BRASILEIRO, O FOMENTADOR, E A FICÇÃO DE CAMILO CASTELO BRANCO

4.1 - Eusébio Macário e A corja

Uma vez configurado o conceito de fomentador, tanto em Marshall Berman quanto em Antero de Quental, assim como os atributos percebidos por George Mosse como essenciais para a instituição do modelo da masculinidade hegemônica e moderna, passar-se-á à verificação de algumas narrativas de Camilo Castelo Branco em que o

torna-viagem comparece de maneira decisiva e vem a se constituir como possibilidade de leitura de um projeto inconsciente de progresso.

As novelas *Eusébio Macário: história natural e social de uma família no tempo dos cabrais* e *A corja* foram inicialmente publicadas sob um mesmo título "Sentimentalismo e História", volumes I e II. Cada volume dessa coleção reúne uma novela e um estudo histórico. Como são narrativas complementares, ou seja, a segunda é a continuação do enredo da primeira, serão aqui estudadas em conjunto.

A narrativa de *Eusébio Macário*⁵⁴ se desenvolve em torno do rico negociante Bento José Pereira Montalegre, que, em 1849, retorna a sua aldeia em Bastos depois de enriquecer no Brasil. Sua fortuna é objeto da cobiça dos os imorais e venais Macário – Eusébio, um boticário de aldeia ainda à margem da ciência iluminista, seu filho José Macário, um boêmio, e a filha Custódia, moça sensual e amiga de todas as diversões - "gente de má raça" unida no intuito de obter vantagens pelo casamento de Custódia e Bento. Além deles, há o par formado por Felícia, irmã de Bento, "fêmea" de padre, e o abade Justino, cujo único sempre disposto a entregar-se aos prazeres mundanos.

Depois de conhecer Custódia, o comendador Bento, como é chamado esse brasileiro torna-viagem, apaixona-se por ela e termina por propor-lhe casamento. A moça, estimulada pelo pai e pelo irmão aceita casar-se para enriquecer e tornar-se baronesa, uma vez que o brasileiro compra um título nobiliárquico e passa a chamar-se Barão do Rabaçal.

Após o casamento, toda a família passa a morar no palacete do rico comendador na cidade do Porto, inclusive Eusébio Macário que graças ao

⁵⁴ A partir desta toda referência a obra será feita pelo termo Eusébio.

dinheiro do genro tornar-se membro da Ordem de Cristo. Com a proximidade das famílias, o Barão decide promover a união de sua irmã Felícia com o cunhado José Fístula, mediante um gordo dote. Esse casamento desperta a fúria do padre Justino, ex-amante da moça, que passa a maquirar vingança contra os Macário. Depois do casamento de Felícia e José Fístulo, todos se mudam para Lisboa, a fim de evitar a presença do abade Justino e ocultar o segredo comprometedor.

A narrativa de *A corja* tem início dois anos depois, quando os Macário e o barão retornam ao Porto. Agora tanto o casamentos do Barão e Custódia quanto o de José Fístula e Felícia vão mal. O primeiro porque o Custódia mostra-se entediada com a vida de casada. Já seu irmão, arrepende-se de ter casado com a irmã de Bento uma vez que continua apaixonado por sua antiga amante Pascoela Trigueiros, mulher casada com um brasileiro um torna-viagem amigo do Barão. Com o tempo, Felícia também se arrepende de ter deixado seu amante de Bastos, o padre Justino.

Três anos e muitas cenas de adultério depois, José Fístula foge com a amante e o Barão, por intermédio do abade, descobre que a esposa o traía com um jovem barítono italiano. Furioso Bento expulsa de casa custódia e, com a ajuda de amigos brasileiros, bloqueia os bens a que a jovem teria direito após a separação. Sem alternativa, ela sai do palacete levando escondidas todas as suas jóias e foge para a Itália com o amante.

Com dinheiro que conseguiu com os presentes dados pelo genro, Eusébio Macário volta para Bastos, compra outra botica e casa-se com Eufêmia Troncha, ex amante de padre Justino.

O enredo das duas narrativas é embrulhado em vestes naturalistas com direito a longas descrições, linguagem científica e doses enormes do método de Taine, para provar a tese muitas vezes apresentada: “êstes

Macários não são bons, má raça.”(EUSÉBIO, p. 59 e 113). É o que acontece na gaiata explicação sobre José Macário, o Fístula: “Espreita-se o Fístula no seu temperamento, no sangue, segundo os processos, na hereditariedade, nos fluidos nervosos que tem do pai, talvez do avô, provavelmente da mãe, e não será abusar da fisiologia indagar-se o que há dele da avó” (p. 32) Daí segue o narrador a revirar a vida dos antepassados dos Macário.

Na “Advertência” da novela *Eusébio Macário*, está explicitada a intenção de ironizar a escola naturalista:

Os processos do autor são, já se vê, os científicos, o estudo dos meios, a orientação das idéias pela fatalidade geográfica, as incoercíveis leis fisiológicas e climatéricas do temperamento e da temperatura, o despotismo do sangue, a tirania dos nervos a questão das raças, a etologia, a hereditariedade inconsciente dos aleijões de família, tudo, o diabo! O autor trabalha desde antes de ontem no encadeamento lógico e ideológico dos dezessete tomos da sua obra de reconstrução, e já tem prontos dez volumes para a publicidade. (EUSÉBIO, p. XI)

Percebe-se que, para Camilo, não faltaria material para escrever o seu estudo sobre a decadência da sociedade. Mas, antes de promover a regeneração social, “é necessário a quem reedifica a sociedade saber primeiro se ela quer ser desabada a pontapés de estilo para depois ser reedificada com adjetivos pomposos e advérbios rutilantes.” (EUSÉBIO, p. XII). Além da crítica às aspirações naturalistas, reforça-se aqui o que se disse antes sobre o fato de Camilo não acreditar no um papel redentor da literatura. Como se viu em *A queda dum anjo*, o narrador ironiza essa possibilidade.

Logo no início da trama, tem-se pinceladas de ironia na descrição de Bento. O narrador detalha o largo diâmetro da medida para a confecção de um anel de ouro enviada por ele quando ainda estava no Brasil: “uma argola de papel que parecia uma pulseira.”(EUSÉBIO, p. 36).

Depois, narra o desejo do brasileiro de que a jóia fosse ornada com o brasão do seu nome sem, no entanto, explicar ao artesão como seria o desenho da peça. É divertido ver que por falta de opção já que não existe no livro dos apelidos nobres um brasão dos Montalegre, o ourives gravou no anel as armas da casa de Bragança. Sobre isso ironiza o narrador: “Eram as armas de el-rei D. Afonso, o Casto, e de seu sobrinho Foejaz Vermui, avoengo de D Nuno Álvares Pereira, e do Bento José, talvez”.(p. 53)

Há outros exemplos que fazem do Comendador, título dado a Bento por sua benemerência ainda fora do país, um personagem risível, cuja ambição é tola. Ele faz dos planos de imortalizar seu nome comprando títulos de fidalguia e construindo uma igreja dedicada a São Bento (p. 53), onde haveria um jazigo adornado pelo brasão dos Pereira Montalegre, linhagem nobre que ele inaugurava. Há ainda o revelador sonho que teve Custódia ao saber que poderia ser baronesa. Nele Bento é um enorme paquiderme, ricamente ornado, cuja tromba transmuta-se em cornucópia (p. 60-2); e, as longas descrições dos hábitos alimentares do comendador, trechos exagerados que servem também deboche do narrador para com os tiques do naturalismo:

O comendador Bento achou-se bem, alegre, bom enxergão de lã de carneiro, a mesa farta, o leitão, o capão, o peru, o chouriço, o lombo de porco de vinho e alhos, o pato, leite puro de cabras, frutas ricas, o belo pêssego de Amarante, murcelas de Guimarães e pastéis da Joaninha, frigideiras de Braga, e o vinho verde de

Bastos que refrigerava os ardores internos e desopilava o baço. (EUSÉBIO, p. 51)

No desenrolar do enredo, Bento José Pereira Montalegre sempre será mostrado como um homem rico, mas glutão, tolo e de pouco refinamento, nos seus trajes, nos seus hábitos ou na sua fala.

O narrador capricha na reprodução da fonética abasileirada do Comendador. Repare-se no trecho a abaixo em que o brasileiro comunica ao abade sua decisão de casar-se com a filha do boticário, mesmo depois de o sacerdote aconselhá-lo a procurar uma moça fidalga, já que Custódia “p´ra espôsa não serve, que é pobre e plebeia”:

- Pois, abade, sómentes lhi digo uma coisa. Si não casar com Custódia, não caso com outra palavra de cavalheiro. Não quero fidalgas, nem vou em Lisboa à buscar elas. Fidalgo sou eu da casa real, hein? Quero uma minina honesta e pobre. Rico sou eu.

E, passados instantes: - Mi ámára ela? (EUSÉBIO, p. 58-9)

As características com que o narrador constrói a personagem do Comendador aproximam-no da imagem que Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão apresentam n’*As farpas*. Os fragmentos extraídos de “Os Brasileiros” e outras crônicas mostram o preconceito dos portugueses contra os retornados.

As descrições do narrador, seus comentários e até mesmo sua seleção de palavras diminuem a masculinidade de Bento, pois falta-lhe sobriedade, modéstia e refinamento. Atributos que, conforme viu-se com Mosse, foram extraídos do ideal cavalheiresco e aristocrático; e juntamente com outros modelos anteriores de masculinidade formaram as

características do homem moderno. No entanto, ao analisar suas ações percebe-se que o Comendador, se não ganhou da aristocracia mais do que um anel e fraco verniz das regras sociais, possui atributos masculinos que o aproximam fortemente do modelo burguês e capitalista, como se verá mais adiante.

Bento sabe objetivamente o que quer e o que deve fazer para consegui-lo, como se percebeu na questão de seu casamento (aqui já citada), escolheu quem desejava sem aceitar interferências e depois – já na continuação do enredo em *A corja* –, livrou-se de custódia sem embaraço. Com a ajuda dos amigos brasileiros, aliena todos os seus bens para evitar dividi-los com a esposa que o traíra. Aliás, isso já estava inteligentemente traçado quando conheceu a filha do boticário e pensou em tornar-se amante e não marido da moça.

Para isso, planejava aliciar o pai e o irmão dela com presentes, jantares e viagens a Paris. Mas, o “bom homem”, ironiza o narrador, “obrigara-se, de si consigo, em consciência, honradamente, prodigamente, dotá-la quando fartasse dela com uma dúzia de contos, se ela pudesse disputar pureza com as estrelas”. Como se vê, de ingênuo o nosso brasileiro não tem nada; é tão esperto e oportunista no trato com as mulheres como o Basílio, o torna-viagem de Eça de Queiroz, só que gordo e deselegante.

Em outro momento, ao lidar como o fato de a irmã ser amasia de padre Justino age com prudência e objetividade, mesmo depois de ter certeza de que Felícia viva maritalmente com o abade há dессesseis anos. Pensando na sua honra e na da irmã, age com inteligência ao afastá-la da aldeia. Mas repare-se que aqui a honra é apenas valor aparente:

O Barão não era tão parvo quanto se presume do título. Desconfiou que houvera maroteira, concubinação, mas por honra própria urgia-lhe dissimular, fingir que não percebia; ainda assim, resolvêra quebrar sem estalo aquelas ligações evitando que os dous se aproximassem; a até pensava em casar Felícia com bom dote, a volta dos trinta e seis anos, ainda era boa estampa de mulher, forte, dura e sadia como as montanhas. (EUSÉBIO MACÁRIO, 86).

Mais adiante é o próprio Barão quem propõe à irmã: “que lhe daria marido ainda novo, porque em Portugal, quem tinha dinheiro, isso de idade era uma história, que quisesse ela, e os maridos seriam tantos como papagaios em bananeiras (...).”(EUSÉBIO, p.81) Este fragmento é exemplo de como no enredo o dinheiro dos torna-viagem poderia resolver questões que de outro modo seriam incontornáveis e, principalmente, revela a consciência que Bento tem do poder do capital. Para ele, tudo pode ser comprado. Assim, sem rodeios, reafirma que “confiava na prudência dos dois (Abade Justino e Felícia) em público, e esperava com sua vigilância obstar à reincidência nas fragilidades humanas. A sua honra e posição social exigiam-lho.”(EUSÉBIO, p.94).

O mesmo sentido posição de honradez e senso de compromisso é cogitado pelo Barão quando planejava manter com a futura esposa apenas uma ligação sexual, que incluiria o compra da honra do pai e do irmão da moça:

Planos desonestos, abrasileirados, tinham manchado a candura do comendador a respeito de Custódia. Pensava dar-lhe luxos de princesa, casa trastejada à grande (...); tudo, exceto a mão de espôso, aqueles cinco dedos grossos vermelhaços em que brilhava o anel do braço com armas dos Pereiras da casa brigantina (...) Depois – cuidava – ela, o irmão o pai, todos, se acomodariam facilmente com jantares fortes, presentes teatros, um passeio a Paris, um inverno em

Lisboa (...) emfim (sic) dinheiro, muito dinheiro. Mas, bom homem! – obrigara-se de si consigo, em dotá-la quando se fartasse dela, com uma dúzia de contos, se ela pudesse disputar pureza com as estrelas.(p. 57) (grifo meu)

Note-se que o adjetivo cunhado a partir do termo brasileiro aparece juntamente com o termo desonesto, evidenciando o preconceito do narrador. O mesmo procedimento foi usado por Eça na crônica “Os brasileiros”, cujo fragmento foi discutido no capítulo 1.

Honra é sempre um tema recorrente. Veja-se a cena em que é explicada a satisfação de Bento com o fim do relacionamento amoroso do cunhado José Fístula com Pascoela Trigueiros, mulher casada com um dos seus amigos também brasileiro. Diz o narrador que o barão “queria que a sua casa fosse um modelo de honra.”(p. 116).

Como se percebe honra, é apenas um simulacro que visa ao respeito da sociedade e pouco lembra o valor moral que ela tinha, por exemplo, para o cavaleiro medieval. Por isso, antes de satisfazê-la, ou melhor, para driblá-la, existe o sentido prático de que tudo pode ser resolvido com dinheiro. Assim, já se pode concluir que na narrativa a virtude está submetida a uma moral mais flexível: o que se diz da honra e da fidelidade não é o que se pratica. Lição presente em muitas das obras de Camilo, como se pode perceber da análise de *A queda dum anjo*. Lembre-se aqui o que disse Adelaide Sarmiento sobre determinadas condutas femininas reprovadas por Calisto: “É a moda”.

Mas não é só para o brasileiro que a honra é postiça. Na obra há pouco espaço para quaisquer virtudes. Eusébio Macário não se contenta em casar a filha com um homem rico e em vias de se tornar nobre por meio da compra de um título, o de Barão do Rabaçal. Por isso, planeja casar o filho com Felícia.

Mas a idéia de Eusébio Macário ia mais longe por vias tortuosas, guiado por um condutor que pareceria infame num país menos civilizado. Ele meditava no casamento do filho com Felícia. (...) O pai comunicou à filha as suas idéas; - que morreria feliz (...); que a história do abade eram águas passadas, esquecidas, cousas ignoradas no Porto, e que o dinheiro era um sabão que lavava todas as nódoas."(p. 112).

Faltam virtudes masculinas também ao Abade Justino, o personagem mais repulsivo do romance *Eusébio Macário*. A associação entre aparência e espírito é fortemente marcada nas descrições desse personagem. Sua corrupção moral tem correspondência na sua fisionomia e sua saúde. Sobre sua aparência o narrador escreve: "muito gasto e poído dos atritos sensuais, comido de vícios, com os fluídos nervosos degenerados e as articulações perras de reumatismo,"(EUSÉBIO, p 07) e olhos purulentos. Quanto ao caráter acrescenta que "Quando estudante era forte no tema [fêmeas] e na brejeirice com grandes brutalidades montesinhas. Não tinha ideal; era um estômago com algum latim e muitas féculas".(p. 11).

Em outro trecho o narrador deixa claro seu escândalo com a sensualidade que o clérigo, egresso a sua aldeia devido à extinção das ordens religiosas masculinas pelos liberais, não fazia questão de esconder: "a vocação golfou sórdida do homem como salta o sapo asqueroso do rochedo rachado. Arrifava a todas, era uma razia no mulhierio de Barroso, um pachá, um galo, um deboche".(p. 16)

Padre Justino cria até argumentos para explicar sua falta de apego ao celibato. Em *A corja*, quando cogita abandonar Eufêmia Troncha, amasia que ocupou o lugar deixado por Felícia na cozinha e na cama do sacerdote, ele reflete:

Não lhe convinha no Porto uma companhia de mulher muito conhecida entre velhas costureiras de vida airada, trescalando fedores de pecado sertanejo, até certo ponto desculpável em abade de aldeia que seria pior pastor apossando-se das ovelhas sãs em lugar das gafadas. (A CORJA, p.26)

Só em raras ocasiões a consciência o incomodava, como quando da morte da mãe desgostosa com a conduta imoral do filho:

Incomodava-o a Idea de Deus; dava-lhe na lama umas navalhadas fundas o temor da outra vida – Se havia Deus haveria inferno? – scismava – Se havia Deus, como se mostraria ele á criatura a não ser pela sua justiça? E como se mostraria justo a não ser castigando o crime e premiando o a virtude?(A CORJA, p. 14).

Das preocupações do padre, infere-se uma sociedade abandonada por Deus, porque ele grande pecador não se arrependia nem era castigado. Mas a questão pode ser mais profunda: Justino representa os homens do séc. XIX, sacerdotes ou não, atormentados pela a crise de fé que a modernidade provocou. Assim, se Deus existe, como explicar o mal e a injustiça que grassa livremente pelas sociedades, grandes ou diminutas como a aldeia?

Note-se que é flagrante a semelhança entre o padre Justino e o personagem principal do romance *O Crime do Padre Amaro* de Eça de Queiroz, ambos são homens dominados pela luxúria que vivem sob a capa de moralidade que é a batina. Como explica Ernesto Rodrigues (1991) além de situações semelhantes, Camilo dá grande destaque a esse personagem, tanto que a apresentação do padre ocupa quase todo o segundo capítulo de *Eusébio Macário*. Mas repare-se que Justino parece

ser muito bem resolvido quanto a essa questão do que Amaro, vive maritalmente com Felícia e, depois, com Eufêmia Troncha, como sabe todo o povo da aldeia, e não tem ambições maiores como o personagem de Eça.

Pela mesma ótica da paródia, pode ser lida a cena em que o Bento chega a Basto e, suarento, pergunta “se haveria neve ou carapinhada”, numa referência aos sorvetes que provara em Paris. À parte a cômica interpretação de Felícia que responde “só no inverno”, a decepção do comendador, expressa duas vezes pela sua silenciosa reflexão “Este país esta muito atrasado”(EUSEBIO, p. 41) revela um desprezo de homem cosmopolita. O mesmo acontece no trecho em que, enfadado e enjoada reflete sobre a “selvageria do país que ladrilhava as estradas de sarças espinhosa”.(p. 47).

Novamente Bento Montalegre lembra Basílio de “*O primo Basílio*”. Depois de ganhar dinheiro no Brasil para reconstruir a fortuna perdida, o personagem de Eça, sentia-se enfadado e enjoado em terras lusas, como acontece na cena em que comenta o horrível bife que lhe fora servido em um hotel Lisboaeta. Nos dois personagens, há o mesmo pedantismo e a mesma visão do descompasso de Portugal com as novidades européias. Mas Bento não é representado com o mesmo charme do personagem eciano nem Bastos é Lisboa, daí o efeito cômico.

Por esse exemplo, já se pode pensar no que foi dito anteriormente sobre a transformação do personagem Calisto Elói, de *A queda dum Anjo*. Ao fim dessa narrativa ele se apresenta tão refinado e elegante quanto Basílio. Mas o Comendador Bento, viajado e bem sucedido nos negócios, um empreendedor como o personagem de Eça, parece não ter aprendido nada no quesito refinamento.

Sua condição de arremedo de *gentleman* gordo e suarento, diminui, ou, pelo menos, escamoteia o peso de suas opiniões sobre Portugal. É isso que acontece quando da sua constatação do atraso nacional. Talvez, Camilo desejasse evitar ferir as suscetibilidades do seu público leitor, que não esperava essas discussões na ficção de Camilo.

Em várias ocasiões mencionou-se aqui a importância do dinheiro na obra de Camilo, tendo inclusive poder alvejante. Não será estranha, então, a transformação dos personagens Eusébio e José Macário, após viverem Lisboa por dois anos. A narrativa de Eusébio Macário termina com a mudança da família para a capital, mas depois, em *A corja*, todos voltam ao Porto. É durante este tempo que os dois personagens principiam uma transformação interior. Nas palavras do narrador,

A mudança do meio as convivências, o trato com pessoas praxistas em teorias de dignidade, viscondes, conselheiros, vários sujeitos das salas onde a filha ia tomar chá, rasgaram horizontes novos à sua compreensão Moral. Também ele, bem trajado, é cevado, sentia-se na abundância, no empertigamento pessoal em que a honra se apruma consoante a rijeza dos colarinhos a tesura da gravata. A Felícia, sua conhecida dezasseis anos de mancebia, também lhe fazia uns secretos engulhos e um certo mal-estar de sogro que se preza. Os Macários, pai e filho, entraram a regenerar-se, a polir-se, no atrito dos pintos e dos soberanos. O dinheiro que em tantos casos é o motor de enormes ignomínias, levantara o Fístula e o sogro da concubina do abade ao nível dos maridos probos e dos sogros envergonhados. (CORJA, p. 12).

O trecho acima, extraído de *A corja*, corrobora o que se disse anteriormente sobre a virtude da honra no universo das obras aqui analisadas. Com indisfarçável ironia, o narrador acusa a suposta

incorporação de valores aristocráticos pelos Macários da mesma forma que incorporaram a moda e os hábitos alimentares das classes abastadas.

Mas antes da mudança da família para Lisboa, ainda na primeira parte da saga dos Macário, ou seja, na obra *Eusébio Macário*, já se podia ver a espantosa mudança de José Fístula que ganha real refinamento quando vai viver no Porto, após o casamento da irmã com o comendador e aprende a vestir-se e comportar-se melhor:

A irmã vestiu-o ao bizarro, no Augusto de Moraes: a bela casaca azul com botões de metal amarelo, judia com capuz e alamares, a calça muito apertada, à inglesa, a cair direita sobre a bota de polimento; relógio de ouro com Chatelaine: Chapéu de castor branco; badine e luneta dum vidro sem aro. Vestia-se a Imitar o Eduardo Chamiço, o Ricardo Brown e o Diogo Maria de Murça, os elegantes primazes de Portugal naqueles dias em que os alfaiates formavam o corpo e a alma dos fregueses. (...) Neste meio, a sua paixão do fado ia esmorecendo, a mingua de auditório. (...) A compostura dos atavios corporais parece que lhe formalizava as idéias; saíam-lhe as palavras penteadas, correctas, e às vezes rendilhadas de locuções de Virgílio (...) No café Guichard gavia quem o julgasse inteligente; pedia-se-lhe a sua opinião a respeito dos folhetins do Evaristo Basto e das poesias de Alexandre Braga. (*EUSÉBIO, p. 113-4*) (grifo meu).

A mudança, repare-se, ocorre de fora para dentro, mostrando que, de algum modo, estar em um meio mais refinado, onde as regras de convivência em público impõem que cada um se apresente com uma máscara social, alterou o comportamento e o modo de pensar do Fístula. Mais tarde, em outro episódio narrado em *A corja*, ele irá enojar-se por ter casado com a irmã do cunhado, Felícia, ex-amante do Padre Justino. Se a princípio acatou a idéia de casar com ela em troca do dote de cem mil cruzados, depois se sente aviltado pelo que fizera.

Para explicar essa mudança que, como já se disse, ocorre com Eusébio depois que o brasileiro lhe consegue um lugar na Ordem de Cristo, diz o narrador: "O dinheiro, que em tantos casos é o motor de enormes ignonímias, levantara o Fístula e o sogro da concubina do abade ao nível dos maridos probos e dos sogros envergonhados". (*A CORJA*, p. 32).

Mas as transformações de Eusébio e do filho são aparentes. Nas últimas páginas de *A corja*, o que se percebe é que eles continuam a ser os mesmos homens oportunistas e venais. Aliás, é isso que acontece com todos os personagens aqui mencionados. Justino permaneceu exemplo de clérigo movido pela cupidez; Custódia, a mesma mulher sensual, guiada pelos seus desejos: e comendador e Barão Bento Montalegre volta para o Vassouras do mesmo jeito de chegou: rico e bronco.

Tanto em *Eusébio Macário* quanto em *A corja*, a presença feminina é instrumento para que os homens consigam o que desejam. "É o caso da ligação entre o brasileiro Bento e Custódia. Trata-se de uma relação de interesse apenas, mas a esperteza de Custódia faz frente ao dinheiro do comendador. Em alguns momentos, as jovens pobres, interesseiras ou não, são presas fáceis para os homens, principalmente para os brasileiros torna-viagem que podem quase que comprá-las.

Brasileiros são vistos como maridos potenciais. Os exemplos de matrimônios por conveniência são muitos. Antes de conhecer o Barão, a filha de Macário, por exemplo, desdenha da possibilidade de casar-se com um brasileiro, como lhe sugerira Felícia ao dizer: "Este ano em Vizela, eram tantos como praga, a botarem os pés p'ra fora, de calças brancas, com cadeias de ouro cheias de cousas, muito gordos, uns figurões". (*EUSÉBIO*, p.40) Porém acaba casando-se com ele, seduzida pela idéia de tornar-se baronesa e pelos interesses do pai e do irmão.

Mas tarde, quando, devido à traição, é expulsa de casa pelo marido, Custódia acusa os parentes de terem-na usado ao dizer “que tanto ele quando José cuidavam que ela era uma besta de carga, pronta para os servir nos interesses, e que não havia de ter coração para amar a quem quisesse”. (*A CORJA*, p.167).

Na mesma cena, nega-se veementemente a entrar para um convento, o lhe fora sugerido por Nazaré, mulher casada com o brasileiro Mota Prego, que via nesse gesto a única possibilidade de o barão perdoar a esposa. Depois falando do amante afirma:

Ele é que é meu marido, o homem do meu coração. Se casei com outro foi pelo pai mais o José que me levaram a isso para fazerem figura; mas quem amolou as palanganas fui eu, foi a desgraçada que levava as bofetadas e afinal, casando muito rica, não tinha nada de seu. Arre com os tais brasileiros, que fazem as mulheres o que o que fizeram às chinelas e os barretes que levaram para o Brasil. Corja! (*A CORJA*, p 173)

Outro exemplo de como as mulheres podem ser objetos está na relação da baronesa de S. Cucufate. Amiga de Custódia, ela também foi flagrada pelo marido, o brasileiro Barão de S. Cucufate, em adultério, mas, ao contrário de Bento, ele não a expulsa. Viaja com a esposa para Paris a fim de deixar o escândalo esfriar. Quando o Bento o visita para informá-lo da traição da esposa, conta que quando se casou com Leontina, nome daquela baronesa, contava cinquenta anos e ela, dezoito. A moça era pobre e fora criada em um convento. Sua explicação para perdoá-la é modelar:

- (...) Um homem rico que compra, com os efeitos legais de um sétimo sacramento, o corpo de uma

senhora pobre, desconhece que esse corpo vendido tem um contrapeso venenoso que se chama coração. Esse contrapeso é o que faz depois os desequilíbrios. (A CORJA, p.162)

Com exceção de Nazaré, esposa do comendador Mota Prego, todas são apresentadas como devassas, fingidas e oportunistas. A fala do Barão de São Cucufate dá uma nova perspectiva ao comportamento das mulheres dos brasileiros, humanizando-as, ao expor um problema social que comum à época⁵⁵. Na verdade a cena mostra que a força do poder patriarcal e do dinheiro muitas vezes não deixa muitas opções às mulheres que são compradas como mercadoria.

Mas é preciso que se diga que essas mulheres não são santas. Cumprindo o que prometia na "Advertência," Camilo completa o quadro da decadência social no microcosmos representado pela história dos Macário mostrando o comportamento o devasso feminino. Custódia era "rapariga pimpona, de muitos seios" que "andava cheia de desejos animais", "boleava-se num quebrar de quadris reles de servilheta", "tinha cheiro de mulher suspeita". (EUSÉBIO p 18-19). Ao ser expulsa de casa pelo marido, astutamente levar consigo doze contos em jóias, e consegue assombrar Nazaré Mota Prego com seu comportamento dissimulado e sua linguagem crua.

Além disso, parece ter aguda autoconsciência relativamente aos seus desejos e à incapacidade de renunciar a eles, tanto que assumiu a traição e o amor pelo barítono sem qualquer arrependimento. Ao narrar os sentimentos de Custódia quanto ao fato ser adúltera, o narrador diz:

⁵⁵ Veja-se o exemplo extraído dos relatos do Museu da Imigração: "Manoel da Rocha Vellozo era brasileiro de torna-viagem atesta-o a certidão do seu casamento com sua sobrinha - ele com 41 anos e ela com 17 - D. Maria Amélia da Rocha Vellozo, celebrado no dia 15.07.1871, em São Paio de Merelim, onde residia. O casamento fez-se por procuração, porque «o nubente estava ausente no Império do Brasil»" Disponível em <http://www.museu-emigrantes.org/Manuel-ROCHA-VELLOZO.htm> Acesso 15 de maio de 2009.

Parecia-lhe primeiro que seu crime, ou brincadeira, segundo a outra [a Cucufate], criaria à volta de si uma qualquer coisa nova, estranha e incomoda ao seu sossego interior; mas olhado para dentro de si e para fora viu uma grande indiferença na consciência, nas coisas e nas pessoas – uma espécie de cumplicidade no movimento monótono inalterável do universo físico e moral. (A CORJA, p. 141)

Assim a moça facilmente aderiu à idéia de que seu comportamento era algo que todos faziam, não necessitando, por isso, de qualquer culpa. Mais adiante, o narrador ironiza a grande influência da leitura na formação moral das mulheres de seu tempo. É o que se percebe afirma que ela não precisou ler “a grande obra de Sand, de Balzac e toda a literatura das *Pérolas e Camélias* de Dumas” para compreender a hipocrisia da sociedade: “Custódia sentia-se muito devassa sem leitura; e tão tranqüila de consciência como se possuísse os Ideais avançados da mulher moderna, novas orientações mentais em via de emancipação” (p.114).

Também não é ingênua a Baronesa de São Cucufate, que adorava charutos. Afinal, é ela quem ajuda a esposa do Barão do Rabaçal a encontrar-se com o amante, emprestando-lhe a sua *chácara das brincadeiras*. Era esse o nome que dava à propriedade reservada para encontro com os seus amantes. No que tange à sensualidade a baronesa conheceu “um grande lote de paixões muito variado” (A CORJA, p. 157). Mas seu comportamento tinha uma explicação, ou melhor, duas: a corrupção aprendida no colégio religioso em que fora criada e “sua natureza forte, de uma masculinidade pletórica, brutal”.(p. 155). Note-se que a sensualidade agressiva da baronesa só pôde ser explicada como uma característica masculina. De modo semelhante, anteriormente, a de Custódia foi associada a um novo paradigma de feminilidade.

Além de Custódia e da Baronesa de São Cucufate, há outra esposa de brasileiro que integra o rol das de mulheres devassas. Trata-se de Pascoela Trigueiros, brasileira esposa de João Batista Trigueiros, outro torna-viagem. Entre seus amantes, conta-se José Macário, o Fístula. Segundo o narrador, era uma “doida garantida”, “mestre em cornudagens” (EUSÉBIO, p 88), que “falava da sua paixão como um fato lícito”, “compensação aos dissabores do viver com um marido estúpido, parrana, com mau cheiro na boca e flatulência” (p. 111). Casara-se com Trigueiros para descansar e arranjar-se, depois de ter sido “botequinheira”, ou seja, dona de botequim no Rio de Janeiro.

Ao se observar a movimentação dos homens em torno desses episódios de adultério, percebe-se nitidamente que há um círculo de proteção e apóio entre eles. Como diz em diversos momentos Bento Montalegre, os brasileiros formam uma “corporação respeitável”, (EUSÉBIO, p. 41) e não só nos negócios. Essa solidariedade masculina entra em ação, principalmente para salvaguardar a honra e a moral de algum membro desse grupo.

Assim é preciso analisar esse comportamento que, aliás, é recorrente em outras obras que serão aqui apresentadas. Para isso, será necessário recorrer ao conceito de homosociabilidade. Como diz José Carlos Barcelos no artigo “*Identidades problemáticas: configurações do homoerotismo masculino em narrativas portuguesas e brasileiras (1881-1959)*”, o termo - cunhado por Eve Kosofsky no seu estudo *Between Men (1985)* - é fundamental para os estudos de gênero. Para ele,

homosociabilidade se impôs como instrumento indispensável à análise da masculinidade e do homoerotismo masculino, particularmente no campo dos estudos literários. Com esse conceito, pretende-se nomear e articular num todo coerente toda a extensa

rede de práticas sociais intragenéricas, através das quais se mantêm e se regulam os laços de solidariedade e colaboração, por um lado, ou de rivalidade e competição, por outro, entre aqueles indivíduos que se identificam como pertencentes ao mesmo gênero. De uma forma ou de outra, as relações homosociais sempre pressupõem e reforçam uma cumplicidade básica entre homens ou mulheres que, (...) será interpretada respectivamente em termos de manutenção ou resistência à dominação heteropatriarcal. (2006a, p. 56)

Em *A Corja*, quando Pascoela Trigueiros retoma seu caso amoroso com José Macário, os amigos de seu marido reúnem-se para informá-lo da traição e tomar outras providências. O movimento de aproximação e afastamento entre eles evidencia uma relação homosocial. Diz o narrador acerca da traição que “No transcurso destes casos, o comendador João Batista Trigueiros foi avisado da vida escandalosa da mulher. Amigos zelosos impunham-lhe o dever de deixar a devassa que o cobria de irrisão e de infâmia” (p. 48). E mais adiante fica-se sabendo que “[Trigueiros] estava inconformado há muito tempo; mas não acreditava, não tinha visto; (...); mas os amigos levaram-no àquilo por amor da honra convencional das famílias” (p. 48).

O mesmo acontece no caso do adultério de Custódia. O comendador Aguiar é intimado por outros brasileiros a procurar o barão do Rabaçal para dar parte dos amores ilícitos da Baronesa com o barítono italiano. Para convencer o amigo da vergonha que passaria se a sociedade soubesse do caso, diz-lhe: “você está numa posição muito séria, um dos homens mais respeitáveis do Porto (...)”. (p.124).

Salvar a respeitabilidade de homem, mantendo controle sobre as mulheres, é a desculpa do Padre Justino para deflagrar sua vingança contra os Macários, revelando ao Trigueiros o adultério da sua esposa. Foi

ele também quem articulou para que a traição de Custódia fosse descoberta. Diz o narrador: “ele, sem dar raia na religião do Estado, tinha restabelecido a honra dum marido traído – avisara-o; abrira as portas sagradas do mosteiro à regeneração claustral duma mundana (...)”(A CORJA, p. 96).

Quando resolvidos a se divorciarem de suas esposas, os brasileiros também contam com a ajuda dos amigos. Foram eles que providenciaram a clausura para Pascoela e ajudaram o Barão do Rabaçal a falsamente alienar seus bens para que Custódia não recebesse nenhum dinheiro após o divórcio. Em ambos os casos, percebe-se a “estratégia política de perpetuação do poder masculino sobre as mulheres reduzidas à condição de moeda de troca, em função da consecução dos objetivos e dos interesses dos homens.” (BARCELLOS, 2006b, p. 179).

É preciso também mencionar o exemplo em que a honra leva ao afastamento de um dos membros do grupo de brasileiros. Mesmo depois de ter certeza da traição, o marido de Pascoela resolve perdoar a esposa que se fingiu bastante arrependida, por isso é ameaçado de exclusão do círculo de amizade pelos outros brasileiros indignados. Devido à postura de Trigueiros, “Eles (...) chamavam-lhe nomes de substância muito dura; achavam-no indigno de aparelhar com homens de bem (...)”. (A CORJA, p. 49).

Cabe lembrar que mulheres também cooperam e forma alianças umas com as outras para atingir seus interesses ou protegerem-se da fúria masculina. Custódia e Leontina encobrem as faltas uma da outra e conspiram para enganar os maridos a quem não amam. Do mesmo modo a esposa do Barão protege a amante do irmão, a Trigueiros quando pode ou lhe interessa.

Se há adúlteras e maridos traídos, há também um casal que é modelo de retidão e harmonia. Maria Nazaré e o brasileiro Comendador Mota Prego, em tudo distanciam-se dos outros pares. Depois de se conhecer a trajetória dos dois, que se casaram sem amor, movidos apenas por nobres virtudes como gratidão, admiração, respeito, pode-se especular que os Mota Prego representam exatamente esse contraponto: são pessoas que não se envolvem com as paixões mundanas. Ajudam todos que pedirem, sem prejudicar e vivem para criar o filhinho numa casa idílica. Não se encontra em *Eusébio Macário* ou em *A corja* qualquer cena ou digressão que macule esta afirmação. A única semelhança do Comendador com seus amigos brasileiros é o fato de ser um torna-viagem, porque em tudo é educado e discreto.

Além da questão da honra, do dinheiro, do casamento e da mulher, existe um outro aspecto das relações dos brasileiros torna-viagem das obras de Camilo que precisa ser abordado: seu papel na promoção do progresso. Ao comentar a presença freqüente destes personagens nas obras de Camilo, Paulo Mota Oliveira (2009, p.07) reafirma a importância do dinheiro dos brasileiros para o norte português, tanto que, simbolicamente, é esse capital que restaura um país em ruínas. Essa afirmação é válida para as obras aqui mencionadas também.

No que diz respeito à promoção de mudanças, a circulação de capital, são eles, sim, os fomentadores possíveis da região do Porto. Há muitos os episódios em que o dinheiro de brasileiros compra quintas e ergue palacetes, cuja falta de gosto servirá de divertimento para o leitor. Nas *Novelas do Minho* há pelo menos dois casos de brasileiros comprando propriedades arruinadas, um na novela *Maria Moises* e outro em *O filho natural*. (CASTELO BRANCO, 1945).

O personagem Barão do Rabaçal, como já se disse é caricato e pouco aprofundado, pouco se sabe do tempo em que esteve no Brasil ou de seus sentimentos. Padre Justino e Custódia, por exemplo, tem mais densidade, tem seus propósitos perscrutados e discutidos pelo narrador. Mas sabe-se que o Barão trabalha. De volta a Portugal, Bento ainda tem atividade produtiva, cuidando de seus negócios, como pode ser notado pelas sociedades que mantém com outros brasileiros e pela sua presença na Bolsa de Comércio, e no pátio do banco Aliança, com demonstram cenas de *A Corja*⁵⁶. Além disso, dedica-se a benemerência, como muitos torna-viagem faziam. Sobre isso, o trecho abaixo, à parte o exagero, não deixa de mostrar, ainda que como piada, o quanto os seus recursos dos brasileiros eram importantes para a cidade:

Medrava tranqüilo, sentia-se bem no Porto, muito festejado, muita consideração, uma idolatria maior que na capital. No percurso de seis meses foi nomeado conselheiro d Santa Casa, mordomo dos Lázaros e dito do Recolhimento das velhas, fiscal das meninas desamparadas, vice-ministro da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, protector do teço e Caridade, prior da Celestial Ordem terceira da Santíssima Trindade, vice-diretor d Irmandade da Lapa. Ele, o Bento José Pereira Montalegre era o Porto, metera-se nele a cidade inteira; fizera-se um símbolo, o representativo de quarenta mil almas; (...).(A CORJA, p.37).

O fato de Bento, um simples aldeão pobre, conseguir ter dinheiro para comparar o título de Barão de Rabaçal já demonstra sua inteligência e ambição. No universo camiliano é comum que o narrador, ao explicar a

⁵⁶ Em 1841, tem início a construção da Bolsa ou Praça do Comércio e do Tribunal de Comércio do Porto e em 1842 foi lançada a pedra fundamental do Palácio da Bolsa. Como o enredo se desenvolve por volta de 1852, era realmente esse o local que o Barão freqüentava.

origem da fortuna dos brasileiros, ressalte histórias pouco honestas ou deixe este período imerso na obscuridade.

No caso do genro de Eusébio Macário, não foi diferente. O leitor é informado de que a sua fortuna teve início com uma soma herdada de uma viúva de quem Bento fora amante no Brasil e não há representação de seu trabalho durante esse período. Sabe-se apenas que tinha negócios com café moído a vapor, açúcar e aguardente, na região de Vassouras, indicando que, no Brasil, Bento também era um industrial e negociante. Assim, por mais que faltem dados mais precisos, fica claro que ele lutou para construir seu patrimônio, o que o inscreve numa perspectiva burguesa e moderna.

No que diz respeito ao emprego do dinheiro do brasileiro, sabe-se que ele pretendia construir uma Igreja, comprar o mosteiro de Refojos, e construir um palácio. (p. 54) Mais tarde, compra o título de barão juntamente com uma quinta "de casa solarenga do século XV. A construção fora edificada sobre as ruínas de outra construção em que vivera no século IX ou X, Santa Senhorinha e S. Gervásio" (p. 64), antepassados do doutor de Abadim, o dono da propriedade e único nobre de nascimento do enredo. Pode-se ver aqui, uma referência ao uso dos recursos trazidos do Brasil pelos retornados na reconstrução das arruinadas estruturas do mundo aristocrático.

Aliás, a imagem deste aristocrata contrasta em tudo com a do Brasileiro torna-viagem. É isso que se percebe quando, após mencionar o fato de o Comendador ter pagado em dobro pela propriedade devido à sua pressa em se tornar membro da nobreza, o narrador descreve o Dr. De Abadim:

Teria setenta anos pouco avelados na vida serena e sadia da aldeia. Rodeava-o a mocidade nobre de Basto para aprender o *donaire*, o gesto palaciano, o bem-estar imperturbável dos homens superiores, perfeitamente educados numa *assembléia de senhoras*, diziam. (p.65) (destaque do autor).

Também é o dinheiro amealhado por Bento que permite a Eusébio Macário comprar uma nova botica, quando volta à sua aldeia depois de ser expulso da casa do genro. A mesma fonte tem os doze contos fortes que Custodia juntou vendendo suas jóias. Sobre esse capital que Eusébio Macário sugere a filha que “Se ela quisesse entraria como sócia capitalista da fábrica de panos de Lordelo, dez contos podia render vinte cinco ou trinta por cento, três contos por ano (...). Custódia não demonstra vontade de participar do negocio, mas de todo modo, os planos incluem sempre o dinheiro vindo do Brasil.

4.2 - Os brilhantes do brasileiro

Sob muitos aspectos, a apresentação dos temas acerca da masculinidade escolhidos para apresentar as obras *Eusébio Macário* e *A corja* tem a mesma evolução em *Os Brilhantes do Brasileiro*. Essa narrativa tem início em 1847, quando Hermenegildo Fialho de Barrosas, “brasileiro grado e dos mais gordos da cidade eterna”, (p. 23), recebe dos joalheiros do Porto a informação de que os valiosos brilhantes de sua

esposa Angela de Noronha estavam sendo roubados e vendidos. A jovem era filha rejeitada do décimo oitavo Conde de Gondar, Simão de Noronha Barbosa, homem violento que numa crise de ciúmes matara a amante, mãe de Ângela.

A princípio, a culpa do roubo recai sobre a criada Vitorina, mas a verdade, revelada ao leitor, mas não ao marido, é que as jóias foram vendidas por ordem de Ângela, a fim de ajudar o grande amor de sua vida. Este “chamava-se, curta e plebeiramente, Francisco José da Costa” (p.45), era irmão da costureira Joana e desejava cursar medicina, apesar pobreza de sua família. Assim, ajudado secretamente pela esposa do brasileiro, o rapaz forma-se e vai clinicar no Brasil.

Ao saber que a esposa era responsável pelo delito, Hermenegildo, imaginando que ela tivesse um amante, separa-se dela, que vai morar na companhia da irmã de Francisco. Hermenegildo embarca para o Brasil e, em 1848, ao adoecer, é atendido por Francisco que torna-se um médico bastante hábil. Em uma de suas visitas, o doutor descobre o estratagema da amada e restitui o valor dos brilhantes ao brasileiro, que logo morre, de complicações no fígado.

Francisco volta ao Porto, casa-se com Ângela e, para evitar os comentários dos brasileiros do Porto, vai clinicar na aldeia de Barroso, onde vive pobremente com a esposa. Tempos depois, o pai de Ângela, que sempre evitara a filha, cego e desenganado, procura por Francisco, agora médico afamado por sua habilidade em operar cataratas. Depois da cirurgia, o Conde volta a enxergar e descobre que fora salvo pelo próprio genro. Reunida a família, todos vão morar em Ponte de Lima no solar do Conde de Gondar. Ângela foi agraciada pelo pai com o título de condessa de Gondar, mas o marido recusa o título, pois deseja permanecendo sempre apenas Francisco para os pobres que continuou a assistir..

Como apontado nas narrativas anteriores, a descrição do brasileiro torna-viagem é jocosa e caricata, detalhando os atributos físicos e fisiológicos do personagem. No capítulo 1, intitulado "Aflições sudoríferas" (OS BRILHANTES, p. 23)⁵⁷. Sua sudorese, reação à notícia do roubo dos brilhantes, é mostrada como uma "dor que flameja infernos em janeiro, e tira dum homem adiposo e glacial lavaredas, como o Etna as repuxa por entre as neves do seu espinhaço".

Em outro trecho, ao conhecer Ângela de Noronha que fora abrigar-se em sua quinta no Minho, sem cerimônias, "Apertou o cós das ceroulas, abotoou o colete amarelo, deu um jeito ao colarinho desengravatado" (p. 64), mostrando à moça "rudeza indicativa de bom feito de bruto", "o plebeísmo do dizer, a redondeza da pessoa, a cara espirando alegria e uma saúde oleosa." (p. 65). Além de tudo, o torna-viagem, que sofria com joanete a expandir-se nas chinelas, dizia-se "felósefo" (p. 72).

Aliás, se na caracterização do marido de Ângela o narrador usa de humor leve, e, em certos momentos até de simpatia, na dos amigos brasileiros de Hermenegildo e sua esposa é mordaz, desfiando um cordão de aberrações morais. Atanásio José da Silva é assassino do amante da esposa; Pantaleão Mendes Guimarães é negreiro e "engajador" e Joaquim Antônio Bernardo é negociante "estúpido" e "perversíssimo", que fez fortuna roubando açúcar. (OS BRILHANTES, p. 30). Do mesmo modo, as esposas desses brasileiros são apresentadas como imorais e lascivas, mas todas assim como os maridos gozam de boa reputação na sociedade. Ao fim da narrativa, sob a crítica do narrador acerca da "corrupção na política de títulos", todos tornam-se nobres, ou melhor, barões e baronesas. (p. 119) Inclusive Rosa Catraia, a amante que Hermenegildo levava para o Brasil, onde foi esconder-se da vergonha da suposta traição.

⁵⁷ Nas próximas referências a obra será mencionada apenas como Os brilhantes.

Quando imagina ter sido traído Fialho usa do mesmo artifício de Bento Montalegre, aliena seus bens hipotecando-os aos amigos, a fim não dividi-los com a esposa. Diz o amigo Atanásio:

- Amigo e compadre Fialho, não há que duvidar: sua mulher tem um homem a quem deu do dinheiro. Este homem há de aconselhá-la a separar-se de você para se dividirem os bens, percebe você? Se você os tiver, que remédio há senão reparti-los? O maior logro e castigo que você pode pregar a ela e mais ao patife é não ter nada que repartir. Hem? (p. 39-40).

Também como em *A Corja*, os quatro brasileiros se unem, a fim de salvaguardar a honra supostamente manchada de um deles. Em certos trechos, o grupo lembra uma confraria, inclusive o próprio narrador os chama de “solicitadores da honra” de Hermenegildo. Este expediente é realizado de forma a manter o controle sobre a esposa traidora, como fica evidente no longo diálogo dos quatro amigos sobre a reparação da honra de um homem e o lugar da mulher no casamento. “Um homem, quando anda pelos cinqüenta precisa ser afagado”, principalmente quando a sua mulher “Nunca se ri de chalaça” e nunca faz um carinho (p. 41). Esses fatos são o motivo pelo qual Hermenegildo tem duas amantes que trouxe de sua terra.

São muitas as referências à honra masculina nos capítulos “Amigos do seu amigo” e “Tribunal de honra”. Cada amigo dá sua solução para lavar a honra do marido de Ângela. Atanásio resolveria a questão com “dois pontapés e rua”; Guimarães afirma “Então convento com ela!” “um homem de créditos faz isto.” (OS BRILHANTES, p. 32). Depois ainda se oferece para resolver a questão dizendo: “a honra de um amigo é como se fosse a minha.”(p. 37). Assim acima de qualquer questão está a solidariedade masculina. Tais intervenções evidenciam mais uma

característica da homosociabilidade: a mulher é um elo, ou um pretexto, na ligação entre os homens que, por meio dela mantêm uma relação mais forte entre si mesmos do que a que cada um têm com as mulheres.

Repare-se, também, a máxima do código masculino, expressa na reflexão de Fialho para o amigo: “mas você sabe que nós, os homens, não somos mulheres. Elas têm outra casta de obrigações. Se a mulher for igual ao marido, então não há honra nem vergonha neste mundo, não acha?”(p.42) Assim, homens identificam-se com homens e se opõem às mulheres. Essa questão corrobora a proposição de Mosse de que a mulher seria um contra-exemplo. Note-se também a fixidez dos papéis de cada gênero dentro da narrativa, uma vez que quaisquer mudanças são vistas como uma inversão.

Não sem propósito, no início do capítulo seguinte, “Revelações tristes”, fica-se conhecendo a personagem D. Maria d’Antas, mãe de Ângela. Do mesmo modo que a Leontina de S. Cucufate em *A corja*, ela é apresentada como exemplo de mulher masculinizada. Iguamente bela e sensual e sexualmente agressiva, Maria não fuma charutos como a Cucufate, mas possui habilidades masculinas: “era guapa cavalera, monteava lobos, matava patos bravos, e tinha de mulher, apenas a cara que ficaria bem num anjo, e as fraquezas que venceriam a rebeldia dos demônios”.(p.43). Mais adiante, em outra narrativa, *O cego de Landim*, ver-se-á outra mulher atributos masculinos.

Por enquanto, observem-se as referências às mudanças físicas e espirituais detectadas pelo narrador naquela geração de senhoras da cidade do Porto. À maneira naturalista, mas com senso de humor, desenvolve-se no capítulo “Considerações plásticas” uma teoria segundo a qual o enfraquecimento das mulheres devia-se ao excesso de ilustração e à alimentação afrancesada. Diz o narrador:

(...) o espírito atanzado pelo suplício lento da geografia, da história e da gramática, perde a seiva nativa, e refaz-se a expensas do corpo; de maneira que a idéia se enriquece ao passo que o músculo deteriora: questão fundamental de fisiologia, que importa ser estudada nos tratadistas especiais. Quanto à alimentação, é sabido e notório o progresso perigoso da culinária portuense nestes últimos vinte anos. A cozinha tornou-se a antecâmara da sepultura. (OS BRILHANTES, p. 35)

No mesmo sentido, ainda ironizando o modelo feminino romântico, o narrador lamenta que no futuro seus netos deverão contentar-se com o amor apenas espiritual. Mas também reclama da crescente igualdade de condições entre homens e mulheres. “Chegado o gênero humano a essa extremidade, acabou-se este globo, que me parece ser o mais ordinário de todos” (p.35) – completa. Pensará mesmo assim o narrador? E o autor? Não seria, mais uma vez essa crítica à emancipação feminina apenas estratégia para agradar ao público?

Ora esse comentário do narrador, juntamente com a informação de Ângela era uma mulher de compleição física que se aproximava das antigas e robustas gerações, lança novas luzes sobre o amor entre mulher do Brasileiro Fialho e o plebeu Francisco. Ora, a moça diz mal conhecer o amado com quem apenas trocava cartas e poemas que ambos escreviam, mas ele a tratava por “tu”. Tal fato, como afirma a tia da moça, era um sacrilégio, porque pertenciam a classes sociais diferentes. A filha do Conde de Gondar sentiu-se atraída pelo rapaz assim que o viu, como confessou à tia, declarando, a seguir, não se casar com qualquer outro pretendente. (p. 46).

Mais tarde fica-se sabendo que a tia escreveu ao Conde de Gondar para informar que arrancara a jovem dos braços do então estudante

pobre.(p.99) Não esquecer também de que Ângela era filha de Maria D'Antas, exemplo de sensualidade, força e espírito voluntarioso.

Deste modo, Ângela mostra-se forte física e espiritualmente, como comprovam suas ações posteriores: fugir de casa, retornar obrigada, enfrentar o convento, casar-se com o rico brasileiro e articular a venda das jóias presenteadas pelo marido a fim mandar à faculdade o amado. Tudo isso, sem contar com outro amparo que não o da velha ama Vitorina. Bem pouco ingênua, bem pouco etérea heroína romântica.

Ao ler *Os brilhantes* é difícil não lembrar de outra novela de Camilo em que os elementos classe social, dinheiro e realização amorosa estão em jogo de modo bastante semelhante: *Amor de perdição*, publicada sete anos antes, em 1862. Se nessa narrativa amor não se realiza nem entre Simão Botelho e Teresa Albuquerque, por demasiada idealização que leva à morte os amantes, em *Os brilhantes*, a heroína apaixonada tem fibra e sangue frio para ir em busca da sua realização amorosa, mesmo quando o amado já abrija mão dela.

Há que se notar, ainda, o terceiro vértice do triângulo amoroso proposto em *Amor de perdição*. Mariana, humilde filha de um ferreiro, ama o jovem pretendente de Teresa. Mas entre ela e Simão também houve impossibilidade amorosa, ainda que moça estivesse disposta a sacrificar tudo pela chance de ficar perto do rapaz. Lembre-se aqui o fato de ela dar-lhe abrigo, dinheiro e corajosamente dispor-se a acompanhá-lo ao degredo em África, espaço distante das convenções sociais a que estavam submetidos. Assim, nem amor puro e contrariado pelo ódio entre famílias nem amor entre classes sociais diferentes se realiza.

Tudo isso é diferente, como já se viu, em *Os Brilhantes*. Parece que nessa obra, publicada em 1869, Camilo atualiza o trinômio, amor-classe social-dinheiro, engendrando uma personagem como Ângela que dá uma

nova solução para esta equação. Ela, apesar do nascimento, é como Mariana uma mulher comum, com desejos e aspirações terrenas, que realizou o amor da forma que lhe foi possível.

É interessante notar que, depois da volta do irmão, a ex-criada Rita passa a ser chamada de Sra. Dona Rita brasileira (p.64), assim como Ângela. Em outras novelas de Camilo, as esposas de brasileiros ricos também ganham essa alcunha. É o caso de Marta, casada com o torna-viagem Feliciano, em *A brasileira de Prazins*. Pode-se lembrar ainda que Maria Monfort, em *Os Maias*, de Eça de Queiroz, era filha de um torna-viagem e também chamada de brasileira.

Francisco José, que viveu no Brasil por mais de dois anos, não recebe esse tratamento. Talvez porque o capital amealhado pelo médico não lhe permitisse ganhar esse epíteto, como se viu anteriormente, somente os retornados muito ricos eram tratados de brasileiros, os que voltam remediados são apenas abrasilizados.

Uma questão recorrente em *Os Brilhantes* é a da contraposição entre as classes sociais. Nessa narrativa, se há nobreza de nascimento, como o conde de Gondar e sua filha, e a alta burguesia, representada pelos ricos brasileiros, há efetiva atenção à classe trabalhadora. Ao longo da narrativa, há muitas referências às profissões e ocupações humildes. Os que exercem essas funções não são alvo do deboche do narrador, ao contrário são importantes para o desenvolvimento da história. É o caso da criada Vitorina e da costureira Joana. A primeira, sustentou a esposa do brasileiro durante longo tempo no convento, com suas magras economias e os bordados que ela e Ângela produziam, já a segunda, a ajudou a sustentar o irmão na faculdade de medicina.

O texto não deixa de pontuar que os avôs de Francisco eram um carpinteiro e um cozinheiro, o pai, sacristão, a irmã, costureira e

bordadeira e o cunhado, um simples tendeiro. Além dos parentes do futuro médico, sabe-se que o pai do Hermenegildo e Rita era tamanqueiro.

A Ângela que pertence à alta nobreza portuguesa com relações muito estreitas com a família real, como diz sua tia Beatriz, recusa-se a deixar de bordar, mesmo quando a amiga Joana oferece-lhe dinheiro para sobreviver, após sua fuga da casa do marido. Recusando os trezentos mil reis da amiga, explica:

Mas é necessário trabalhar, minha irmã. A ociosidade é o tédio, é a doença, é o desespero. Olhe que eu, quando me chamavam a brasileira do meio milhão, em cada dia, costurava cinco horas. E foi bom conservar os costumes adquiridos na pobreza do convento, a pobreza voltou; mas desta vez encontra-me prevenida, e demais a mais disposta a desafiá-la para que me incomode. (OS BRILHANTES, p. 79)

A ex-criada do convento, note-se, tem consciência do seu lugar nas classes sociais, tanto que recusa o tratamento cerimonioso de *Dona* e escandaliza-se com a possibilidade do irmão casar com Ângela. Mas Vitorina, a criada de Ângela, vai além disso ao desconsiderar a questão do nascimento, propondo que a conveniência seja o critério para a formação do casal:

A criada, tanto ou quanto participante da luz do século XIX, já estava à altura da idéia democrática e niveladora quanto a nascimentos, ressalvada a profunda desigualdade quanto a "fortunas". Pelo que, a união do plebeu rico com a fidalga pobre não se lhe afigurou absurda, e muito menos milagrosa, como dizia a consternada Rita, na sua exposição. Possuída, portanto, destes sentimentos indiciativos de ilustração inata (...). (OS BRILHANTES, p. 66)

No entanto, é no discurso de Francisco José que se configura uma possível chave de leitura para a obra. Pelo menos em dois momentos, o rapaz valoriza, ou melhor, orgulha-se da classe trabalhadora. Quando faleceu seu cunhado e teve de deixar a faculdade de medicina o rapaz não aceitou que os amigos o financiassem, nem mesmo até concluir o primeiro ano. "Francisco rejeitou esmola sem orgulho, dizendo: "quem não pode ser médico, seja operário de mais humilde condição". (OS BRILHANTES, p. 58) Põe isso aceitou emprego de amanuense e resignou-se.

Depois de formado e já casado com Ângela e vivendo em Barroso, o médico vê a si mesmo como operário. Tanto que ao receber honorários dos lavradores pobres do lugar, entregava o dinheiro à esposa, dizendo: "É o dinheiro de dois operários: tanto labutou o lavrador para o tirar da terra, como eu para lho arrancar do cantinho da arca." (p. 98) Depois, a esposa grávida lhe pergunta qual o destino do filho que ainda não nascera, e ele responde:

Artista!... Artífice é mais português. Terá uma profissão que lhe abaste à sua subsistência e à de uma família criada com pouquíssimas necessidades. Não aprenderá a ler, para crer; não saberá nada da ciência humana para entender bem o Padre Nosso, que é a ciência divina baixada até ao homem; dormirá o sono pesado do operário para não sonhar as quimeras que me fizeram a mim o motor dos teus longos infortúnios, meu pobre anjo! (p. 98-9) (grifo meu)

Além da imagem acima descrita, acresce-se a cura da cegueira do Conde de Gondar por Francisco e a reconciliação entre Ângela e seu pai. Esses eventos narrativos apontam para um possível futuro do país com investimento na força de trabalho e na criatividade do homem português,

em oposição à futilidade e à ociosidade das classes abastadas. Somente assim haveria condições para o surgimento dos artífices nacionais.

No capítulo "O cego" o pai de Ângela, em conversa com o velho criado João Pedro mostra o rancor que guarda pelo fato de a moça ter querido casar com um pobre estudante. Nos capítulos seguintes, "a providência" e "vem rompendo a luz" são narradas as cenas em que o nobre conhece e é curado pelo rapaz que ele desprezava. Não se pode ler está seqüência à luz do que disse Francisco? A força e a habilidade do "operador de cataratas" puderam salvar e dar uma nova perspectiva ao velho mundo aristocrata.

Repare-se que Francisco efetivamente não aceita o título de Conde de Gondar que deveria partilhar como a esposa, preferindo, como ele mesmo diz, ser apenas Sr. Francisco para os seus pacientes:

Um operador de cataratas, *conde!*(...) Não queira Vossa Excelência afugentar de mim os doentes pobres que precisam de meus serviços! Os enfermos que tem um colmeiro de palha como leito não ousariam chamar à sua caverna um conde. (p. 118)

No entanto, a "Conclusão" da obra frustra essa expectativa quando o narrador informa que o menino Antoninho, o qual Francisco pretendia ver operário, "é o mais requintado aristocrata do Minho, e aturde os seus discípulos da universidade contando-lhes legendas do Paço de Gondar, de que ele vem a ser o vigésimo senhor". (OS BRILHANTES, p.118). Esse desfecho não deixa muitas chances de rompimento efetivo com as estruturas sociais vigentes. Parece que Calisto Elói, ideólogo da moral que evolui para deputado janota, em *A queda dum anjo*, realmente sabia o que era ser português no século XIX.

Ainda sobre esse desfecho, pode acrescentar aqui o que escreveu Paulo Mota Oliveira acerca do ceticismo de Camilo Castelo Branco, tanto em relação à relação à sociedade portuguesa quanto ao papel da literatura, expresso em muitas das suas obras publicadas entre as décadas de 60 e 80 do séc. XIX. Diz esse crítico que:

[Camilo] Pinta, muitas vezes com o traço fino da ironia ou com as deformações da caricatura, O Portugal de seu tempo, mas de fato (...) não tem para ele propostas. Porque lhe falta esperança em uma verdade salvadora. Porque parece não acreditar em nada para além da mesquinha realidade em que vive. (2006, p. 379)

Quanto aos quinhentos milhões da fortuna de Hermenegildo Fialho, sabe-se que a maior parte deles foi embolsada pelos amigos brasileiros após sua morte. Mas esse capital também foi usado para modificar a paisagem e a vida de alguns personagens. Francisco José só pôde formar-se em medicina devido ao estratagema de Ângela. O jovem não sabia que era financiado pelo marido de sua amada e depois lhe restituiu a quantia, mas isso não muda o fato de que sem os milhões de Hermenegildo, a formatura não se realizaria. Além dele, Rita, a ex-criada do convento, e Ângela de Noronha também mudaram de vida por causa do dinheiro do brasileiro.

No texto, há referência às atividades profissionais de Fialho, que era armador com ele mesmo diz: "A gente aqui passa três meses na chácara, e depois vai em a cidade passar o Inverno, que eu tenciono lá abrir escritório de consignações, e fazer dois ou três navios p'ra me entreter,"(p. 65). Mais adiante sabe-se que " Fialho abriu escritório na Reboleira e comprou navios". (p.72) Além disso, tinha negócios com transporte para o Rio de Janeiro, pois o jovem médico embarcou como

cirurgião, em um navio desse brasileiro, depois de não conseguir colocação no Porto. (p.76) Outra atividade era a sua sociedade com Atanásio em comércio de “molhados.”(p.30)

Esse brasileiro também compra terras e quintas. Na cena em que conhece a futura esposa Ângela ele aparece em meio a um canteiro de obras na recém adquirida Quinta dos Choupos, no Minho. “Quando apearam, Hermenegildo estava no espaçoso pátio vigiando os pedreiros que derruíam uma antiga torre de arquitetura manuelina para construir nos alicerces dela uma capoeira.”(p. 64) Note-se a referência à destruição do legado histórico, evidenciando a falta de cultura do brasileiro. Como os amigos Atanásio, Pantaleão e Joaquim Antônio, ele poderia ter-se tornado Barão, se acertasse o preço do título com o governo, mas não quis pagar os cinco contos pela “fidalgueria”. Segundo informação da irmã Rita tentava fazer cair o valor pela metade. (p.67).

Por fim, é preciso mencionar que Francisco José, se não voltou do Brasil rico, conseguiu o bastante para quitar a dívida que Ângela havia contraído ao vender os diamantes do brasileiro, e ajudar a irmã a incrementar seu negócio de costura e bordados, que ela chama de oficina. Como diz Joana ao irmão: “Temos feito progressos e lucros admiráveis; bordamos à ouro. A sra. D. Ângela, em dez meses, ganhou quarenta e duas moedas.” (p. 92) Como se percebe, trabalho de artista ou artífice.

4.3 - O cego de Landim

Ao pensar a imagem do Brasil na ficção camiliana Paulo Mota Oliveira (2004) assinala que poucas são as obras em que o país é cenário para o desenrolar das narrativas. No geral, as referências geográficas são poucas e as descrições reduzidas ao estritamente necessário. No entanto, a intensa relação econômica entre Brasil e Portugal é perfeitamente retratada nas narrativas, negando, assim, a quebra dos laços entre essas nações, pelo menos nas obras de desse autor. Nelas, há sempre personagens emigrando ou retornando a terra natal; cartas e mercadorias esperadas, navios que chegam ou partem de um ou outro lado do Atlântico.

Nessa teia atlântica, como o crítico nomeia a dinâmica ligação marítima entre as duas nações, o Brasil aparece como terra de oportunidades, espaço para fazer dinheiro, ainda que nem sempre de forma lícita. Assim, não há nas obras de Camilo menção da ruptura representada pela independência brasileira. Percebe-se, isto sim, a existência de uma classe social que depende e vive como mão de obra na ex-colônia, caso dos torna-viagens. É esse o universo que está perfeitamente configurado em *O cego de Landim*⁵⁸.

A narrativa conta as aventuras de Antônio José Pinto Monteiro, homem inteligente, articulado e astuto, nascido em 1808, que emigra para o Brasil ainda adolescente. No Rio de Janeiro, emprega-se como caixeiro e, depois, se envolve com a política brasileira, até que fica cego devido a um golpe de um militar imperialista. Ao sair do hospital, conhece um Amaro Faial, português ilhéu, a quem se une para formar uma espécie de sociedade do crime, para a qual arrebanha toda a vadiagem suspeita

⁵⁸ A partir da próxima referência será usado apenas O Cego para informar esta obra.

da cidade. Durante anos organizou e gerenciou essa “empresa do crime”, cujas regras e preceitos envolvem uma ética própria.

Quando decide voltar à sua terra, em 1840, associa-se à polícia do Rio, fornecendo informações sobre a ação dos comparsas no contrabando de moedas falsas. Uma vez em Portugal, gasta o dinheiro que conseguiu com a atividade ilícita e volta ao Brasil, onde novamente enriquece. Mas, outra vez, perde todo capital em maus investimentos, festas e empréstimos aos amigos. Em 1858, pobre novamente, casa-se com a viúva de um brasileiro, D. Tecla, e mais uma vez perde todo capital que conseguira, desta vez como dote. Desde então, com a morte da esposa, viveu pobremente em companhia apenas de sua irmã Neves.

Na leitura desta novela, o primeiro fato que chama a atenção é a aparência de Pinto Monteiro. Ao procurar o narrador, claramente identificado como o escritor Camilo, veste-se com elegância: “Trajava de preto, a sobrecasaca abotoada, a calça justa, e a bota lustrosa”; além de luvas e bengala de castão de prata. (O CEGO, p. 89). O narrador continua a dar suas impressões sobre o homem que o visitava dizendo que era “sagaz, argucioso e um pouco germânico” e “cavalgava com garbo quase marialva” termo que designa o homem, geralmente nobre, que entre outras coisas, possui refinamento.” (p.91)

Além disso, o narrador mostra-se tão impressionado com a figurado cego que afirma ser ele um dos homens “descomunais do país”, cuja vida poderia encher “romances em quatro volumes”. Apenas por essa descrição, pode-se notar a diferença entre ele e os outros brasileiros torna-viagem já analisados, quase todos apresentados como pouco educados, rudes, ridiculamente trajados. (p. 91). A ironia, no caso de Pinto Monteiro é de outro tipo.

Assim, é preciso verificar mais adiante porque esse homem contraventor contumaz seria digno de tanta admiração. Seria uma falsa admiração? Acima, falou-se da importância do Brasil como espaço para enriquecimento os portugueses. Muitos construíram impérios nos mais diversos ramos do comércio, mas é surpreendente que o negócio de Pinto Monteiro seja uma “empresa” de roubos e outros ilícitos. Aliás, uma moderna empresa, pois seu sucesso é creditado à implantação de métodos mais eficientes do que os arcaísmos descritos em *Arte de furtar*⁵⁹:

Desta arte organizada a quadrilha, sob a influência auspiciosa de um cérebro pensante, os cidadãos eram roubados mais artisticamente; na empalmação dos relógios conhecia-se que havia idéias de física, de mecânica, de equilíbrio, de dinâmica e ciências correlativas. (O CEGO, p. 95)

Note-se que essa sociedade se ampara em uma moral muito particular: seus membros identificam-se, ironiza o narrador, como “deserdados pela sociedade madrasta e vítimas de uma qualificação obsoleta”.(p. 95) Como interpretar o *non sense* e a inversão de valores representa nesse episódio?

A pista para isso talvez esteja nas diversas referências depreciativas das coisas do Brasil que estão dispersas na narrativa: os cérebros do governo são “formados com tapioca e ananás”(p. 96); a imagem do país criada por José de Alencar é idealizada e risível, ainda ocorre escravidão e os portugueses retornavam do Brasil têm péssimos hábitos. Assim, “empreendimento” presidido por Pinto Monteiro pode ser visto como um

⁵⁹ A *Arte de furtar*, escrita nos idos de 1652, é creditada ao Jesuíta Manuel da Costa e não ensina a roubar, mas descreve toda sorte de golpes a fim de prevenir o povo e punir os culpados.

microcosmos da relação entre os dois países. O Brasil seria um lugar atrasado, governado por gente lorpa, onde gatunos e ratoneiros, negros e brancos, podem se locupletar.

É também o espaço da transgressão para onde vem o pior da raça lusa. Veja-se o golpista/guarda-livros Faial que morreu tentando voltar ao Brasil; o cego que por duas vezes fez fortuna; e a açoriana que acaba por roubar Pinto Monteiro. Essa condição, metaforizada em *O cego de Landim*, é apontada também em outras obras de Camilo, como em *Eusébio Macário* e *A Corja*, cujos personagens Barão do Rabaçal, Eufêmia Troncha e Pascoela Trigueiros têm passado condenável no Brasil.

O cego, com se disse anteriormente, é apresentado de forma muito diferente de outros torna-viagem, principalmente porque esse personagem é menos caricatural e tem seus traços mais bem delineados. Sua noção de moral é bastante irregular, principalmente porque circula com igual desenvoltura nos dois lados da Lei, num movimento que Antônio Cândido, ao analisar a obra *Memórias de um sargento de milícias* que Manuel Antonio de Almeida publicou em 1852, chama de *dialética da ordem e da desordem* (Cândido, 1970).

Cândido analisa a movimentação dos personagens, principalmente Leonardo Pataca e Leonardo Filho, para mostrar como eles transitam nas esferas sociais da ordem e da desordem conforme lhes é conveniente, sem que as mudanças de posição sejam apontadas como negativas ou positivas na narrativa. Ao tratar de *Memórias...*, diz:

o princípio moral das *Memórias* parece ser, exatamente como os fatos narrados, uma espécie de balanceio entre o bem e o mal, compensados a cada instante um pelo outro sem jamais aparecerem em estado de inteireza. Decorre a idéia de simetria ou equivalência, que, numa sociedade meio caótica, restabelece

incessantemente a posição por assim dizer normal de cada personagem. Os extremos se anulam e a moral dos fatos é tão equilibrada quanto às relações dos homens. (CÂNDIDO, p. 82)

No caso de *O cego de Landim*, pode-se perceber que Pinto Monteiro dispõe dos ditames da lei e da moral para satisfazer seus interesses, ora cria a sociedade do crime, ora delata os comparsas; ora compra moedas falsas, ora ajuda a polícia a prender os falsários.

Do mesmo modo a confusão entre ordem e desordem se estende ao comportamento da própria polícia brasileira que usa de ambigüidade ao tratar do envolvimento de Pinto Monteiro na falsificação de moedas. Denunciado pela mulher de um comparsa que fora presa e acusada da morte do marido, ele não sofre qualquer punição:

Quando saiu do cárcere, e se viu roubada pelo amigo de seu marido, e reduzida a mendigar, denunciou ao chefe da polícia a cumplicidade de Monteiro no negócio das notas. Fortunato de Brito [chefe de polícia] conveio que seu agente era infame maior da marca: mas fazia-se mister que tivesse aquele tamanho para dar pela barba à corpulência da corrupção. O Cego de Landim gozava da inviolabilidade de mal necessário. (p. 98)

Note-se que as críticas ao comportamento do cego são sempre feitas por outros personagens, pelos jornais ou pelos boatos que correm em Landim depois de sua volta definitiva a Portugal, nunca pelo narrador. Aliás, o fato de o foco narrativo se construir a partir da reconstituição feita pelo romancista-personagem de informações colhidas entre amigos do cego, já relativiza qualquer tentativa de estabelecer uma verdade, ou juízo de valor sobre o narrado. Mesmo assim, em vários momentos o narrador reafirma sua visão incompleta, modalizando seu discurso, com

expressões como “é de se crer” (p. 113), “Os meus informadores dizem que” (p. 106) ou “parece que” (p. 113).

Sobre a participação do cego no crime falsificação, diz: “Não sei se estas notas eram parte dos trezentos contos que por esse tempo saíram do Porto pra o Brasil(...). Não averigüei as profanações que se deram nesta remessa (...).(p. 97) Depois, usa o mesmo expediente, com detalhes que revela sobre prisão dos falsificadores atraídos pelo cego ao Brasil para serem presos:

O leitor vai descobrindo que eu não estou escrevendo um romance. Consta-me que, no Rio, os homens que já o eram há trinta anos recordam estes factos com algumas miudezas que não pude obter nem já agora inventarei. Os meus apontamentos são exactíssimos no sumário das excentricidades do cego; mas escassos dos pormenores que eu rigorosamente quisera não omitir. (O CEGO, p. 102)

O cego teve sucesso enquanto viveu no mundo desordenado dos trambiques e golpes aplicados no Brasil. No entanto, quando resolveu levar o que ganhava para viver tranqüilamente em Landim, não conseguiu prosperar. Gastou com futilidades, realizou transações comerciais ruins e foi trapaceado. O “cérebro pensante” que no Brasil era infalível, em Portugal não conseguia nem mesmo economizar que ganhara nos roubos.

Sobre essa questão, pode-se, também, aplicar a idéia da dialética da ordem e da desordem para dizer que a postura do de Pinto Monteiro é reflexo da confusa relação entre a ex-colônia e Portugal. Para Camilo, não haveria diferença entre a conduta dos portugueses retornados, representado pelo cego, e a dos brasileiros natos. Os valores estariam, de muitos modos, deturpados, invertidos em ambos os lados do Atlântico. É o que sugere a reflexão de Monteiro depois de perder quase tudo que

ganhou pela segunda vez, ao ser enganado por falsos compradores de suas terras e ter perdido algumas demandas judiciais:

Dizia ele que viera encontrar em Portugal espécies de ladrões fleumáticos e frios, que não topara nos climas quentes; e que o larápio luso-brasileiro era francamente analfabeto e lerdo, ao passo que o ladrão, estreme e puramente luso, era por via de regra, além de perverso, bacharel formado. (O CEGO, p. 113)

É preciso registrar a representação nas referências ao progresso fomentado por brasileiros torna-viagem. Depois de perder quase toda sua fortuna, o cego abre um botequim a fim de, como explica o narrador, aproveitar “as leis do progresso” e a prosperidade trazida pela presença de brasileiros, que ali choviam “que nem maná nos areais da Mesopotâmia”, construindo “casas de azulejos variengos.” (p. 113). Mas o “café”⁶⁰, que bem assinala o narrador, que “seria a prova real da civilização”, não vingou. O motivo era a sofisticação dos itens oferecidos conhaques, absintos e outras bebidas incompatíveis com as necessidades da população local. O cego não compreendeu o problema, tanto que ao fechar o bar, “Ele vociferou que os habitantes de Famalicão eram indignos do “Café”. (p.115) Esta é mais uma “idéia fora do lugar”: não haveria outros investimentos mais urgentes aquela população rural?

Fechado o negócio, o arruinado Monteiro mais uma vez foi viver do capital adquirido no Brasil. Desta vez, por meio do casamento com a viúva de um brasileiro. Realmente, as diversas pistas nessa narrativa denunciam a dependência econômica portuguesa da riqueza oriunda do Brasil e também a falência dessa relação entre Portugal e a ex-colônia. É

⁶⁰ Sennett (2002) assinala o papel das cafeterias como espaços públicos de convivência da cultura urbana e burguesa no séc. XIX. Almeida (2000) registra que, em Portugal, esses estabelecimentos eram ambientes exclusivamente masculinos.

o que indica o fato de todas as três tentativas de Monteiro para estabelecer-se em Portugal com os recursos amealhados durante sua experiência de torna-viagem terem falharam, inclusive a do casamento. Além disso, o cego morreu pobre e abandonado pelos filhos que trouxera para estudar em Lisboa. Somente a filha que ficará no Brasil lembrou-se dele.

Com esse quadro, deve-se retomar a admiração que teria levado o romancista/narrador a afirmam ser o cego um dos grandes homens portugueses, mais até que “romancistas salobros de amórios de aldeia” (p. 91), usando uma referência a si mesmo. Nessa altura fica claro tratar-se de pura ironia.

No universo feminino da novela, destaca-se a figura de Narcisa do Bravo, nome quase metonímico dado à jovem afilhada de Pinto Monteiro: linda e agressiva. “Era virilmente bela, e bem feita; mas os meneios adquiridos nos trajos de rapaz desengraçavam-na vestida de mulher.” (p. 107) Narcisa expressa muitos traços da identidade masculina. Apesar do comportamento e das roupas, será sempre identificada como mulher, porque biologicamente é mulher. Além disso, casa-se mesmo sem conhecer minimamente o noivo, para agradar ao padrinho. Sua quase total identidade com o universo masculino não é questionada, mesmo que o a chame de virago.

Seus atributos de força, coragem, agressividade, independência e sangue frio, são interpretados como defeitos de personalidade. É o que se percebe quando a jovem acaba por dominar o marido e controlar todos os bens do casal, gastando-os como lhe aprouvesse:

[O marido] viu que tinha pela frente um virago de fibras. Afroixou por medo e por amor. O pulsilânime vergava ao prestígio da força. Narcisa ofuscava-o com

a rutilante beleza do Demônio, disfarçado na lendária Dama de Pe de Cabra, (...). (O CEGO, p. 109) (grifo meu)

Assim, há inversão clara de papéis, porque o marido se deixa inferiorizar, tornando-se menos homem por não enfrentar a esposa. Ao contrário de Custódia e Leontina de *A corja*, que foram quase compradas para o desfrute dos maridos, Narcisa é quem desfruta do marido e seus haveres, até em que ele morre. Amiga de folgar, a jovem gasta sem controle: "Folia Rija! Romagens quantas havia no Minho; festanças com três clarinetes e requinta todos os domingos na eira; (...); bródios e vinhos, festa fora." (p.108)

Viúva aos vinte e oito anos e pobre, mas ainda formosa, entrega-se à devassidão, sendo motivo de preocupação do Padrinho Pinto Monteiro no fim da vida. Mais tarde, ela ressurgirá na narrativa, como a bandoleira envelhecida, decadente e perversa que ameaça os homens, inclusive os magistrados, encostando o cano de sua pistola em seus rostos.

Os mais queixosos eram os que lhe colheram as flores já outoniças da beleza, e a rejeitaram com a brutalidade do tédio. Narcisa saía-lhes de rosto nas concavidades das congostas escuras, e abocava-lhes à cara uma pistola de dois canos; (...) Outras vezes escalava as janelas das alcovas conhecidas, e, e entroixava os bragais como se inventariasse o espólio de um esposo falecido. E temiam-na como a um celerado disposto a vender cara a vida, porque ela deixava entrever a coronha da pistola entre os atacadores do colete escarlata, e, se sofraldava as saias, (...) mostrava a faca de ponta atravessada na liga. (p.123)

A violenta Narcisa só era gentil com uma amiga: D. Ana das Neves Monteiro, irmã do cego. Em nome dessa amizade foi capaz de oferecer-se

para vender a pistola a fim evitar que a amiga e o irmão passassem necessidade. (p. 123) A afeição é recíproca, tanto que Neves, arrolada como cúmplice de Narcisa num caso de roubo de cobertas, sofreu com ela a pena de oito meses de detenção e posterior degredo perpétuo. Por isso, as duas partem juntas para o Brasil. Nas palavras do romancista/narrador, Neves “transferiu-se, em 1872, ao Brasil, e levou consigo Narcisa do Bravo. Parece que não tinha outros amores neste mundo, e desejava expirar, como seu irmão, nos braços dela.”(p. 126)

É curioso o apelo feito à caridade do leitor, no último parágrafo do texto, que para não “fulminemos com nossa honrada raiva” a irmã do cego. E completa o narrador: “Sou de opinião que sejamos inexoravelmente severos com os desgraçados e com as desgraçadas, quando eles e elas repelirem a felicidade que nos lhes oferecemos”.

Ora, pode-se ler nestas palavras uma condenação ao desejo de Neves de morrer nos braços da amiga. Por quê? Por recusar a felicidade prevista para as mulheres? Certo mesmo é que, mais uma vez, o Brasil comparece como lugar onde os desejos, neste caso inconfessáveis, podem ser perseguidos ou realizados.

A imagem da ex-colônia transita como espaço de utopia e distopia. Para homens, a riqueza. Para as mulheres, a Ilha do Amores, em todo caso. Afinal, não existe pecado ao sul do Equador, como se sabe desde as visitas da Inquisição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Decadência” e “regeneração” são termos caros ao discurso da cultura portuguesa dos oitocentos e de boa parte do século XX. Desde os primeiros momentos do romantismo português, pensar a literatura era também pensar o destino da nação, como bem mostrou Eduardo Lourenço no seu clássico estudo *da* “Literatura como interpretação de Portugal” (1981). Essa afirmação vale para todas as gerações literárias daquele século e do seguinte. As reações da intelectualidade portuguesa ao decadente contexto sócio-cultural e político-econômico do país, como foram delineadas no capítulo 1, e registradas na produção literária do séc. XIX, inauguraram um debate com a História que se estende até os dias de hoje.

Almeida Garret e Alexandre Herculano dão partida a este debate. Ambos foram soldados liberais no exército de Pedro IV; ambos foram exilados e, ao retornar ao país, trouxeram a marca da cisão-fáustica de que fala Berman. O contato com o que de mais moderno em filosofia e literatura havia mudou-lhes o espírito, agora forjado na lição de Rousseau, Chateaubriand, Byron e Walter Scott. Da ferida aberta resultou a regeneração portuguesa como projeto em suas obras.

Suas posições políticas, quanto à expressão do liberalismo, podiam divergir, mas isso não acontecia no que diz respeito ao papel da literatura. Para ambos o programa nacionalista do romantismo estava intimamente ligado aos objetivos da revolução liberal de 1820: promover a intervenção regeneradora, através da ação cívica, pedagógica e formadora da individualidade, a fim de ultrapassar o passado arcaico e absolutista, já tão distante nas outras nações europeias.

Para Garrett, a regeneração começava na responsabilidade social da literatura em resgatar costumes, linguagens ou crenças populares para constituir a nação como uma realidade autônoma. É o que já se percebe desde as suas primeiras obras. Na "Carta ao Sr. Duarte Lessa", publicada à guisa de prefácio ao romance *Adosinda*, de 1828, Garrett expõe seu ideário romântico ao ressaltar a necessidade de redescoberta do passado português. Defende ainda uma essência portuguesa que se encontraria oculta sob o universalismo da cultura clássica. A conservação das tradições populares seria a forma mais eficaz de reconstituir a autonomia perdida. Mas é no *Frei Luis de Sousa* (1844) que Garrett melhor expõe sua tese a respeito do passado na medida em que reconhece o pacto de silêncio e alienação que fora celebrado pelas elites portuguesas desde o desastre de Alcácer-Quibir.

Mas é com *Portugal na balança da Europa* – reunião de textos jornalísticos publicados durante o exílio Londres, em 1830 - que Garrett fez convergir a literatura com a política nacional, a exemplo de Camões. Partindo da análise do passado, contabiliza a situação portuguesa daquele momento com críticas e soluções que levassem o país ao progresso.

Portugal na balança da Europa é a primeira reflexão das que serviram de base desta pesquisa. A ela se juntaram outras: a *Causas da decadência dos povos peninsulares*, de Antero de Quental, a *História de Portugal*, de Oliveira Martins, e, já no espaço de reflexão brasileiro, cronologicamente afastado, o definitivo discurso a respeito do equívoco histórico, compartilhado por Portugal e pelo Brasil, quando em ambos os lados do Atlântico o liberalismo e o capitalismo conviverem com estruturas ainda feudais, autoritárias e escravistas – evidentemente, trata-se de “As idéias fora do lugar”, de Roberto Schwarz (1977). Eduardo Lourenço, em sua “Psicanálise mítica do destino português” (1979) e, sobretudo, Boaventura de Sousa Santos, em suas “Onze teses por ocasião de uma nova descoberta de Portugal” (1992) seguem de perto a mesma análise procedida por Schwarz, visto que tratam da desordem ideológica, política e cultural que Portugal experimentou quando da sua entrada forçada na ordem do capitalismo do séc. XIX, ao mesmo tempo em que titubeava de abrir mão das confortáveis estruturas do Antigo Regime.

Posição semelhante a Garrett tem Alexandre Herculano, porém acreditava que o melhor momento da história nacional fora o século XV, principalmente os reinados de D. Manuel I e D. João II, quando a autonomia municipalista fez florescer variadas formas sociais e culturais. Seu projeto de regeneração literária fez nascer o romance histórico português moderno e a sua *Portugalia Monumenta Historica* tornou-se marco nacional na medida em que instaurou a moderna historiografia

portuguesa, questionando a permanência dos mitos no interior da História.

Mas a participação de Garret e Herculano no processo de transformação das instituições nacionais foi além. O primeiro, na condição de secretário de governo, participou ativamente da reforma legislativa proposta por Mouzinho da Silveira, que fora convidado por Pedro IV a participar da implantação do liberalismo, na condição de Ministro e secretário de Negócios da Fazenda e da Justiça. Essas leis renovaram a sociedade e as instituições portuguesas, acabando com privilégios, promovendo a liberalização econômica e dando mais eficiência a administração estatal. Percebe-se claramente a influência do liberalismo econômico de Adam Smith no pensamento de Silveira, indicando que se buscava o caminho do capitalismo:

Na situação de Portugal, parece-me que é o grande principio da Administração deixar trabalhar; as Leis antigas impediam o trabalho única riqueza humana; receber alguma parte do resultado é necessário ao Governo: impedir o nascimento é fazer ao mesmo tempo o povo e o Governo pobres. (SILVEIRA, *apud* BRANDÃO ; FEIJÓ, 1980, p.241)⁶¹.

Mas como se viu, ainda no capítulo 1, as reformas de Silveira não foram suficientes para colocar o país no caminho do progresso econômico e social. Na verdade, os poucos avanços na área industrial aconteceram quando a Europa capitalista já questionava a ideologia da revolução burguesa e os resultados do processo de industrialização. Além disso, a instabilidade política permaneceu até o fim da década de 1840, com uma

⁶¹ Relatório do Decreto de 14 de Maio, p. 58

sucessão de revoltas, como a revolução de setembro, a Maria da Fonte e a Patuléia.

Foi somente com a Regeneração, em 1851, que o país encontrou, pelo menos parcialmente, o rumo do progresso. Herculano foi um dos idealizadores desse movimento, que propunha a renovação do sistema político e a criação das infra-estruturas básicas necessária ao desenvolvimento do país. Garret também apoiou a Regeneração e foi ministro do Estrangeiro nos primeiros anos do governo constitucional do Marechal Saldanha, de Fonseca Magalhães e de Fontes Pereira de Melo.

A atuação de Fontes como ministro das Finanças trouxe crescimento econômico e progresso material. Para diminuir as diferenças regionais recorreu a empréstimos estrangeiros e reorganizou a dívida pública e investiu no setor agrícola, na criação de escolas técnicas e no sistema viário, como a construção o caminho de ferro ligando Portugal à Europa. Esse período ganhou o nome de fontismo, porque mesmo que não houvesse um programa político que embasasse ideologicamente as ações do seu governo, suas ações práticas foram a marca principal da Regeneração. Mas, se houve relativo crescimento de vários setores no período fontista, um deles não acompanhou essa arrancada: o da indústria.

A revolução industrial portuguesa não começou antes das duas últimas décadas dos oitocentos; faltava um efetivo projeto educacional que qualificasse a mão de obra porque faltava capital. Mas faltava principalmente uma política que desestimulasse a especulação financeira e investimentos para esse setor.

De igual maneira a Geração de 1870, claramente inspirada por Garrett e Herculano, busca a convergência entre criação literária e intervenção histórica, como se pode verificar com a comoção nacional que

envolveu a Questão Coimbrã. Não se tratava de um embate envolvendo puramente a estética literária, mas de fazer da literatura o espaço privilegiado de discussão da realidade nacional em oposição à alienação da História, sumariamente reconhecida na obra de António Feliciano de Castilho.

O século XX, novamente, encontra no modernismo de Orpheu a mesma tendência convergente quando a criação literária modernista passa a equivaler à modernidade, portanto, ao progresso. Curiosamente, e apesar de Lourenço não chegar a tanto, verifica-se o Neo-realismo, no auge do Estado Novo, como forma também de fazer convergir literatura e política nacional, mesmo que se observe, desta vez, menos entusiasmo literário e maior compreensão das forças sociais, políticas e culturais que atuavam sobre a realidade portuguesa. Ainda haveria, no fim da segunda metade do século XX, espaço para a revisão histórica, inaugurada por José Cardoso Pires, em *O delfim* (1969), e toda a série revisionista que se verifica nos anos posteriores à Revolução de Abril de 1974, cujo apogeu se encontra na obra de José Saramago.

Neste ponto, é preciso recuperar a reflexão que foi engendrada nos capítulos 2 e 3, quando se buscou confluir a formação do paradigma do homem moderno, segundo Georgel Mosse, e o conceito de fomentador, cunhado por Marshall Berman. Ambos tornaram-se produtivos na medida em que lançam novas luzes para História da Cultura portuguesa do séc. XIX, invertendo os vetores usuais de análise cultural, já que a metodologia obriga à suspensão do discurso da decadência. O discurso da regeneração, assentado por sobre o solo da patologia nacional - lembre-se que decadência e regeneração são termos oriundos das emergentes ciências biológicas daquele período-, não se confirma na obra de Camilo de Castelo Branco. Sua obra, à revelia de qualquer ideologia, apresenta as saídas possíveis para a crise portuguesa.

O fomentador português era capturado pela pena de Camilo Castelo Branco naquele personagem histórico caricaturizado, criticado, desprezado e diminuído, principalmente, em seus atributos morais: o brasileiro torna-viagem. Aqui se sublinha a moralidade como problema, visto que, estando Portugal, no impasse histórico entre as estruturas antigas e modernas, era impossível que o narrador não estabelecesse um juízo acerca da conduta predatória de tais personagens, confundindo as qualidades do capitalista *avant la lettre* com a ausência de virtudes cristãs, ainda caras àquele momento. Como pensar o empreendedorismo predatório e típico do capitalismo do século XIX com base nas nobres virtudes ainda enraizadas na cavalaria: honra, fidelidade, bondade desprendimento?

É certo e evidente que Camilo Castelo Branco não constituiu um projeto de regeneração, à maneira dos românticos e da Geração de 1870. No entanto, o quadro que pintava da sociedade nortenha portuguesa colocava em evidência aquele personagem como saída possível para a crise. O brasileiro comparecia como o único personagem histórico interessado em investir diretamente no claudicante capitalismo e liberalismo português. No entanto, enredando-se nas práticas sociais e culturais do Antigo Regime ainda vigentes, o português retornado sucumbe. O almejado ingresso na aristocracia é resultado da necessidade de prestígio social e adaptação naquele quadro na medida em que o capital não era valor suficiente de legitimação de sua ascensão.

Novamente, Roberto Schwarz vem em socorro, quando se verifica a ausência de um novo pacto social que desse lugar aos autênticos representantes do capitalismo do século XIX, como já acontecera nas nações industrializadas. Vale recordar que um novo pacto social já havia sido tentado pela Revolução do Porto de 1820, mas não fora suficiente para alavancar as reformas liberais necessárias à emancipação total da burguesia e à reforma do estado absolutista. Antero de Quental detectou a

origem da falência do projeto liberal quando apontou a manutenção das equivocadas escolhas históricas portuguesas do século XVI, por ocasião do apogeu econômico e tecnológico: a adesão incondicional à contra-reforma e ao absolutismo e o desprezo ao mercado interno, movido unicamente pela exploração colonial.

Deste longo percurso, já trilhado por incontáveis pesquisadores, é flagrante a ausência da extensa obra de Camilo Castelo Branco. Como vimos no capítulo 4, quando foram pontuados alguns dos “brasileiros” mais característicos de sua obra, Camilo Castelo Branco não possuía projeto, como já apontaram Abel Barros Batista e Paulo Motta Oliveira. Todavia, ao insistir em retratar tais personagens, evidenciava um movimento social paralelo às intrigas e dramas da narrativa, já que a simples presença dos brasileiros desestabilizava, ou resolvia, a ordem social e econômica vigentes no enredo. Muitas vezes “deus ex machina”, o brasileiro representa a forma possível de subtração às estruturas na medida em que reconstrói ruínas, constrói palacetes e benfeitorias públicas, realiza ações beneficentes e financia explicitamente dotes e empreendimentos vários.

É claro que não se está afirmando que os brasileiros eram os exatos fomentadores, segundo o modelo Berman, mas eram os fomentadores possíveis numa ordem em que as idéias encontravam-se fora do lugar. Finalmente, pode-se afirmar que sejam a resposta capitalista às contradições portuguesas daquele século, visto que estas não ofereceram condições de um desenvolvimento à semelhança do resto da Europa.

Das páginas de Camilo Castelo Branco, o brasileiro salta para a condição de homem moderno somente após emigração, que se configura como ação incontornável para a superação da miséria. Ao retornar, os empreendimentos que realiza em Portugal não fazem parte de um plano

previamente constituído, nem são ordenados por um claro projeto regenerador, ao contrário de Fausto que visava, sobretudo, ao se tornar o fomentador, o bem comum. Ao brasileiro interessava principalmente as ações executadas na esfera privada, poucas vezes ampliada para além de seus interesses imediatos. Neste sentido, a atenção ao bem-comum é adiada *sine die* – não há projeto de modernidade, não há regeneração. Sobram apenas homens que se movem pela lógica capitalista, incapazes de terem suas ações ampliadas para uma efetiva intervenção na história portuguesa, visto que o país resistiu a toda e qualquer ação reformadora.

Há de se notar que, mesmo Gonçalo Mendes Ramires e Jacinto de Tormes, ambos de Eça de Queirós, continuamente apontados pela crítica como sagazes paradigmas de homens modernos portugueses, são exemplos extraídos de um projeto regenerador, não encontrando respaldo na sociedade portuguesa. Os brasileiros de Camilo de Castelo, apesar de não serem inspirados por um projeto regenerador, são os exemplos que encontram ancoragem histórica no relativo progresso que Portugal experimentava. Foram a forma possível de capitalismo à portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Miguel Vale de. Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade. 2.ed. Lisboa: Fim de século, 2000.

ALMEIDA, Miguel Vale. "Marialvismo. Fado, Touros e Saudade como Discursos da Masculinidade, da Hierarquia Social e da Identidade Nacional", in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXVII(1-2), 1997, p. 41-65.

ALVES, Jorge Fernandes. O "Brasileiro" oitocentista representações de um tipo social. In VIEIRA, Benedicta Maria Duque (org.) - *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no Século XIX*. Lisboa: ISCTE (C.E.H.C.P.), 2004, p.193-199. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11221.pdf> Acesso em 19/04/2009.

ALVES, Jorge Fernandes. Os 'brasileiros da emigração no norte de Portugal". In ALVES, Jorge Fernandes (org.). *Os brasileiros da emigração*. Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

ARIÈS, Ph.; DUBY, G. (dir). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1981.

BADINTER, Elizabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BARCELLOS, José Carlos "Homossociabilidade masculina e homoerotismo na ficção de Eça de QUEIROZ". In *Boletim do Centro de Estudos Portugueses*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 20 n. 27, jul./dez. 2000, p. 173-199

BARCELLOS, José Carlos. .Homossociabilidade masculina e homoerotismo na ficção de Eça de Queiroz.In. ----. *Literatura e homoerotismo em questão*. Rio de Janeiro: Dialigarts, 2006b. Coleção Em Questão - Virtual 02. p. 167-216.

BARCELLOS, José Carlos. Identidades problemáticas: configurações do homoerotismo masculino em narrativas portuguesas e brasileiras (1881-1959) In ----. *Literatura e homoerotismo em questão*. Rio de Janeiro: Dialigarts, 2006a. Coleção Em Questão - Virtual 02. p. 8-104.

- BEAU, Albin Eduard. Estudos. Coimbra: Coimbra, 1964. v. 2.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo : Companhia das letras, 1982.
- BLANCH, Antonio. El hombre imaginario: uma antropologia literária. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas, 1995.
- BOTO, Carlota. O Brasil que Portugal escreveu: pedagogia e política sem comemorações. *Revista Brasileira de Educação*, set/out/nov, 2000, n. 15. disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE15/RBDE15-04-CARLOTA-BOTO.pdf> acesso em 22/05/2008.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRANDÃO, Maria de Fátima; Feijó, Rui Graça. O discurso reformador de Mouzinho da Silveira in *Análise Social*, v. XXVI (61-62) 1980-1º. 2º., 237-258 Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223994865G2iFT1nv9Bo95CZ3.pdf>
- BURKE. Peter. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CABRAL, Alexandre. Correspondência de Camilo Castelo Branco com os Irmãos Barbosa e Silva. Lisboa : Livros horizonte, 1984. 3v.
- CABRAL, Alexandre. Dicionário de Camilo Castelo Branco. 2. ed. Lisboa : Editorial Caminho, 2002.
- CABRAL. Alexandre. Camilo Castelo Branco: roteiro dramático dum profissional das letras. Lisboa Terra livre, 1980.
- Cândido, Antônio. "Dialética da malandragem". In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, USP*, 1970, 8: 67-89.
- CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 5. ed. São Paulo : Cia Editora Nacional, 1976.
- CARELLI, Mario. Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil. Campinas : 1994.
- CASCÃO, Rui. "Demografia e sociedade". In: TORGAI, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (orgs.) . *História de Portugal: o liberalismo*. v.5. Direção de José Matoso. Lisboa: Estampa. 1993. p. 423 39.
- CASTELO BRANCO, C. A brasileira de Prazins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- CASTELO BRANCO, C. A corja. Porto: Lello & Irmãos, (s/d) p. 37.
- CASTELO BRANCO, C. Amor de perdição [Clássicos Scipione]. São Paulo: Scipione, 1994.

- CASTELO BRANCO, C. Amor de Perdição. São Paulo : Scipione, (s/d).
- CASTELO BRANCO, C. Coração, cabeça e estômago. Mira-Sintra : Europa-América [s.d.].
- CASTELO BRANCO, C. Correspondência epistolar entre José Vieira de Castro e Camillo Castello Branco. 4. ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1922. 2v.
- CASTELO BRANCO, C. Correspondência I [Obras completas v. XVII]. Porto: Lello, 2002a.
- CASTELO BRANCO, C. Correspondência II [Obras completas v. XVIII]. Porto: Lello, 2002b.
- CASTELO BRANCO, C. Eusébio Macário 4. ed. Porto : Chardrom. (s/d).
- CASTELO BRANCO, C. Novelas do Minho. Lisboa : Parceria António Maria Pereira, 1945.
- CASTELO BRANCO, C. O cego de Landin. [Obras completas v. VIII]. Porto: Lello, 2002c.
- CASTELO BRANCO, C. Os brilhantes do brasileiro. Rio de Janeiro : Ediouro : 1997.
- CASTELO BRANCO, Camilo. Amor de Salvação. São Paulo : Scipione, (s/d).
- CASTRO, Ferreira de. A selva. São Paulo: Verbo, 1972.
- CATROGA, Fernando. "História e Ciências Sociais em Oliveira Martins". In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. História da História em Portugal. v.1.[s/I]: Temas & Debates, 1998. p. 137-185.
- CATROGA, Fernando. Romantismo, literatura e história. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (orgs.). História de Portugal: o liberalismo. v.5. Direção de José Matoso. Lisboa: Estampa. 1993. p.545-581
- COELHO, Fábio André Cardoso. Personagens Brasileiras no romance português do século XIX. (dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: pós-graduação em Letras/UERJ, 2005. Orientador: Sérgio Nazar David
- COELHO, Jacinto do Prado. A letra e o leitor. 2. ed. São Paulo: Moraes Editores, 1969.
- COELHO, Jacinto do Prado. Introdução ao estudo da novela camiliana. 2. ed. Lisboa : Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1982. 2v.
- CORBIN, Alain. "Gritos e cochichos". In: PERROT, Michelle. História da vida privada, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 563-611.
- DANTAS, Julio. Os elegantes e as elegâncias do século XIX em Portugal, revista Ilustração Portuguesa, ano 1907, 2. série, 1º. semestre, p. 12

- ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1994. 2v.
- FERNANDES, Annie Gisele; OLIVEIRA, Paulo Motta (org.). Literatura portuguesa aquém-mar. São Paulo: Komedi, . 2005.
- FERRAZ, Maria de Lourdes A. (dir). Dicionário de personagens da novela camiliana. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.
- FRANCHETTI, Paulo. A novela Camiliana In: CASTELO BRANCO, Camilo. Coração , cabeça, estômago. São Paulo : Martins Fontes, 2004.
- FRANCHETTI, Paulo. Uma queda para a felicidade. (prefácio) In: CASTELO BRANCO, Camilo. A queda dum anjo. Rio de Janeiro: Ática, 1997. p. 3-5.
- GARRETT, Almeida. Obras Completas. Porto: Lello & Irmãos, 1966.
- GOETHE, W. Fausto. Trad. Agostinho D'Ornellas. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- GRANJA, Rosemary da Silva. Varões assinalados: o tema do homem moderno na epistolografia de Antero de Quental (Dissertação de Mestrado). Niterói: Pós-Graduação em Letras / UFF, 2003. Orientador: Mário César Lugarinho.
- HALL, Catherine. "Sweet Home". In: PERROT, Michelle. História da vida privada, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 53-87.
- HERCULANO, Alexandre. A imigração. In: opúsculos, Lisboa; Bertrand, s/d.
- LOURENÇO, Eduardo. A nau de Ícaro e imagem e miragem da lusofonia. São Paulo : Companhia das Letras, 2001.
- LOURENÇO, Eduardo. Mitologia da saudade: Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LOURENÇO, Eduardo. O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português. 4. ed. Lisboa: Dom Quixote 1991.
- MACHADO, Igor José de Reno. Cárcere Público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2003. Tese de Doutorado.
- MADEIRA, Vander Conceição. A selva: viagem de descobrimento. (2007). São Paulo, Pós-graduação em Letras. USP/2007. Dissertação de Mestrado.
- MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. O império em chinelo Rio de Janeiro: Civilização, 1957.
- MAGALHÃES, Figueiredo. Camões e os portugueses no Brasil. Rio de Janeiro: Gazeta de notícias, 1880.

MARQUES, A. H. de Oliveira. História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias. v. II. Lisboa : Palas Editores, 1973.

MARTINS, J. P. de Oliveira. "Prefácio". In: Quental, Antero. Sonetos. Lisboa : INCM, 1994.

MARTINS, J. P. de Oliveira. História da civilização ibérica. Lisboa: Guimarães, 1994.

MARTINS, J. P. de Oliveira. Portugal contemporâneo. 8. ed. Lisboa : Guimarães, 1976

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. Lisboa: Avante 1982. t.1.

MENDES. J. Amado. "Etapas e limites da industrialização". In: TORGAI, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (orgs.) . História de Portugal: o liberalismo. v.5. Direção de José Matoso. Lisboa: Editorial Estampa. 1993. p. 354-67.

MORAES, Eduardo Jardim. de. Para introduzir a teoria de Hannah Arendt sobre política. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/cefm/textos/EJARDIM.DOC> Acesso em 08/02/2003.

MOSSE, George L. La imagen del hombre: la creación de la moderna masculinidad. Madrid : Talasa Ediciones, 2002.

OLIVEIRA, Paulo Motta . Aspectos do amor em Camilo: da heroína romântica à mulher comum . Revista Letras, Curitiba - PR, n. 47, p. 83-93, 1997.

OLIVEIRA, Paulo Motta . Camilo e Eça: respostas a uma desvalia trágica. In: Anamaria Filizola; Patrícia Cardoso; Renata Junqueiro; Paulo Motta Oliveira. (Org.). Verdade, fé, razão, merecimento. Coisas do mundo e de quem nele anda. 1 ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2005, v. 1, p. 127-148.

OLIVEIRA, Paulo Motta. "É Portugal Europa? Eça e a Geração de 70". In: Anais do VI Congresso da associação Brasileira de Literatura Comparada – Literatura Comparada//Estudos Culturais? Florianópolis: UFSC, 1998. (Cd-rom)

OLIVEIRA, Paulo Motta. Camilo Castelo Branco e o Naturalismo: pistas para um novo olhar. In: Lilian Lopondo. (Org.). Dialogia na Literatura Portuguesa. Sao Paulo: Scortecci, 2006, v. 1, p. 369-386.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Pescoceras rorejantes de suor: os brasileiros de Camilo, uma teia atlântica Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais. Coimbra, 16. 17 e 18 de setembro de 2004. cd-room

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. A construção social da masculinidade. Belo horizonte: UFMG/IUPERJ, 2004. p. 20.

ORTIGÃO, Ramalho. As farpas: crónica mensal da política, das letras e dos costumes (1872). tomo X. Porto: Clássica, 1992

PERROT, Michelle. A Família triunfante In: ARIÈS, Ph; DUBY, G. (dir). História da vida privada, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PERROT,Michelle. Figuras e papéis. In: ARIÈS, Ph; DUBY, G. (dir). História da vida privada, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINTO, Maria Cecília Queiroz de Moraes. Alencar e a França: perfis. São Paulo : Annablume, 1999. p.23.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUEIROZ, Eça de. A cidade e as serras. Porto: Lello & Irmãos, [s/d].

QUEIROZ, Eça de. A ilustre casa de Ramires. São Paulo: Brasiliense, 1961.

QUEIROZ, Eça de.; ORTIGÃO, Ramalho. Os brasileiros. Rio de janeiro: Língua Geral, 2008.

QUEIROZ, Eça. Correspondência. In: QUEIROZ, Eça Obras completas. Porto: Lello & Irmãos, 1979. p.525-526.)

QUENTAL, Antero. Causas da decadência dos povos peninsulares. 6. ed. Lisboa: Ulmeiro, 1994.

QUENTAL, Antero. Novas cartas inéditas de Antero de Quental. Org. intr. e notas de Lúcio Craveiro da Silva. Braga : Faculdade de Filosofia de Braga. 1996.

QUENTAL, Antero.. Cartas I e II. [Obras Completas, vv. 6 e 7]. Org. intr. e notas de Ana Maria Almeida. Lisboa: Universidade dos Açores/ Editorial Presença, 1989.

RODRIGUES, Ernesto. Introdução. In: CASTELO BRANCO, Camilo. Eusébio Macário.Lisboa: Ulisseia. 1991.

SALLES, Miguel. Cinco cartas inéditas de Camilo Castelo Branco a Faustino Xavier de Novais 1858 e 1862. Via Atlântica,n.2, jul, 1999 .São Paulo: Faculdade de Filosofia,Letras e Ciências Humanas da USP.

SANTOS. João Camilo dos. Aquilo a que se chama amor. As histórias por detrás das histórias que conta Camilo" In: Colóquio/Letras. Ensaio, Jan. 1991, 119: 60-75.

SARAIVA, António José. Para uma História da Cultura em Portugal. 4. ed. Lisboa: Europa-América, 1972.

- SARAIVA, António José. A tertúlia ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1995.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: -----Ao vencedor as batatas. São Paulo : Duas Cidades, 1981. p 13-28.
- SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. 2. ed. São Paulo : Duas Cidades, 1991.
- SEDGWICK, Eve K. Between men: English literature and male homosocial desire. New York: Columbia University Press, 1985.
- SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- SERRÃO, Joel. A emigração portuguesa: sondagem histórica. 2. ed.Lisboa: Livros Horizonte,1974, p.52.
- SILVEIRA, Jorge Fernando. Camilo no século XIX: uma visão através d'A queda dum anjo". In: SANTOS, João Camilo dos (ed.) Camilo Castelo Branco: International Colloquium. Santa Bárbara: Center for Portuguese studies/ University of California, 1995. p. 269-277
- SOUZA, Gilda Melo e. O espírito das roupas: a moda no século dezenove. São Paulo : Cia das Letras, 2009. p. 67
- SÜSSEKIND, Flora O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: companhia das letras, 1990.
- VAQUINHAS, Irene Maria; CASCÃO, Rui. "Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa". In: TORGAI, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço (orgs.). História de Portugal: o liberalismo. v.5. Direção de José Matoso. Lisboa: Estampa. 1993. p. 441-57.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004
- WERNECK, Rogério Sacchi de Frontin: Entre castelos, serras, beliscões e pisadelas: figurações do português no romance romântico brasileiro. (dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: pós-graduação em Letras/UERJ, 1997. Orientadora: Vera Lúcia Follain de Figueiredo.